

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUCAS DA SILVA GUARDIANO

**O Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA (ETA): as
redes de conhecimento na formação de concepções de
desenvolvimento agrícola (1953-1961)**

São Paulo
2023

LUCAS DA SILVA GUARDIANO

**O ESCRITÓRIO TÉCNICO DE AGRICULTURA BRASIL-EUA
(ETA): AS REDES DE CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DE
CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (1953-
1961)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Pereira Loureiro

Versão corrigida

A versão original encontra-se disponível na Biblioteca do Instituto de Relações Internacionais

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Guardiano, Lucas da Silva

O Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA (ETA): as redes de conhecimento na formação de concepções de desenvolvimento agrícola (1953-1961) / Lucas da Silva Guardiano ; orientador: Felipe Pereira Loureiro . – São Paulo, 2023.

136 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

1. Cooperação técnica agrícola 2. Relações Brasil-EUA 3. Guerra Fria 4. Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) 5. Ponto IV I. Loureiro, Felipe Pereira, orient. II. Título.

CDD – 337.81073

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de muitas contribuições ao longo dessa caminhada. Logo de início, agradeço à Fundação de Amparo à pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP), processo 2021/07247-8, pela bolsa de mestrado que permitiu a dedicação exclusiva e coleta de fontes, sendo fundamental para a realização e conclusão desta dissertação.

Sou grato também ao apoio, carinho e amor incondicional dos meus pais, Luciana e Ronildo, e da minha irmã, Luana, durante todo este período. Sem vocês não seria possível concluir esse texto. Obrigado também aos amigos que fiz e convivi nesta jornada, Gabriel e Guilherme, que proveram diferentes visões e espaços para desabafos diante dos desafios da vida acadêmica e da pandemia. À amiga Isnardi, não apenas pelas conversas, mas também pela leitura e revisões cuidadosas do texto, meu muito obrigado.

Também não posso deixar de agradecer a todos os colegas do subgrupo de estudos “Guerra Fria”, do Labmundi-USP, pelas diversas discussões, apontamentos e sugestões ao longo deste trabalho, que contribuíram muito na escrita e nas abordagens aqui contidas. Ao meu orientador, professor Felipe, sou muito grato por toda paciência, aconselhamento e sugestões, que não só contribuíram à dissertação, mas também a mim como pessoa e profissional. Agradeço muito a seriedade e serenidade ao longo da execução de toda a pesquisa, e por me fazer seguir em frente nos momentos mais críticos.

Um agradecimento também a todos os profissionais das bibliotecas e arquivos que frequentei, por terem me ajudado a navegar e colher os documentos nas suas respectivas instituições. Nominalmente, agradeço à Rosana da EMBRAPA-TRIGO; Juraci e Mariana do Arquivo Nacional de Brasília; Valdete do Arquivo do Itamaraty de Brasília; Frederico do “Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty” do Rio de Janeiro; também agradeço aos os bibliotecários e funcionários do BINAGRI, ESALQ-USP e SRB. Sem essa ajuda, este trabalho não poderia ter se constituído. Por último, agradeço aos profissionais da secretária de pós-graduação do IRI-USP, sempre muito solícitos e pacientes ao longo de todo esse processo.

RESUMO

GUARDIANO, Lucas da Silva. “O Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA (ETA): as redes de conhecimento na formação de concepções de desenvolvimento agrícola (1953-1961)”. 2023. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta dissertação analisa o papel da cooperação bilateral Brasil-EUA para o desenvolvimento de projetos do setor agropecuário no Brasil implementado pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA) no período 1953-1961. O ETA foi criado sob a égide do Ponto IV, programa de cooperação técnica estadunidense lançado pelo segundo governo Harry Truman (1949-1953) junto a países ditos “subdesenvolvidos” na década de 1950, tendo sido operacionalizado, do lado norte-americano, pela Divisão de Agricultura e Recursos Naturais (*Agriculture and Natural Resources Division*, ANR). A ANR desempenhava atividades de cooperação nas áreas ligadas à produção e ao desenvolvimento da agropecuária, principalmente por meio do trabalho de assistência técnica, fornecendo, sobretudo, pessoal aos projetos parceiros. Nesse sentido, o objetivo principal deste projeto é de apontar como as redes de conhecimento geradas pela cooperação técnica bilateral do ETA foram importantes para a constituição de noções de desenvolvimento agrícola no Brasil. Exploraremos até que ponto a atuação do ETA buscou ordenar e desenvolver práticas e políticas para o mercado interno agrícola brasileiro junto dos diversos grupos representativos agrícolas, criando e adaptando novas abordagens e instituições para amparar essas ações. A análise se baseará nos relatórios da ANR produzidos entre 1954 e 1958; matérias do Jornal “O Estado de São Paulo” e “Jornal do Brasil” entre 1953 e 1961; das revistas rurais “A Rural” e a “A Lavoura”; ofícios do Ministério das Relações Exteriores brasileiro entre 1953 e 1961; e por fim, utilizaremos manuais agrícolas de instituições correlacionadas ao ETA entre 1953 e 1965.

Palavras-chave: Cooperação técnica agrícola; relações Brasil-EUA; Guerra Fria; Escritório Técnico de Agricultura; Ponto IV.

ABSTRACT

GUARDIANO, Lucas da Silva. “The Technical Office of Agriculture - Brazil-US (Escritório Técnico de Agricultura - Brasil-EUA-, ETA): the knowledge networks in the formation of agricultural development concepts (1953-1961)”. 2023. Master’s thesis (Master in International Relations). Institute of International Relations of University of São Paulo, São Paulo, 2023.

This thesis analyze the role of bilateral cooperation between Brazil and United States for the development of projects in the agricultural sector of Brazil, which was implemented by Technical Office of Agriculture – Brazil-US (Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA, ETA). The ETA was created by Point IV, a American technical cooperation program launched by the second Harry Truman administration (1949-53) for so-called “underdeveloped” countries in the 1950s, which was operationalized, on the American side, by the Agriculture and Natural Resources Division (ANR). ANR implemented cooperation activities in the areas of production and the development of agriculture, mainly through technical assistance work, supplying personnel to partner projects. The main objective of this thesis is to point out how the knowledge networks made by ETA's bilateral technical cooperation were important for the constitution of notions of agricultural development in Brazil. We will explore the extent to which ETA's actions sought to organize and develop practices and policies for the domestic agricultural market in Brazil with the various agricultural representative groups, creating and adapting new approaches and institutions to support these actions. The analysis will be based on ANR reports produced between 1954 and 1958; articles in the newspaper “O Estado de São Paulo” and “Jornal do Brasil” between 1953 and 1961; rural magazines “A Rural” and “A Lavoura”; letters from the Brazilian Ministry of Foreign Affairs between 1953 and 1961; and finally, we will use agricultural manuals from institutions related to ETA between 1953 and 1965.

Keywords: Agricultural technical cooperation; Brazil-US relations; Cold War; Technical Office of Agriculture - Brazil-US; Point IV.

Sumário

I. Introdução	1
<i>I.1 Objetivos e estado da arte</i>	1
<i>I.2 Metodologia</i>	5
<i>I.3 Fontes</i>	7
Capítulo 1- Cooperação técnica Brasil EUA no pós-2ª Guerra: perspectivas de desenvolvimento do programa norte-americano Ponto IV e antecedentes do Escritório Técnico de Agricultura - ETA (1949-1953)	12
<i>1.1 Modernização e os programas de ajuda econômica estadunidenses no Pós-Segunda Guerra: Plano Marshall e o Ponto IV</i>	13
<i>1.2 Relações Brasil-EUA Pós-2ª Guerra: a recepção do Ponto IV e propostas de ajuda externa estadunidense</i>	17
<i>1.3 CMBEU e Ponto IV nas relações Brasil-EUA no início da década de 1950</i>	19
<i>1.4 A produtividade agrícola e a agricultura no âmbito das entidades agrícolas brasileiras</i> ..	23
<i>1.5 Ponto IV e o desenvolvimento no Brasil</i>	27
<i>1.6 Conclusões do capítulo</i>	31
Capítulo 2- ETA: bases de atuação e estrutura do Escritório (1954-1958)	32
<i>2.1 Estrutura do Ponto IV e as bases de atuação da missão no Brasil</i>	32
<i>2.2 Extensão e treinamento: as concepções e ações iniciais do ETA no Brasil</i>	37
<i>2.3 Focos de atuação e distribuição de projetos do ETA: a abordagem em projetos estaduais para o mercado interno brasileiro e o treinamento</i>	42
<i>2.4 Centro de treinamento em extensão: a estruturação da fazenda Ipanema e de bases de atuação comum aos projetos ETA filiados</i>	50
<i>2.5 Conclusões do capítulo</i>	55
Capítulo 3 - Associações de Crédito e Assistência Rural: as Associações estaduais e o ETA (1953-1958)	58
<i>3.1 Surgimento do modelo “ACAR”: necessidades de assistência ao produtor rural e primeiros contatos com o Ponto IV</i>	59
<i>3.2 ACAR-MG: AIA e os acordos com o ETA</i>	61
<i>3.3 Nordeste: ANCAR e o ETA, do modelo regional ao estadual</i>	69
<i>3.4 Região Sul: a associação sulina do Rio Grande do Sul e centros de treinamento no escopo do ETA</i>	74
<i>3.5 O estado de São Paulo e o ETA: a ausência de associações tipo “ACAR” e as relações paulistas com o Escritório</i>	78
<i>3.6 Conclusões do capítulo</i>	80

Capítulo 4 – ABCAR e os métodos de assistência agrícola (1956-1961): a consolidação da extensão e de uma concepção para as redes conhecimento sobre o desenvolvimento agrícola no Brasil.....	83
4.1 <i>Nacionalização da extensão como política pública: tensões e reorientações na cooperação Brasil-EUA</i>	84
4.2 <i>Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e o ETA: estabelecimento de centros de treinamento e produção do técnico como elo da assistência rural através da extensão</i>	87
4.3 <i>As dificuldades do estabelecimento do crédito supervisionado e a consolidação da extensão como política assistencialista</i>.....	93
4.4 <i>ABCAR e redes de conhecimento para além da cooperação Brasil-EUA</i>	97
4.5 <i>Conclusões do capítulo</i>.....	101
Considerações finais.....	104
Acervos e bibliotecas	110
Fontes bibliográficas	111
Referências Bibliográficas.....	112
Anexos:	117
Anexo 1 - Lista de Co-diretores do ETA e duração de mandato entre 1953 e 1961	117
Anexo 2 – Técnicos da ANR identificados que trabalharam no ETA e circularam por instituições no Brasil.	118
Anexo 3 – Lista de áreas e números de participantes brasileiros enviados ao EUA pela ICA para treinamento em áreas agrícolas entre 1951 e 1956.....	120
Anexo 4 - Projetos do ETA catalogados entre 1953 e junho de 1958.....	121
Anexo 5 – Organograma da USOM/Brasil em 1958	126

Lista de tabelas

<i>Tabela 2.1</i> – Contribuição do Ponto IV estadunidense ao ETA e a ANR no Brasil entre os anos fiscais de 1954 a 1957.....	35
<i>Tabela 2.2</i> – Cursos em extensão e contribuições do ETA à fazenda Ipanema.....	53
<i>Tabela 3.1</i> – Contribuição do ETA à ACAR entre 1955 e 1961.....	63
<i>Tabela 3.2</i> – Contribuições do ETA e pessoas atendidas em Viçosa nos cursos de extensão e economia doméstica.....	66
<i>Tabela 3.3</i> – Contribuições do ETA à ANCAR Central entre 1955 e 1961.....	72
<i>Tabela 3.4</i> – Contribuições do ETA à ASCAR entre 1955 e 1961.....	75

Lista de abreviações

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ACAR-MG – Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais

AIA - Associação Americana Internacional para desenvolvimento econômico e social (*American International Association for Economic and Social Development*)

ANCAR – Associação nordestina de crédito e assistência rural

ANCAR-PE – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Pernambuco

ASCAR-RS - Associação sulina de crédito e assistência rural do rio grande do sul

ANR - Divisão de Agricultura e Recursos Naturais do Ponto IV estadunidense (*Agriculture and Natural Resources Division*)

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CETI - Centro de Ensino e Treinamento de Ipanema

CMBEU – Comissão Mista Brasil-EUA para o desenvolvimento econômico

CRB – Confederação Rural Brasileira

DFPV - Divisão de Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura do Brasil

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization*)

FOA - Associação de Operações estrangeiras (*Foreign Operations Association*)

ICA – Administração Internacional de Cooperação (*International Cooperation Administration, ICA*)

ETA - Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA para desenvolvimento da agricultura (ETA)

Eximbank - Banco de Exportação e de Importação dos Estados Unidos (*Export-Import Bank of the United States, Eximbank*)

OIAA – Escritório de Assuntos Inter-Americanos (*Office of Inter-American Affairs*)

OEA – Organização dos Estados Americanos

SER - Serviço de Economia Rural

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SRB - Sociedade Rural Brasileira

SSR- Serviço Social Rural

UREMG - Universidade rural estadual de Minas Gerais

USOM - Missões de Operação dos Estados Unidos no Brasil (*United States Operation Missions*)

USAID - Agência dos Estados Unidos de Desenvolvimento Internacional (*United States Agency of International Development, USAID*)

I. Introdução

I.1 Objetivos e estado da arte

Esta dissertação visa examinar a cooperação agrícola entre Brasil e Estados Unidos entre 1953 e 1961, iniciativa ocorrida por meio da Divisão de Recursos Agrícolas e Naturais (*Agriculture and Natural Resources Division*, ANR) - braço agrícola do programa estadunidense do chamado Ponto IV.

Analisaremos, em específico, a atuação do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA (ETA), órgão bilateral fruto dessa cooperação do Ponto IV criado em 26 de junho de 1953, na estruturação de projetos de desenvolvimento agrícola brasileiro até 1961, quando diante do surgimento da “Aliança para o Progresso” no governo do democrata John Kennedy (1961-63), a cooperação sofreria consideráveis mudanças no âmbito bilateral. Nossa questão reside em entender como programas de cooperação técnica durante a Guerra Fria impactaram na estruturação de projetos de modernização na agricultura brasileira ao longo entre 1953 e 1961. Especificamente, procuraremos nos aprofundar na análise sobre o papel do Escritório (ETA) na constituição em projetos de desenvolvimento agrícola, que tem como principal desdobramento a estruturação de associações de crédito e assistência rural estaduais ao longo desse período, no que posteriormente desembocaria na formação de um programa nacional que ficaria conhecido como Sistema da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Sistema ABCAR).

Nossa hipótese é de que a institucionalização de políticas de assistência agrícola calcadas na extensão e crédito supervisionado dependeu da atuação da cooperação agrícola Brasil-EUA (via ETA) em estruturar e auxiliar na formação de pessoal e instituições agrícolas a níveis locais ou regionais, bem como em ligar diversos atores interessados nessa política.¹ Os canais para sustentar essas propostas dependeram da atuação do ETA em mediar e prover uma base de atuação para essas ações “extensionistas”, simultaneamente à constituição de um entendimento de desenvolvimento rural para a agricultura no Brasil entre 1953 e 1961. Analisar as redes de conhecimento que o Escritório Técnico se inseriu e criou parece ser um caminho para nos aprofundarmos no entendimento dessa cooperação bilateral.

¹ Brevemente, a extensão pode ser apontada como um método educativo, muito difundido nos EUA na passagem para o século XX, cujo objetivo estava em promover conhecimento técnico e prático sobre agricultura a produtores rurais. Os conteúdos abarcados por essa prática variavam desde métodos produtivos de gêneros agrícolas a aspectos da organização da unidade rural e práticas do cotidiano. Ver: (BERCHARA, 1954, p.2 APUD SILVA, p.119; FONSECA, 1985, cap.1).

Evidentemente, elites e representantes agrários brasileiros ligados aos grupos patronais, como a da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e da Confederação Brasileira Rural (CRB), por exemplo, buscaram utilizar-se desses instrumentos de cooperação para seus próprios interesses, não havendo uma sobreposição automática dos interesses norte-americanos com projetos de modernização e políticas públicas, e sim uma “disputa” por modelos de promoção de assistência ao produtor e recursos para gêneros agrícolas de interesse para cada grupo. Também não se deve perder de vista a situação da agricultura brasileira no contexto pós-Segunda Guerra.

Deste modo, a análise sobre assistência agrícola deve levar esse contexto em consideração. Abordar o ETA, neste trabalho, também significa explorar um dos braços da iniciativa internacional estadunidense chamada Ponto IV. Este foi um programa de cooperação técnica dos EUA voltado aos “países do terceiro mundo”. A produção sobre o programa procura destacar seu caráter qualitativo, dada a sua natureza menos robusta se comparado a programas contemporâneos como o Plano Marshall (MACEKURA, 2013, p.140; PATERSON, 1971, p.122).

Stephen Macekura (2013) aponta que o Ponto IV, apesar de comumente ser caracterizado como insignificante, na verdade configurava-se como um fenômeno que operava uma complexa teoria do desenvolvimento que ligava assistência em pequena escala às estratégias geopolíticas mais amplas, preconizando elementos na dimensão socioeconômica que a “Teoria da Modernização” realizaria sobre a administração de John Kennedy (MACEKURA, op.cit., pp.130-131). Um desses elementos seria a visão do desenvolvimento econômico como fins estratégicos, mesmo que em menor escala (Idem, p.159). Já Michael Latham (2011) aborda o impacto do Ponto IV como um tipo “à direita” de transformação pós-Segunda Guerra, ou seja, calcado na transformação que promovesse valores liberais e uma economia capitalista diante da ascensão do comunismo como modelo de organização econômica e social (LATHAM, 2011, p.3). Porém, centrado em análises de casos na África e Ásia, a obra de Latham não oferece um balanço sobre o programa na América Latina. Aliás, uma análise do programa no contexto de Guerra Fria latino-americana é algo em falta na literatura de maneira específica.

O Ponto IV no Brasil e na América Latina, de modo geral, aparece em dois tipos de abordagem. O primeiro tipo refere-se a análises mais específicas de comissões para o desenvolvimento, que se deu entre o Brasil e os EUA na passagem para a década de 1950.

Importantes por pontuarem o Ponto IV em relação a discussões sobre tipos de desenvolvimento a serem engendrados no Brasil, em especial os projetos de industrialização e criação de instituições como o Banco Nacional para o Desenvolvimento (BNDE), esses trabalhos analisam pouco o setor agrícola, limitando-se a apresentar algumas recomendações sobre necessidades produtivas e tecnológicas para o desenvolvimento mais amplo da agricultura brasileira (GOMES, 2019, p.90; RIBEIRO, 2012, cap.-3-4).

A segunda abordagem parte da importância da cooperação com atores privados estadunidenses no pós-Segunda Guerra, focando as análises em instituições conduzidas por magnatas estadunidenses, tal qual Nelson Rockefeller. Nessas produções, o Ponto IV e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA (ETA) parecem relacionados aos atores privados estadunidenses, em específico a formulação de políticas de assistência agrícola por instituições ligadas à Associação Americana Internacional para desenvolvimento econômico e social (*American International Association for Economic and Social Development*, AIA) do magnata estadunidense Nelson Rockefeller (FONSECA, 1985, cap.2; OLIVEIRA, 1999, pp.125-128; OLIVEIRA, 2013, pp.29-39; SILVA, 2010, cap.5).

Maria Fonseca (1985), por exemplo, tem um trabalho seminal sobre a gênese da extensão rural no Brasil, focando na constituição de instituições bilaterais Brasil-EUA, como a Associação de Crédito e Assistência rural de Minas Gerais (ACAR-MG ou simplesmente ACAR) pela AIA de Rockefeller, até a nacionalização de um sistema extensionista com a criação da ABCAR. Esse trabalho assenta o tom para os que virão a abordar a temática: indicar as contradições existentes no interior do processo extensionista em sua relação com a dinâmica capitalista (FONSECA, 1985, p.31). Dentre essas contradições, estão a promoção da extensão como ferramenta econômica para as elites agrárias e assistencialista ao pequeno produtor rural. (Idem, p.149) Essa linha também ecoa em autores como Mauro Oliveira (1999), o qual entende as políticas de assistência calcadas em métodos de extensão como “um projeto educativo para o capital” (OLIVEIRA 1999, p.97), ou seja, via a assistência realizada através da AIA como um meio de vincular as “famílias de agricultores familiares” aos mercados de financiamento, insumos e produtos (Idem, p.125).

Voltando à literatura e ao nosso objeto, o ETA é apontado de maneira tangencial, sendo visto nesses trabalhos como um importante ator que teria dado subsídio a práticas de extensão rural implementadas pela AIA ao final da década de 1950. Trabalhos mais recentes, como os de Eunice e Rubens Nodari, abordam a extensão numa perspectiva mais alargada

durante o século XX, buscando tratar da influência estadunidense na agricultura através do ensino, pesquisa e extensão rural (NODARI & NODARI, op.cit, p.305). O ETA nesse momento é apontado como “instrumento relevante” da influência estadunidense nesses três aspectos da área rural (Ibdem, p.312).

Dessas análises, Claiton Silva (2010), insere de maneira mais detida a relação entre AIA e ETA, explorando as relações de proposições privadas e estatais de cooperação técnica agrícola Brasil-EUA. O autor aborda na sua tese o impacto da atuação da AIA no Brasil, e como essa ação esteve sujeita a reorientações de caráter local para a realização de políticas agrárias no Brasil pela instituição ligada à Rockfeller. (SILVA, op.cit., pp.185-186) Nesta análise, o ETA, apesar de aproximado com os objetivos da AIA no que tange a proposição da política de extensão como forma de assistência no campo, também é visto como mais um ator a entrar em disputa dentre as diversas agências a realizarem cooperação agrícola na segunda metade de década de 1950. Isso ocorreria em função da proposição de nacionalizar o programa extensionista no Brasil. (Idem, p.188-194).

Por último, destacamos o que consideramos ser o trabalho que se detém mais especificamente sobre o Escritório. O trabalho da historiadora brasileira Sônia Mendonça se destaca ao abordar mais diretamente o ETA dentro de um recorte mais amplo de análise da educação rural brasileira no contexto da cooperação bilateral com os EUA entre 1930 e 1961 (MENDONÇA, 2010a; MENDONÇA, 2010b). Nesse enquadramento, o ETA é estabelecido como uma iniciativa voltada a um processo mais amplo de definição do trabalhador brasileiro através da educação (MENDONÇA, 2010b, p.5).

O ETA e as instituições oriundas dessa cooperação Brasil-EUA são entendidos como instrumentos para a imposição de uma disciplina ao trabalhador rural pelo capital, ou seja, uma inserção dessa população na lógica capitalista que serviria ao centro hegemônico, EUA, e às elites brasileiras. (MENDONÇA, op.cit., p.204) A questão do ETA e dessa cooperação são menos ligados ao fenômeno da Guerra Fria ao longo da década de 1950 e mais associados a uma noção da produção de um ideal de desenvolvimento dessa expansão imperialista do capitalismo. Essa cooperação, inclusive, também seria uma lenta preparação do Brasil “para a aceitação – embora já sob a ditadura militar – da futura ‘revolução verde’, calcada em injeções maciças de tecnologia e crédito farto no espaço agrário” (Idem). Eunice e Rubens Nodari também advogam essa noção, mas destacando que esse processo no Brasil se desenvolveria mais ao longo do período de 1965-80 (NODARI & NODARI, op.cit, p.313-

314). Além disso, para Mendonça, o Escritório bilateral teria o Nordeste como principal foco de atuação, dada a emergência de tensões sociais na região ao final da década de 1950 como as ligas camponesas (MENDONÇA, 2010b, Cap.4).

Assim, tem-se na literatura uma produção considerável sobre as políticas que atravessam a cooperação técnica agrícola Brasil-EUA, mas ainda resta um espaço considerável para detalhamento das ações do Escritório (ETA) através do Ponto IV, bem como dos seus impactos nessa cooperação bilateral. Entendemos que ainda é necessário enquadrar melhor a circulação dessa cooperação e a proposição de políticas agrícolas para o Brasil, analisando especificamente o ETA e suas relações entre 1953 e 1961. Dado o estado da arte e a pontuação das questões desejadas de se trabalhar dentro das lacunas identificadas, abordaremos a metodologia a ser utilizada e o *corpus* de fontes montado para a análise do ETA e da cooperação técnica agrícola Brasil-EUA.

1.2 Metodologia

Metodologicamente, dada a natureza de menor escala dos projetos ligados ao Ponto IV, buscaremos apreender a nível qualitativo a relação Brasil-EUA na agricultura através da cooperação técnica. Assim, a tese está ancorada no conceito de redes de conhecimento para a formulação de saberes e, principalmente, de políticas públicas numa ótica internacional.

As redes de conhecimento na cooperação agrícola podem ser entendidas como um meio de se apreender melhor a dimensão de um programa como o Ponto IV nas relações Brasil-EUA ao longo da década de 1950. Segundo Stephen Macekura, há a necessidade de um enquadramento que busque apreender a proposição e efetividade dos valores estadunidenses para a organização de aparatos institucionais no dito Terceiro Mundo. Por mais que a atuação tecnicista e de menor amplitude orçamentária tenha sido de fato incompatível com os grandes objetivos estadunidenses atrelados a programas contemporâneos como o Plano Marshall, o Ponto IV deve ser melhor analisado através da ligação de eventuais sucessos em pequena escala, focando nos limites e desafios que os interesses e valores estadunidenses encontraram em realidades locais (MACEKURA 2013, p.160).

Assim, Macekura nos fornece uma luz sobre a importância dessas disputas em menor escala, em que nos parece fundamental entender nesse ponto de vista, a importância dos técnicos e redes de conhecimento que ampararam essas potenciais tensões entre valores estadunidenses e realidades locais. O historiador e internacionalista Inderjet Parmar, amparado nas concepções de Antônio Gramsci, assim como Sônia Mendonça (2010b) e Pedro

Oliveira (2013), aponta que os intelectuais, dentro dessa circulação e validação de conhecimentos, teriam sido fundamentais para a constituição da hegemonia dos EUA num contexto do pós-Segunda Guerra (PARMAR, 2012, p.12).

Porém, Parmar, mais voltado a uma discussão da área de Relações Internacionais, está preocupado com o entendimento da História das Relações Internacionais para além dos Estados-Nação, a partir das discussões de Joseph Nye na década de 1970. Assim, seu foco está nas redes de conhecimento na formulação de política externa através de atores “não-estatais”, através das iniciativas privadas das associações filantrópicas como a Rockefeller e Ford no pós-Segunda Guerra, em que também há uma inserção das elites locais na construção de hegemonia estadunidense por meio das redes de conhecimento (PARMAR, cap.1).

Contudo, essa lógica, mesmo que perpassa a análise da formação de uma rede de conhecimento transnacional pendente ao lado hegemônico, não significa que sua análise não deva ser acompanhada de matizações acerca dessa relação. Partindo das concepções da historiadora Cecília Azevedo, entendemos que devemos abarcar estratégias discursivas, relações de poder e práticas materiais empreendidas no estudo do encontro “pós-colonial”, ou seja, entre Norte e Sul global e que vão além de relações dicotômicas de “Centro/periferia”, “dominador/dominado” (AZEVEDO, 2007, p.21).

Azevedo está focada na análise da missão dos Corpos de Paz no Brasil a partir da década de 1960, um tema que tangencia o nosso, diante de uma abordagem da cooperação técnica no âmbito social. Mesmo sendo uma tese calcada na História Social, a autora propõe uma “abordagem cultural das relações internacionais” (AZEVEDO, 2007, p.279). Assim, tem-se em sua obra a confluência de três esferas de análise: a do imaginário político norte-americano (macro-história); a da cultura organizacional dos “Corpos de Paz” (institucional intermediário); e a das percepções individuais dos voluntários (micro-história) (Idem, p.16).

Como será discutido na seção relativa às fontes desta dissertação, nosso *corpus* documental não foi organizado de maneira a apreender a questão da micro-história de forma detalhada, mas nos encaminha para uma análise voltada a investigar o campo institucional e de percepções sobre a cooperação, dialogando com a questão macro, que para nós é o debate sobre desenvolvimento no Brasil e o papel da agricultura nesse cenário de transformação brasileira na década de 1950.

Importante salientar também, por tratarmos de circulação de técnicos Brasil-EUA e da troca de experiências entre instituições agrícolas, que essas redes de conhecimento transnacionais geram um magnetismo do conhecimento e instituições de saber do “centro hegemônico” na “periferia”, todavia operam em lógicas muito mais complexas e tênues que apenas uma sobreposição do conhecimento do centro pelo local (SALVATORE, 2000, p.7). Para este trabalho, esses apontamentos se referem às “técnicas agrícolas” em circulação e discussão nas associações e instituições analisadas e que basearam as políticas públicas brasileiras em relação à agricultura no final da década 1950.

Essa complexa interação não dicotômica relaciona-se com a proposta do historiador uruguaio Aldo Marchesi de que as histórias produzidas no Cone Sul devem ser interseccionadas entre histórias globais e locais acerca análise da Guerra Fria na América Latina, não confinado o estudo de atores latino-americanos apenas ao aspecto local, sendo este um fenômeno mais complexo. Em suma, devemos ir além de uma pré-concepção de que as Histórias do Norte Global seriam intrinsecamente globais, enquanto as do Cone Sul se restringiriam ao aspecto nacional e local (MARCHESI, 2017, p.200). Mesmo nossa pesquisa não filiando à vertente da História Global, esses aspectos, dentro das matizações e aspectos metodológicos que elencamos nos é importante.

Logo, dentro de um contexto da Guerra Fria da década de 1950, analisaremos como essas redes transnacionais de conhecimento agrícola Brasil-EUA do Ponto IV se formaram e contribuíram para projetos de modernização voltados à produção de alimentos e gêneros agrícolas que perpassam o segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1954) até o final do Governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), importante setor, que passava por dificuldades e desequilíbrio frente à industrialização e crescimento demográfico do país no pós-Segunda Guerra (SCHUH, 1971, p.23).

1.3 Fontes

Este trabalho utiliza duas frentes de documentação primária: as produzidas pelos atores estadunidenses e aquelas produzidas pelos atores brasileiros. Na frente estadunidense, o cerne da pesquisa e de onde partimos estão os relatórios feitos pelos funcionários da ANR no Brasil, tanto de técnicos como de co-diretores dessa divisão, enviados ao escritório central nos EUA de 1954 até 1958. Os relatórios foram coletados no *National Archives Resources Center* (NARA) pelo orientador, Prof. Felipe Loureiro, não tendo sido encontrados os relatórios da

missão de 1958 a 1961. A maioria dos relatórios foi produzida pelos técnicos, mas há também panoramas mais gerais, inclusive dos diretores da ANR no Brasil.

Os relatórios podem ser categorizados em três grupos principais. Primeiro, têm-se os “relatórios finais” (*terminal reports*), aqueles que foram feitos pelos técnicos da ANR acerca do trabalho dos mesmos nos projetos do ETA aos quais foram designados. Esses relatórios iniciam-se com uma descrição da formação e antecedentes de trabalho desse técnico, partindo para os objetivos estabelecidos para o trabalho da missão, projetos para os quais esse funcionário atuou, e recomendações para o projeto.

O segundo tipo de documento são os “relatórios mensais” (*monthly reports*), que nos dão os destaques da atuação da missão e os contratos assinados para os novos projetos ligados ao ETA no mês. Têm-se também os requerimentos para a realização dos projetos do ETA. Aqui é possível, em certa medida, determinar quais demandas para projetos advindas de atores políticos e sociais brasileiros foram ou não atendidas pelo ETA, podendo se determinar, inclusive, padrões de recusa e aceitação, estabelecendo interesses e áreas de prioridade dos EUA em cooperação agrícola.

O terceiro e último tipo são relatórios informativos (*info report*), que tratam de detalhes pontuais sobre projetos. Ainda se insere nesse tipo de categoria uma obra que consideramos importante no fornecimento de dados, contribuições e pessoal envolvido, chamada “*The Origin and development of Brazil’s cooperative agricultural extension service*”. A obra foi produzida por um extensionista que trabalhou no Brasil entre 1959 e 1965, Fred Barber, e publicada já pelo organismo estadunidense ligado à “Aliança para o Progresso”, a Agência dos Estados Unidos de Desenvolvimento Internacional (*United States Agency of International Development, USAID*), em maio de 1965.

O *corpus* estadunidense permite a este trabalho entender a discussão sobre desenvolvimento agrário proposto pelo Escritório, bem como percepções de atores envolvidos no projeto. A natureza das fontes oferece maior detalhe da atuação estadunidense no escritório, tanto de pessoal, quanto contatos estabelecidos pelo ETA como um todo, ao menos até 1958 com os documentos do NARA, e até 1961 com a obra de Fred Barber. Dessa maneira, cremos que nos aprofundaremos sobre o que estava na miríade dessa cooperação e distribuição dos projetos, podendo perceber objetivos norte-americanos com mais clareza.

Na segunda frente, adentrando especificamente nos documentos do lado brasileiro, possuímos um *corpus* documental muito mais fragmentado, dada a ausência de relatórios gerais ou pessoais do corpo profissional brasileiro que fez parte da instituição. Diante desse cenário, procuramos três tipos de documentação com o objetivo de mapear percepções brasileiras sobre a cooperação técnica agrícola no período, além da circulação de pessoas e conhecimento, tanto no Brasil quanto internacionalmente.

A primeira categoria é referente ao material produzido pela imprensa. Foram utilizados os acervos online dos jornais de circulação nacional, como “O Estado de São Paulo”, “Última Hora” e “Jornal do Brasil”. Também nos utilizamos de revistas bimestrais produzidas por importantes associações representativas rurais como a nacional Sociedade Nacional Brasileira (SNA) e a paulista Sociedade Rural Brasileira (SRB), denominadas “A Lavoura” e “A Rural”, respectivamente. Essas fontes serão importantes para cobrir impressões e discussões sobre desenvolvimento rural e a visão sobre o ETA por atores brasileiros.

Na segunda categoria de documentação brasileira, resolvemos explorar a documentação disponível acerca das principais instituições em contato com a cooperação agrícola bilateral feita pelo Escritório. A ABCAR e associações estaduais são instituições identificadas como de importância chave ao ETA, sendo fundamental acompanhar a evolução das práticas sugeridas aos agentes das associações, orçamentos e composição institucional, observando, assim, as relações com os objetivos do Escritório. Se partirmos de uma metodologia qualitativa calcada na análise de redes de conhecimento dessa cooperação técnica, um tipo de fonte importante serão os manuais agrícolas e materiais de divulgação produzidos por grupos de trabalho destas organizações. Esse tipo de fonte está pulverizado em diferentes bibliotecas, estando disponível nas “bases de dados de pesquisa agrícola” da Biblioteca da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), na Biblioteca da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP) e na Biblioteca Nacional de Agricultura em Brasília (BINAGRI).

Esse tipo de documentação será importante para se entender os conceitos oriundos dessas redes de conhecimento, entendendo a produção de concepções sobre os problemas do campo e as concepções a serem inculcadas nos agricultores. Os manuais suprem parcialmente essa constituição de conhecimentos de cursos e viagens para treinamento, dado que não mapeamos os currículos ou ementas propriamente de cada instituição abordadas. Ainda sim,

são importantes janelas para uma apreensão de conhecimentos trabalhados e concepções sobre as temáticas que consideramos importante para essa rede de conhecimento estabelecida pela cooperação bilateral, que as instituições envolvidas e o próprio ETA operavam eventualmente nas suas proposições.

Por último, acompanhamos solicitações e ofícios trocados entre o Ministério da Agricultura e associações com o secretariado do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro (MRE) entre 1953 e 1961 colhidos no Arquivo Histórico e diplomático do Itamaraty do Rio de Janeiro e de Brasília. Esse tipo de documentação permite entender os contatos das instituições agrícolas num âmbito de cooperação internacional para além do Ponto IV. Esse *corpus*, com suas duas frentes, permite-nos discutir o desenvolvimento e assistência agrícola pensado a partir do ETA, mesmo que o lado brasileiro do Escritório, quanto a decisões e impressões sobre os projetos, não apareça de forma enfática neste trabalho. O Ministério da Agricultura também aparecerá de forma limitada, a partir da sua apreensão por outras fontes. Isso se deu em virtude dos poucos documentos sobre a cooperação técnica no ETA e instituições adjacentes encontrados no “Fundo do Ministério da Agricultura” do Arquivo Nacional de Brasília.

Em suma, possui-se um *corpus* que permite analisar três pontos em relação ao ETA: as concepções sobre desenvolvimento engendradas por ETA e parceiros no meio rural; a circulação de técnicos brasileiros e estadunidenses, bem como de conhecimento e práticas dentro da alçada do Ponto IV; e as percepções dos atores, principalmente brasileiros, sobre o ETA. Mesmo com a clara ausência da parte brasileira do Escritório na tomada de decisões e percepções, os manuais, matérias na imprensa e obras produzidas no Brasil por brasileiros ao menos nos fornecem indicativos de como essas políticas de assistência rural se arraigaram, ou não, no recorte proposto. Entende-se que diante desse *corpus* de fontes é possível estabelecer algumas mediações nessas trocas de conhecimentos entre as instituições brasileiras e estadunidenses em matéria de assistência agrícola e mesmo proposições de desenvolvimento, seja agrícola, social ou econômico .

Dessa maneira, esse *corpus* permite o avanço no entendimento do ETA dentro de um enquadramento acerca das redes de conhecimento que essa instituição realizou entre 1953 e 1961 na perspectiva de se pensar assistência e desenvolvimento agrícola, entendendo os respectivos pesos dos contextos de Guerra Fria e desenvolvimento brasileiro.

Sendo esses os pontos que nortearão o trabalho a seguir, a dissertação possui a seguinte organização: O capítulo 1 será um panorama sobre as relações Brasil e EUA, entendendo o papel do Ponto IV nos debates e ações para a modernização após a Segunda Guerra Mundial, em especial o antecedente da Comissão Brasil-EUA na questão econômica e agrícola até o estabelecimento geral do Ponto IV no Brasil. No capítulo 2, entraremos na importância da Divisão de Agricultura (ANR) do Ponto IV no programa, aprofundando também na organização do ETA, especificamente sobre a distribuição dos projetos do Escritório e ações voltadas à extensão e formação de agentes agrícolas brasileiros. O capítulo 3 abordará a promoção do que se considera a principal iniciativa do ETA junto aos seus objetivos de promover a extensão como método de assistência agrícola no Brasil: as associações de crédito e assistência rural. O capítulo 4, por fim, focará na nacionalização do programa, abordando a expansão e dificuldades como modelo, bem como a procura de se inserir o Brasil num cenário de difusão e trocas nas iniciativas de extensão, em que a ABCAR ocupa instituições e iniciativas apoiadas e financiadas pelo ETA.

Capítulo 1- Cooperação técnica Brasil EUA no pós-2ª Guerra: perspectivas de desenvolvimento do programa norte-americano Ponto IV e antecedentes do Escritório Técnico de Agricultura - ETA (1949-1953).

Este primeiro capítulo tem como objetivo abordar alguns pontos acerca da cooperação Brasil-EUA no pós- Segunda Guerra, ainda que de maneira contida. Durante a Segunda Guerra houve cooperação e até investimentos públicos estadunidenses foram fornecidos ao Brasil, que desembocaram na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1942, por exemplo (RIBEIRO 2012, pp.39-40). Já a segunda metade da década de 1940 seria marcada por um redirecionamento nessa política, mudando a dinâmica de ajuda e visão dos EUA para com o Brasil, em que missões diagnósticas sobre a economia brasileira ocorreriam no âmbito bilateral.

O Escritório Técnico de Agricultura (ETA) foi acertado entre Brasil e EUA em 1953, porém sua criação está ligada a esse cenário pós-Segunda Guerra. Deste modo, este capítulo se propõe a abordar duas questões. A primeira será entender sobre como o Ponto IV, programa dos EUA que forneceria cooperação técnica para o desenvolvimento no “Terceiro Mundo”, inseriu-se no debate e projetos mais amplos sobre desenvolvimento e modernização no Brasil da virada da década de 1940 para 1950. Isso será importante para entender até que ponto o ETA se vinculava a essas diretrizes do programa de ajuda internacional no Brasil.

O segundo será um desdobramento dessa primeira questão, em que adentramos na apreensão sobre a inserção da agricultura nesse contexto após o conflito mundial. Iremos procurar entender quais os possíveis papéis e problemas do ambiente rural frente a um processo de projetos de desenvolvimento brasileiro no início da década de 1950.

Assim, este capítulo insere-se como um esforço de balanço dessas duas questões, traçando-as juntas da gênese do Ponto IV e conseqüentemente do Escritório Técnico de Agricultura no Brasil (ETA). Abordaremos as questões de maneira a afunilar as temáticas até chegarmos à missão dos EUA no país – intitulada “Missões de Operação dos Estados Unidos no Brasil” (*United States Operation Missions/Brazil*, USOM/Brasil) -, a fim de relacionar debates sobre desenvolvimento e Guerra Fria. O capítulo argumentará, em suma, que a missão de cooperação técnica norte-americana possui muitas nuances com relação à sua atuação, não cabendo enquadrá-la apenas como uma resposta exclusiva ao comunismo no Brasil, mas a uma perspectiva mais ampla de promoção de desenvolvimento e “autoajuda” num contexto de Guerra Fria.

1.1 Modernização e os programas de ajuda econômica estadunidenses no Pós-Segunda Guerra: Plano Marshall e o Ponto IV

O término da Segunda Guerra Mundial marcou um momento de redirecionamento da política externa estadunidense. No que tange a programas de ajuda externa internacional, estes seriam aumentados consideravelmente no contexto de reconstrução e estabilização de áreas da Europa Ocidental e Ásia, diante de um crescente embate com a outra potência que se constituiria após a Segunda Guerra, no caso a URSS.

Sob a alçada do governo do democrata Harry Truman, programas de ajuda externa seriam anunciados na segunda metade da década de 1940, tais quais o Plano Marshall e o Ponto IV (LATHAM, 2011, p.10; MACEKURA, 2013, p.129). Arturo Escobar aponta que essa política externa de ajuda internacional lançada no governo de Truman iniciaria uma era ambiciosa de trazer condições para replicar a nível global características “avançadas” das sociedades ocidentais como urbanização, industrialização, tecnização da agricultura, entre outros (ESCOBAR, 1996, pp.3-4).

Autores como Elizabeth Cobbs e Stephen Rabe entendem esses programas de ajuda externa como um novo tipo de mobilização não-militar dos EUA para garantir suas esferas de influência no mundo, que, evidentemente, não eram realizados sem a costura simultânea de alianças militares, tais quais a Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), firmada em 4 de abril de 1949 (COBBS, 1991, p.236; RABE, 1988, p.22).² Na configuração dos programas de ajuda, o Plano Marshall se destacou tanto em proposta, como em destinação de recursos, dado seu objetivo de reconstrução da Europa Ocidental. Em 1947, seriam aprovados pelo Congresso estadunidense 13 bilhões de dólares para o programa, sendo 90% desse montante configurados como “doações” (*grants*) (LOUREIRO, 2020, p.37).

O Ponto IV, em contrapartida, surgiu como uma proposta diferente e de menor escala no que se refere à ajuda internacional. Este foi um programa de cooperação norte-americano voltado aos países do então chamado Terceiro Mundo, implantado no início do segundo mandato da administração do democrata Harry Truman em 1949, e atravessando também a administração republicana de Dwight Eisenhower (1953-1961).

O programa Ponto IV articulava a cooperação técnica como um importante meio de trabalhar o desenvolvimento socioeconômico em áreas do Terceiro Mundo. (LATHAM,

² Aliança de cooperação militar liderada pelos EUA e voltada à Europa Central e Ocidental, inicialmente, com o objetivo de fazer frente um possível ataque da União Soviética. (Gaddis, 2005, pp.70-71)

2011; MACEKURA, 2013; PATERSON, 1973). A cooperação técnica no âmbito internacional pode ser definida, nos termos do autor Amado Cervo, como uma transferência não-comercial de técnicas e conhecimentos, em que a execução de projetos se daria em conjunto (CERVO, 1994, p.39). Esse tipo de cooperação poderia envolver o desenvolvimento treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas entre as partes (Idem). Inicialmente, ao final da década de 1940, o Ponto IV contava com um orçamento de 35 milhões de dólares, direcionando ao longo de toda a década de 1950 não mais que 135 milhões de dólares para suas atividades (LOUREIRO, op.cit., p.39).

O Ponto IV também marcou, de certa forma, um momento de redirecionamento da política externa estadunidense em relação ao Terceiro Mundo. A partir de 1949, o preceito de “modernização” passou a ser um instrumento da estratégia da Guerra Fria (CULLATHER, 2010, pp.40-41). Elegendo a cooperação técnica como um dos meios para se promover a modernização em diferentes regiões, os EUA promoveriam assistência internacional de forma constante, e não esporádica como vinha sendo antes praticado até a Segunda Guerra Mundial (ERB, 1985, p.249).

O programa visava impedir que tensões sociais relacionadas a condições precárias de vida acabassem fomentando ambientes propícios para o florescimento do comunismo em países pobres e em desenvolvimento, tornando-os uma ameaça estratégica a Washington no contexto da Guerra Fria. Setores como agricultura, indústria, saneamento, saúde e educação foram priorizados como cerne dessa modernização a ser estimulada pelo Ponto IV (LATHAM, 2011, cap.1). Assim, esperava-se que a evolução das economias das nações subdesenvolvidas, relações sociais e do “ambiente natural” avançasse os objetivos da política externa estadunidense (CULLATHER, op.cit, p.41).

De um ponto de vista alargado, o historiador norueguês Odd Westad fornece uma leitura mais ampla da promoção de políticas externas estadunidense para desenvolvimento em diferentes áreas. A Guerra Fria pode ser lida como um momento em que as superpotências passam, no âmbito global, a disputar entre si a promoção de “projetos de modernização” junto a outras nações, a fim de fazer valer seu modelo de desenvolvimento e garantir seus objetivos de segurança, comércio e exploração de recursos dos demais países. (WESTAD, 2005, p.5)

Essa concepção nos parece ampla o suficiente para explorar as demais relações e disputas que a Guerra Fria gerou em diferentes níveis e atores na segunda metade do século

XX. Entende-se, assim, que temos a possibilidade de analisar nuances das estratégias de modernização dos EUA, que condicionam para um tipo de desenvolvimento e transformação social de diferentes desse chamado “Terceiro Mundo”. Essa abordagem também nos permite enquadrar diferentes flancos de atuação dos EUA na Guerra Fria, expandindo a análise para além do centro do fenômeno e para onde a maioria dos recursos foi alocada, ou seja, Europa Ocidental e Ásia (GADDIS, 2005, p.144; PARK, 1996, apud, BERG, 1996, p.80).

Evidente que esse fenômeno não pode ser equiparado a programas então contemporâneos, como o Plano Marshall, mas nos fornece ferramentas para entender disputas e instrumentos da cooperação técnica capazes de promover projetos de modernização, que, como veremos, são ressignificados por parcelas da elite política e agropecuária brasileira no período de Guerra Fria. Logo, essas análises mais amplas do fenômeno trazem a capacidade de se compreender o estabelecimento de políticas e surgimento de instituições por outros meios e programas de menor amplitude orçamentária no âmbito internacional.

Ao se analisar programas de cooperação internacional como o Ponto IV, um objeto e discussão se faz presente: a questão da “modernização” ou do “desenvolvimento” que iniciativas trazem. Segundo Michael Latham, o Ponto IV foi uma dos programas símbolo da guinada dessa noção modernizadora estadunidense. O subdesenvolvimento, neste contexto, passou a ser entendido como condição passível de se reverter, no qual investimentos, conhecimento técnico e valores poderiam acelerar a produtividade e o progresso de nações do Terceiro Mundo rumo ao modelo de modernização estadunidense (LATHAM, 2011, p.11).

Essa concepção “modernizante” ocupou o imaginário e políticas estadunidenses, tanto que o conceito de modernização foi sistematizado pelo Instituto Tecnológico de Massachusetts (*Massachusetts Institute of Technology, MIT*) no que ficou conhecido como “Teoria da Modernização” no final da década de 1950. O conceito pode ser definido sinteticamente como uma visão de desenvolvimento social, que articulava o crescimento econômico capitalista com pesquisa em ciências sociais. Essa teoria atravessou a tomada de decisões dos EUA no âmbito político internacional durante a Guerra Fria, principalmente a partir do governo John Kennedy em 1960 (ADAS, op.cit., pp.243-245; LATHAM, 2000, cap.1; MACEKURA, op.cit., pp.130-131;).

Essa questão será importante para se ler e analisar o ETA e as suas respectivas proposições. O historiador estadunidense Nick Cullather destaca que a “modernização” e o

“desenvolvimento” devem ser entendidos como processos históricos, ou seja, objetos da História, enquanto disciplina. Assim, a Guerra Fria seria entendida como um dos contextos que abarcariam esse objeto histórico. (CULLATHER, 2000, pp.642) Cabe ressaltar, que o desenvolvimento econômico, através de questões ligadas à promoção de conhecimentos e atreladas aos aspectos sociais, já era um fenômeno presente nos impérios coloniais.

Na própria passagem do século XIX ao XX, a Modernização já aparece como um importante aparato de controle, que geraria uma considerável mudança do estilo de vida capaz de aumentar significativamente o conhecimento e o controle do ambiente pelo ser humano (TIGNOR, 1966, p.5). Michael Adas, historiador estadunidense, afirma que fundamentos da “Teoria da Modernização”, como a inovação tecnológica sendo uma fonte crítica de poder nacional e motora do crescimento econômico, estariam postos na expansão colonial europeia e estadunidense do século XIX. (ADAS, 2006, p.243). Robert Tignor, ao estudar a administração britânica do Egito nesse período, aponta que os programas coloniais de mudanças refletiriam as necessidades do colonizador, e para o colonizado a busca de elementos que dão força e primazia aos colonizadores ocidentais – tecnologia e instituições (TIGNOR, op.cit., pp.5-7). Nesse processo de mudança e Modernização, inclusive, a questão agrária ocuparia um papel importante por meio da inserção da agricultura na integração da esfera rural com a esfera urbana³ (TIGNOR, 1963, p.8).

Disso cabe ressaltar que o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA (ETA), órgão bilateral para o desenvolvimento da agricultura através da cooperação técnica criado no início da década de 1950, atuou num contexto em que aspectos teóricos como a “Teoria da Modernização” não estão postos. Logo, neste trabalho também será importante nos atentarmos para os discursos sobre desenvolvimento agrícola realizados através da cooperação técnica do nosso objeto.

Com suas diversas particularidades, essa discussão sobre o papel da agricultura diante de projetos de desenvolvimento apareceria ao longo da década de 1950, cabendo pontuar como esses debates e concepções atravessaram a cooperação perpetrada pelo ETA. Dado esse contexto, elencamos a seguir a relação entre Brasil e EUA no Pós-Segunda Guerra e como o

³ Outras áreas também foram abordadas como focos de ação dos impérios coloniais. Por exemplo, a saúde pública e o controle de doenças seriam abarcadas e aperfeiçoadas na África colonial no início do século XX. Para isso, ver (COGHEN, 2020). Já para a modernização de práticas administrativas do império francês e britânico nos anos 1930 e 1940, ver (COOPER, 2004)

Ponto IV impacta nas percepções de cooperação e assistência econômica entre ambos os países na passagem da década de 1940 para 1950.

1.2 Relações Brasil-EUA Pós-2ª Guerra: a recepção do Ponto IV e propostas de ajuda externa estadunidense

Os esforços brasileiros na Segunda Guerra Mundial – tanto no fornecimento de matérias-primas, quanto na cessão de bases e de unidades militares – geravam a expectativa de que os EUA promovessem uma ajuda econômica mais robusta ao Brasil após o fim do conflito. Em 1948, o então embaixador brasileiro, Carlos Martins, pontou que os EUA procurassem inserir a América Latina nas suas preocupações (COBBS, op.cit, p.66).

A literatura sobre a temática, porém, é categórica em apontar como a relação bilateral entre os representantes de estado era marcada por discordâncias sobre o peso de uma ajuda externa estadunidense a ser oferecida ao Brasil e América Latina. O Departamento de Estado dos EUA considerava, ao final da década de 1940, que um programa no molde do Plano Marshall seria inadequado para os países latino-americanos (RABE, 1988, p.290).

Stephen Rabe argumenta que a política externa estadunidense para a região lidava no pós-2ª Guerra com as demandas latino-americanas de maneira muito reticente, apoiando, em vez disso, o desenvolvimento de empreendimentos privados e políticas de abertura econômica (Idem, p.291). O governo brasileiro encarou essa postura muito negativamente. Segundo Stanley Hilton, a política de ajuda dos EUA teria simbolizado o desprezo norte-americano para as necessidades e aspirações do Brasil, relegando o país ao papel de fornecedor de matérias primas (HILTON, 1981, p.604).

Porém, dentro desse espectro de frustrações brasileiras com as entidades estatais dos EUA, um ator estadunidense importante, que está diretamente relacionado com nosso objeto, o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), terá uma percepção diferente pelas entidades brasileiras: Nelson Rockefeller e, especificamente, sua entidade filantrópica a Associação Americana Internacional para desenvolvimento econômico e social (*American International Association for Economic and Social Development*. AIA). Rockefeller, desde o contexto da 2ª Guerra, era uma figura atuante na América Latina, propondo direcionamentos para o desenvolvimento regional, a fim de romper com a postura isolacionista estadunidense (TOTA, 2014, p.75). Dessa maneira, em 1951, mesmo quando jornais, tal qual “O Estado de São Paulo”, dirigiam críticas às proposições de ajuda do Ponto IV, a figura de Rockefeller era

dissociada e elogiada pelo jornal, por conta de seu discurso favorável à articulação programas de ajuda externa estadunidense ao Brasil. (COBBS, op.cit., p.177)

Assim, se as expectativas de ajuda econômica direta não se consolidam, na esfera do planejamento e diagnóstico, a literatura aponta para diversos esforços bilaterais que ecoarão nas propostas de desenvolvimento brasileiro na década de 1950. (GOMES, 2019; RIBEIRO, 2012). Missões desse tipo vinham sendo realizadas desde o conflito, através da missão Cooke de 1942, e continuariam através da missão Abbink de 1947. Este último estudo, especificamente, procurou levantar os problemas do desenvolvimento brasileiro globalmente, tendo a industrialização como principal mote das recomendações e interesses. Mesmo não havendo investimentos externos atrelados ao final desta missão, o esforço de planejamento refletia um complexo e multifacetado processo que continha diferentes atores na sua busca por uma concepção e racionalidade do desenvolvimento nacional brasileiro (RIBEIRO, 2012, pp.48-51). Acerca da agricultura especificamente, essas missões estabeleciam a necessidade de modernização das práticas de cultivo e a necessidade de desenvolvimento agrícola para subsidiar o processo de industrialização brasileiro. (Idem)

O esforço da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU) entre 1951 e 1953, sob a alçada do Ponto IV no planejamento de soluções para o desenvolvimento brasileiro e investimentos, simbolizou um avanço nas aspirações brasileiras por recursos dos EUA, bem como aumentou um horizonte de expectativa por incremento dos estadunidenses ao longo da década de 1950 (GOMES, 2019, DAMASCENO & BELANÇON, 2016, p.278-279).

Contudo, o governo Eisenhower e a política externa formulada junto do general John Foster Dulles, ao longo da segunda metade da década de 1950, não consolidaria essa expectativa. Segundo a historiadora estadunidense Elizabeth Cobbs, a administração republicana de Eisenhower começaria apagando os vestígios das políticas do período da Segunda Guerra, como a da “Boa Vizinhança” (COBBS, op.cit., pp.97-98). Nesse sentido, seria importante a mudança da política de controle de instituições como o Banco de Exportação e de Importação dos Estados Unidos (*Export-Import Bank of the United States*, Eximbank), limitando a ajuda externa e projetos de desenvolvimentos de países da América Latina a partir de 1953 (Idem, p.94).

Esse direcionamento frustraria consideravelmente as lideranças latino-americanas, sendo visto como promotor exclusivamente dos interesses das companhias privadas

estadunidenses, o que seria sintetizado na intervenção indireta norte-americana contra a Guatemala em 1954 (RABE, 1988, p.3). Assim, muito baseado nas concepções de “autoajuda” (*self-help*), o Ponto IV não foi bem recebido pelas nações latino-americanas, sendo a materialização da frustração desses países com relação à percepção de um “descaso” dos EUA com os esforços do continente frente à Segunda Guerra. (Idem).

Apesar de os EUA emergirem como principal potência após a Segunda Guerra, isso não significou que atores brasileiros não buscassem alternativas no período. No âmbito agrícola, por exemplo, mesmo através dos EUA, o Brasil procurava angariar recursos agrícolas de outros programas de ajuda internacional estadunidense, tal qual a Lei Pública 480 (*Public Law 480*). Esse programa, aprovado durante o governo de Dwight Eisenhower (1953-1961), permitia que países subdesenvolvidos pagassem em moeda local a compra de excedentes agrícolas estadunidenses. Os recursos provenientes dessa venda seriam, em sua maioria, reinvestidos nos países envolvidos como ajuda (LOUREIRO, op.cit, p.41).

Durante o governo de Juscelino Kubistchek, solicitações de remessas de trigo que pudessem ser negociadas através desse programa foram feitas à Administração Internacional de Cooperação (*International Cooperation Administration, ICA*) e tiveram a Missões de Operação dos Estados Unidos no Brasil (*United States Operation Missions/Brazil, USOM/Brazil*) / órgão responsável por organizar as ações das divisões do Ponto IV no país, como a responsável pela articulação de acordos desse tipo no Brasil.⁴

Essa retomada das relações Brasil-EUA e percepções de ambos os atores é importante para salientar o panorama da saída da Segunda Guerra até meados da década de 1950. Sendo assim, passaremos a abordar especificamente a entrada da cooperação bilateral através do Ponto IV, destacando a Comissão Mista Brasil-EUA, importante antecedente do programa no Brasil, salientando as ações e sugestões feitas no âmbito da cooperação agrícola.

1.3 CMBEU e Ponto IV nas relações Brasil-EUA no início da década de 1950

O Brasil do início da década de 1950 adentrava no segundo governo Vargas um cenário de dificuldades econômicas, sociais e políticas. (OLIVEIRA, 2018, p.12) No prisma econômico, o início da década foi marcado por um aumento no crescimento da taxa de inflação, oscilando, entre 12 e 25%, bem como um desequilíbrio da balança de pagamentos

⁴ O diretor do Ponto IV estadunidense no Brasil, William Warne, chegou a mediar os acordos sobre o PL.480 na segunda metade da década de 1950. Para um exemplo desse intermédio, ver Info Report A-1224, de Program para ICA, 29 de outubro de 1956. Pasta TOICA A-1201 - 1300, Box 5, NARA, p.1.

brasileira, aspectos ainda mais agravados após as reformas das políticas cambiais realizadas em 1953. (MUNHOZ, 1997, p.74-75)

Assim, o Ponto IV surgiu como um duplo golpe em potencial nas lideranças brasileiras. Primeiro, materializou a frustração brasileira com a ajuda externa dos EUA, em que o Brasil se percebe como uma figura menor frente aos interesses e contribuições estadunidenses. (COBBS, op.cit., p.99) Segundo, do ponto de vista agrícola, a composição do programa em outras partes do mundo atingia a questão competitiva agrícola brasileira na passagem para a década de 1950. (HILTON, 1981. P.605).

No início dessa década, inclusive, havia nos representantes brasileiros o temor acerca da probabilidade de que os EUA usassem o dinheiro do Ponto IV para ajudar as áreas negligenciadas da África, tornando-as competidores no campo agrícola. Especificamente, a preocupação girava em torno de estimular a produção de café nessas regiões.⁵ (COBBS, op.cit., p.70)

Apesar dessas ressalvas, convênios sob o Ponto IV entre Washington e Rio de Janeiro foram acordados por notas em setembro de 1950, sendo expandidos já sob a administração Vargas a partir de 1953, na passagem do governo Truman para o de Eisenhower (BANDEIRA, 1978, p.459). Uma expectativa rondava os atores brasileiros acerca de incremento dos investimentos e dos programas de cooperação (DAMASCENO & BELANÇON, op.cit., p.283).

A alimentação e agricultura, atreladas a propostas e estudos mais amplos para o desenvolvimento brasileiro, também foram temáticas abordadas na principal iniciativa e antecedente do nosso objeto na relação Brasil-EUA no escopo do Ponto IV: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento econômico (CMBEU), firmada em dezembro de 1950 e funcionando de fato entre 1951 e 1953. (GOMES, 2019, p.34).

A Comissão Mista surgiu com o objetivo de ser uma iniciativa bilateral para a realização de estudos sobre os gargalos do desenvolvimento econômico brasileiro. Esses

⁵ Para um exemplo concreto e mais detalhado sobre a apreensão de atores brasileiros sobre o Ponto IV e o café africano, ver o relatório produzido pela Escola Superior de Guerra do Brasil já num momento posterior, durante o governo de Café Filho em 1954. Para isso: Estudo realizado por um grupo especial de trabalho da Escola Superior de Guerra sobre a conjuntura cafeeira do Brasil. Rio de Janeiro. CPDOC, Arquivo: Café Filho, CF do 1954.12.03 03/12/1954.24fl. https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARO_CF_DO&pesq=%22Ponto%20IV%22&hf=www1.8.fgv.br&pagfis=109. Acesso em 02/02/2023.

estudos dariam subsídio, posteriormente, a projetos que seriam submetidos e avaliados por instituições financeiras, como o *Export-Import Bank of the United States* (Exibank) e o IBRD, para a captação de recursos e financiamentos (Idem, p.17). A CMBEU acabou impulsionada pela questão do agravamento da Guerra Fria diante da Guerra da Coreia (1950), levando ao financiamento de projetos importantes para o Governo Vargas (1951-1954), como o BNDE (Ibidem, pp.20-21). Essa cooperação acaba por sinalizar como essas relações de frustração e expectativa pela contribuição estadunidense pelos agentes brasileiros ao longo da década de 1950 estendem-se e distendem-se conforme diferentes contextos.

A Comissão tinha entre as subcomissões uma específica para a temática da agricultura. De maneira geral, as preocupações da subcomissão giravam em torno dos seguintes pontos para melhoramento: a mecanização agrícola; armazenamento e silagem; comercialização de fertilizantes; conservação e irrigação do solo. Também já estavam incluídos também estudos para viabilizar e melhorar colégios agrícolas, pesquisas e extensão.⁶

Acordos mais robustos para empréstimos chegaram a ser estudados no âmbito da Comissão Mista Brasil-EUA. Empréstimos através do *Eximbank* estadunidense, da ordem de 18 milhões de dólares para a importação de maquinaria agrícola (principalmente tratores) pelo Brasil e 5 milhões somente para o estado de Minas Gerais foram discutidos, mas não se concretizaram durante a atuação da CMBEU.⁷

A subcomissão de agricultura recomendou ao final das suas atividades a transformação estrutural agrícola, decorrente do processo de industrialização que demandava a melhoria de pontos do setor tal qual o fornecimento de alimentos e matéria-prima às cidades e indústrias (FURTADO, 1955, p.292). O relatório do CMBEU de 1953 apontava que, apesar de algumas regiões possuírem cadeias de produção agrícola bem desenvolvidas, regiões como Santa Catarina e Rio Grande do Sul eram apontadas como detentoras de práticas ainda muito pouco desenvolvidas e muito extensivas, havendo necessidade de iniciativas que promovessem a melhoria de aspectos da irrigação e adubação do solo, por exemplo (Ibidem, pp.292-293).

Especificamente acerca da agricultura, no pós Segunda-Guerra, a alimentação era um ponto de preocupação dos EUA com relação ao “Terceiro Mundo” na composição da

⁶ BARBER, Fred W. *The origins of development of Brazil's cooperative agricultural extension service. Office of Agriculture and Rural Development. USAID Mission. May, 1965. P.180.*

⁷ Idem p.180-81.

segurança estadunidense frente às ameaças e agitações sociais que pudessem permitir uma guinada ao comunismo nessas regiões. Essa preocupação, muito centrada na região asiática, acabou por mobilizar não só órgãos estatais, como também “associações filantrópicas internacionais” ligadas a famílias de grandes “magnatas” estadunidenses, como as fundações do já citado Rockefeller, mas também as instituições de Carnegie e Ford (PARMAR, 2012; CULLATHER, 2010, cap.1-2).

Esse tipo de instituição era marcado por promover interesses próprios, mas também serem parte importante em políticas externas estadunidenses, no que tange ao fortalecimento de redes de conhecimento e política pró-EUA (PARMAR, op.cit., p.2). O Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA (ETA) e a Divisão de Agricultura e Recursos Naturais do Ponto IV (ANR) se beneficiaram e se utilizaram muito dessas redes e atuações de associações filantrópicas como veremos ao longo deste trabalho.

Apesar da Ásia, e posteriormente o México, serem focos de atuações na melhoria agrícola e do fornecimento de alimentos, outras regiões na América Latina tiveram atuações nesse esquema híbrido entre agentes estatais e privados estadunidenses em proposições de desenvolvimento agrícola no pós-2ª Guerra, como no caso da Venezuela. (RIVAS, 2002)

A produção de alimentos, de maneira geral, passa a ser um elemento importante na noção de desenvolvimento e atenuação de possíveis tensões sociais. Historiadores como Nick Cullather apontam que, com o encorajamento estadunidense, governos pelo mundo vieram a reconhecer alimentação e população como variáveis controláveis, em que o progresso seria um equilíbrio entre esses fatores. (CULLATHER, op.cit., p.15) Já a historiadora Eve Buckley, ao abordar debates sobre fome e superpopulações entre o Brasil e os EUA, aponta para a construção de “discurso global sobre desenvolvimento” a partir de preocupações geopolíticas da Guerra Fria, teorias nascentes sobre a modernização, e posições sociais e geográficas de importantes debatedores sobre temas como o crescimento da população humana. (BUCKELY, 2021, p.219)

Diante desse enquadramento, em que o Ponto IV no Brasil já encaminha proposições técnicas para o desenvolvimento agrícola, através da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU), tem-se um importante momento na gênese da ação técnica como resposta a gargalos e problemas brasileiros no período. Todavia, não cabe enquadrar esse debate apenas no âmbito da cooperação bilateral e objetivos estadunidenses, sendo pertinente entender sinteticamente,

a seguir, o cenário das entidades rurais agrícolas e parte do debate sobre o campo na entrada da década de 1950.

1.4 A produtividade agrícola e a agricultura no âmbito das entidades agrícolas brasileiras

No Brasil, a questão de uma melhoria da produtividade estava ligada a uma preocupação com o subsídio de projetos desenvolvimentistas desde o início da década de 1950. O debate, para além de órgãos estatais como o Ministério da Agricultura, estava ligado também a um tipo específico de organização agrícola, as associações (ou federações) rurais.

Esse tipo de associação ou federação teria origem na estrutura corporativista da Era Vargas (1930-45). O corporativismo de tipo de estatal, associado a países latino-americanos como o Brasil, concebe que as representações dos grandes interesses sociais estariam subordinadas à autoridade estatal, quando não são criadas por pelo Estado (SCHMITTER, 1974, pp.93-94). Todavia, conforme ressaltado por Elisa Reis, condições e escolhas não devem ser ignoradas em diferentes momentos históricos nessa formulação corporativista (REIS, 2000, p.188). Ou seja, se pensamos em análises menos dicotômicas para as relações Brasil-EUA, ao menos na nossa miríade também não podemos engessar essas organizações exclusivamente como fruto dos interesses federais ou de um grupo agrícola, exclusivamente.

Segundo Felipe Loureiro, esse tipo de organização se amparava no princípio do monopólio de representação de interesses de grupos sociais no Brasil. Deste modo, esse tipo de entidade, ao ser reconhecida ou criada pelo governo, ganhava a prerrogativa de representação exclusiva sobre trabalhadores ou empresários em limites setoriais e geográficos, ganhando recursos federais e atuando como representantes classistas em diversas agências e fóruns governamentais. (LOUREIRO, 2017, p.53). Neste sentido, pensando-se no arcabouço teórico que este trabalho se insere, essas organizações são importantes por possuírem uma maior entrada em espaços de tomada de decisão, e por consequência, redes de conhecimento que procuramos analisar dentro do escopo da cooperação técnica bilateral Brasil-EUA.

Um dos principais exemplos estava na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Originada como resposta aos interesses dos produtores de café paulista, essa associação reunia

uma gama diversificada de gêneros de produtores de diversos estados brasileiros, tendo a modernização como agenda desde a sua criação em 1906. (MEIRA, 2012, p.342).⁸

A SNA tinha como objetivo ser uma organização nacional capaz de dialogar e integrar as associações agrícolas locais. Essas últimas eram responsáveis por organizar interesses em torno dos principais gêneros agrícolas e commodities de cada região, e a associação a uma entidade nacional era uma tentativa de angariar recursos e pressionar em busca de atendimento de interesses comuns (SCHMITTER, 1971, pp.144-150). O ministério da agricultura do Brasil forneceu, inclusive, um aumento dos subsídios na década de 1950 a esse tipo de organização rural, a fim de promover a formação de associações rurais estaduais (federações). Em 1955, todos os então estados brasileiros já possuíam esse tipo de associação rural.⁹ (Idem)

A SNA articulava sua preocupação com as exportações agrícolas, junto de um discurso de necessidade de desenvolvimento do mercado interno. O então presidente da instituição, Arthur Torres Filho, afirmava durante a década de 1950 o compromisso da instituição com os gêneros do açúcar, cacau e algodão no cenário de comércio internacional, bem como via a necessidade do desenvolvimento da pecuária ao final desta década.¹⁰

No que tange ao desenvolvimento da agricultura para além do comércio e exportação, a SNA também se entendia como responsável por medidas que promovessem mais associações rurais e cooperativas, bem como viabilizasse caixas de crédito. O crédito na década de 1950 era tema recorrente de revistas como “A Lavoura”, e aparecia relacionado a diversas modalidades. A promoção de um aumento da oferta de crédito como método de assistência, tanto para melhoria da produtividade do pequeno e médio produtor brasileiro,

⁸ A associação paulista era a chamada Sociedade Rural Brasileira (SRB). A SRB foi criada em 1919 e era a principal associação rural paulista, voltada principalmente ao café. Para a CRB ver: (SCHMITTER, 1971, pp.144-147); Para uma breve descrição da SRB ver: <https://srb.org.br/historia/>. Acesso em 15/01/2022.

⁹ Focamos neste trabalho na SNA, mas da década de 1940 em diante, diversas organizações rurais tinham o objetivo de organizar e lidar com a população rural. Por exemplo, a fundação de outra entidade rural, a Confederação Rural Brasileira (CRB), expunha também outra preocupação da institucionalização rural para além do desenvolvimento da produtividade agrícola: a preocupação com as agitações sociais no campo, principalmente no que se refere à sindicalização e à penetração de organizações comunistas no campo. Criada em 1945, estabelecendo-se efetivamente em 1951, a CRB surgiu com o intuito de institucionalizar as diversas associações regionais e estaduais do Brasil, capitaneando não só a organização dessas instituições, como centralizando a promoção de políticas de assistência rural no campo. Para isso, ver PEIXOTO, 2008, pp. 16-17. Já para a criação da CRB, ver Para mais detalhes ver o decreto disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8127-24-outubro-1945-417195-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

¹⁰ SNA: 90 ANOS, pp.48-49.

como para o aumento da produtividade, mecanização e “atualização” dos métodos produtivos dos grandes produtores.¹¹

Na questão de desenvolvimento técnico, a Sociedade buscava a fundação de campos de demonstração escolas práticas de agricultura para aperfeiçoamento dos trabalhos agrícolas mediante maior aplicação das novas técnicas científicas ao campo (MEIRA, p.343). Ao observar o discurso do presidente da SNA e as diretrizes que buscavam, genericamente, promover uma modernização da agricultura, percebemos essa tensão entre desenvolvimento e promoção de benefícios aos principais gêneros, questão que aparecerá posteriormente ao analisarmos a natureza e principais participantes dos projetos.

Uma das janelas para se observar apreensões sobre as condições e desenvolvimento rural desses grupos agrícolas estão em revistas ligadas a essas entidades. Por exemplo, nas edições bimestrais de “A Lavoura”, ligada à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), percebe-se como debate sobre a preocupação com a fome e qualidade de vida da população rural já estão inseridos em veículos como este no início da década de 1950.

Desde 1953 tinham-se artigos dessa temática alimentar. O então presidente da SNA, Arthur Torres, dedicou um artigo para se alertar do “perigo da fome”, diante da necessidade de se promover alimentos para os centros de consumo e de uma população em franco crescimento.¹² Além de panoramas sobre a questão do mercado interno num âmbito mais geral da sociedade brasileira, constantemente a revista apresentava alguma matéria que versava sobre, especificamente, as dificuldades do campo, advogando peaseja a necessidade de assistência técnica do homem rural.¹³

A alimentação como preocupação para dar sustento ao processo de crescimento dos centros urbanos, como a cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, seriam preocupações oriundas ainda do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45), mas não no âmbito do Ministério da Agricultura. Nesse contexto, órgãos como o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) seriam criados em 1940 (sob a alçada

¹¹ TORRES FILHO, Arthur. Sociedade Nacional de Agricultura. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, ano LVI, mar-abril. 1953. Pp.5-7.

¹² TORRES FILHO, Arthur. Organização da Classe rural. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, ano LVI, jan-fev.1953. Pp.3-5.

¹³ TORRES FILHO, Arthur. Sociedade Nacional de Agricultura. Op.cit. Pp.6-7. Neste artigo, Arthur Torres expõe as necessidades do produtor rural, que além da assistência técnica, versa sobre outras medidas, como aumento de crédito, melhores valores dos gêneros agrícolas, entre outros. A categoria “produtor rural” aqui é referenciada de forma ampla, designando os produtores voltados ao mercado interno e externo.

do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) e 1945 (pelo Ministério da Educação e Saúde), respectivamente. Enquanto o primeiro seria voltado para assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação do trabalhador vinculado à previdência social nos centros urbanos emergentes e capitais, o segundo atenderia mães de crianças em todo o Brasil (VASCONCELLOS, 2005, p.456).

A questão da baixa produtividade nas unidades agrícolas brasileiras na entrada da década de 1950 é apontada como um dos principais problemas do setor (SCHUH, 1971, p.37; SZMRECSÁNYI, 1984, p.79). Ruy Miller Paiva, especialista sobre a área de economia e desenvolvimento agrícola no Brasil, em 1954 identificava, entre outros aspectos, a necessidade de “melhoria das práticas agrícolas pela assistência técnica e financeira aos produtores” (PAIVA, 1954, p.4).

O censo brasileiro sobre a produção agrícola de 1948 e 1949 era bem mais otimista com a questão da produtividade, principalmente no que tange ao fornecimento de gêneros ligados à alimentação da população. Segundo o censo:

Do ponto de vista do abastecimento nacional, é particularmente satisfatória a tendência, que os dados de 1949 confirmam, para a maior extensão da cultura do trigo, como também - embora em proporções muito menores - das culturas da batata inglesa e do feijão. O aumento relativo das áreas dedicadas às culturas do arroz, da banana e da cana de açúcar - outros produtos importantes para a alimentação do povo - é, também, maior do que o da população.¹⁴

Todavia, olhando de forma mais alargada os dados gerais sobre a agricultura brasileira no pós-Segunda Guerra, a situação não era tão animadora. Segundo Felipe Loureiro, entre 1946 e 1961, o crescimento do setor agropecuário (4,3 ao ano) até chegou a ser maior que o crescimento demográfico brasileiro (3,1 a.a), mas não acompanhou o crescimento da população urbana no mesmo período (5,2 a.a), ou seja, a oferta agrícola cresceu menos que uma população que pouco ou nada podia produzir de alimentos, indicador preocupante para o período. (LOUREIRO, 2017, pp.32-33)

Assim, a preocupação com a organização do trabalho no meio rural e com a produtividade foi uma constante na passagem da década de 1940 a 1950 pelo governo brasileiro. Para além das entidades e associações representativas rurais, é necessário também apresentar muito brevemente a composição do meio rural, na qual essa cooperação técnica se

¹⁴ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Comparação entre os dados preliminares e os definitivos a , sobre a produção agrícola do Brasil no ano de 1949 e a produção agrícola do Brasil nos anos de 1948 e 1949”. Rio de Janeiro, 1951. P.28

inseriu. De maneira geral, as classes no campo podem ser categorizadas em três grupos: grandes proprietários; médios e pequenos proprietários; e trabalhadores rurais (GOMES [Et.all], 2007, pp.148-49).

O segundo grupo referia-se a produtores que compunham considerável número, em que a produção utilizava-se de pequenos lotes, cuja dimensão tanto não permitia a racionalização e mecanização da produção, como também era insuficiente para prover subsistência familiar. Já o terceiro grupo referia-se a uma classe heterogênea de diferentes tipos de trabalhadores rurais (arrendatários, assalariados, “bóias-frias”) que nem sequer possuíam a terra, trabalhando, assim, na terra de terceiros.¹⁵ (Idem)

Logo, a agricultura encontrava-se num ponto que demandava atenção, tanto enquanto organização, como com relação ao nível de produtividade de um país se expandia demograficamente, ainda mais nos novos centros urbanos em expansão. Esse contexto é importante para situar a cooperação bilateral que abordaremos com relação ao desenvolvimento agrícola. Diante do estabelecimento de impressões gerais do lado brasileiro, por último abordaremos a organização e apreensão geral das instituições relacionadas ao programa de cooperação estadunidense, ou seja, o Ponto IV.

1.5 Ponto IV e o desenvolvimento no Brasil

Após a contextualização do debate, destacando elementos que consideramos importantes para adentrar na atuação do ETA no próximo capítulo, adentramos de fato na estrutura do Ponto IV no Brasil após o fim do CMBEU, bem como concepções mais gerais do lado estadunidense da missão.

Se Natalia Gomes definiu a CMBEU como o “coração do Ponto IV” no país entre 1951 e 1953 (GOMES, op.cit., p.38), a entrada na segunda metade da década de 1950 marca um momento de difusão dessas iniciativas bilaterais Brasil-EUA. A organização do programa Ponto IV, quanto às missões e acordos bilaterais de cooperação técnica enviadas aos países, passou a ser capitaneada pelo órgão conhecido como Missões de Operação dos Estados Unidos no Brasil (*United States Operation Missions/Brazil*, USOM/Brasil).

¹⁵ Segundo essa distribuição entre essas três categorias era muito desigual e refletia na pobreza que grande parte da população rural vivia no período. Os “dados do censo de 1950 indicavam que o Brasil estava incluído no grupo de países que possuíam mais de 60% da força de trabalho na agricultura, com um índice de Gini muito forte (0,84), atestando a mais extrema desigualdade na distribuição da terra.” (GOMES [Et.all], nota2, p.148).

A missão brasileira (USOM/Brasil) até 1955 se reportava e captava recursos do escritório central sediado nos EUA, denominado Associação de Operações no Estrangeiro (*Foreign Operations Association*, FOA). De 1955 a 1961, esse escritório central mudou de nome duas vezes: primeiro para a Administração Internacional de Cooperação (*International Cooperation Administration*, ICA) e depois, em 1961, para Agência dos Estados Unidos de Desenvolvimento Internacional (*United States Agency of International Development*, USAID).

Essa última mudança deu-se no início da administração John Kennedy (1961-1963), quando a cooperação econômica norte-americana na América Latina foi redefinida pelo impacto da Revolução Cubana de 1959. Dessa maneira, surgiu o programa “Aliança para o Progresso” em 1961 (LOUREIRO, 2020, p.51-52), sendo essa reconfiguração internacional do papel da cooperação técnica o marco final da nossa pesquisa em 1961.

A USOM/Brasil era composta por um diretor estadunidense e um representante brasileiro. Posteriormente, vinham os chefes de divisão, os quais atuavam em diferentes áreas que faziam parte do programa. No Brasil, para além da Divisão de Agricultura e Recursos Naturais (ANR), demais divisões se faziam presentes, das quais destacamos: a Divisão de Administração Pública e Negócios (*Public and Business Administration Division*, PBAD); a Divisão de Saúde e Saneamento (*Health and Sanitation Division*, HSD); e Divisão de Educação (*Division of Education*).

A partir dessas divisões da USOM/Brasil, uma série de iniciativas foram estabelecidas, a princípio, para intercâmbio de pessoal e conhecimento entre Brasil e EUA. Dentre outras iniciativas de destaque no âmbito bilateral, o incremento de projetos já existentes foi uma das estratégias empreendidas pelo programa. Exemplos, para além do Escritório Técnico de Agricultura (ETA), estão no estabelecimento de acordos como a “Comissão Brasileira de Ensino Industrial” (CBAI), e o “Serviço Especial de Saúde Pública” (SESP).¹⁶

Segundo relatório de outubro de 1955, o diretor da USOM/Brasil, William Warne,¹⁷ definiu que o objetivo da missão era:

¹⁶ NOVO diretor do “Ponto IV” no Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1954. Caderno 1. P.6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_07&pasta=ano%20195&pesq=SESP&pagfis=37928. Acesso em 27 de outubro de 2022.

¹⁷ William E. Warne foi sucessor de Edson Hartzell no comando do Ponto IV no Brasil. Assumiu após a morte de Hartzell no segundo semestre de 1954, ficando no cargo até maio de 1956, quando assumiu o posto de diretor

“[...] assistir o Brasil através do treinamento e demonstração do desenvolvimento social e econômico do Brasil. [...] Como o Brasil é um país enorme, com uma geografia complexa, economia variada, transporte inadequado e desenvolvimento desigual, os projetos em assistência técnica são técnicos são amplamente diversos e formam um padrão complexo. O programa objetiva ajudar o Brasil a balancear seu desenvolvimento nacional e melhoria de produção através de recursos adicionais, integração de programas, emprego de novas técnicas, ea aplicação de métodos mais eficientes. O empreendimento do programa reside em fortalecer as instituições e serviços projetados para **assistir o povo a se autoajudar**. [Grifo nosso] O programa foi desenhado para contribuir com a elevação da condição de vida da população rural e levar a um melhoramento das condições de trabalho e da vida urbana”.¹⁸

Esse trecho em destaque elucidado como princípios de “autoajuda” estavam arraigados às diretrizes gerais estadunidenses, as quais vinham sendo apontadas desde o anúncio do Ponto IV de maneira geral, mas não só. A fala geral aponta para o tipo de iniciativa que a cooperação procurava se filiar: um balanço do desenvolvimento brasileiro, calcado na melhoria de condição urbana e rural no Brasil, que vinham sofrendo com o desarranjo do êxodo rural antes mesmo de projetos de caráter industrializantes como o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek. A tendência social de desenvolvimento, num amálgama de técnicas e trabalhos voltados a melhoria das condições de vida, seria um padrão dos acordos citados anteriormente, inclusive o Escritório que até 1955 ainda estava se organizando para operar no Brasil.

A missão procurou estabelecer contatos e uma certa capilaridade logo quando finalmente pôde se estabelecer no Brasil em 1955. A morte de Vargas e a incerteza no cenário político brasileiro foram fatores que retardaram a organização do programa, incluindo o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA (ETA). Ao longo de 1955, o então diretor da USOM/Brasil, William Warne, articulou uma série de visitas no Brasil, como as regiões Nordeste e o estado de Minas Gerais. O objetivo era estabelecer contatos com as principais

do Ponto IV na Coreia do Sul. Para seu desligamento, ver: Info Report A-1984, de Program para ICA, 14 de junho de 1956. Pasta TOICA A-1801 - 1900, Box 6, NARA, p.1.

¹⁸ Info Report A-526, de Program para ICA, 10 de outubro de 1955. Pasta TOICA A-1801 - 1900, Box 2, NARA, p.1. A seguir, tem-se a reprodução do trecho original: “[...]assist through training and demonstration the social and economic development of Brazil. [...] Since Brazil is a large country with complex geography, varied economy, inadequate transportation, and unequal development, the projects in technical assistance are widely diverse and form a complex pattern. The program as a whole aims to help Brazil improve the balance of her national development and increases production through the use of additional resources, the integration of program, the employment of new techniques, and the application of more efficient methods. The program endeavors to strengthen institutions and services designed to assist people to help themselves. It is designed to contribute to the people raising of the level of living of the rural people and lead toward the betterment of working conditions and of urban life.”

lideranças brasileiras, bem como acompanhar a aplicação dos projetos existentes, como o ETA, mas também o CBAI e SESP.¹⁹

O Nordeste é uma visita importante de se destacar aqui, para posteriormente entendermos a fisionomia do programa, bem como o impacto do fenômeno da Guerra Fria no nosso objeto, principalmente na parte estadunidense. Nesse relatório sobre a viagem de Warne, tem-se a citação e definição mais enfática da região como uma região estratégica no Brasil. Em um desses relatórios, afirma-se: “É reportado [pelos representantes da USOM/Brasil] que toda que a porção das cidades de Recife à Fortaleza possuem infiltração comunista, não apenas entre as classes trabalhadoras, mas aos chamados intelectuais também”.²⁰

No mesmo relatório citado anteriormente, comenta-se sobre um editorial do jornal “O Diário de Notícias” acerca da missão estadunidense, em que:

“O Ponto IV tem enviado especialistas para a região na tentativa de se viabilizar um plano para salvar essa área [Nordeste], e os EUA têm dado ajuda real para se resolver o problema e aumentar a produtividade. Isso ocorre principalmente no campo da agricultura. O Brasil precisa desse tipo dessa colaboração, mas os agentes do imperialismo soviético acham uma agressão”²¹

Para além de exaltar a ação de cooperação dos EUA frente a uma oposição aos “agentes do imperialismo soviético”, tem-se também indicação da importância da agricultura nesse tipo de iniciativa de recuperação do Nordeste. Já em outros veículos de imprensa, essa “ameaça” seria articulada junto de um cenário de preocupação com as condições de vida no campo. Por exemplo, na edição de Março-Abril de 1954 de “A Lavoura” não há menção do Ponto IV, mas de iniciativas que poderiam afastar o “Socialismo agrário”: a melhoria da educação rural e pesquisas para tirar a massa trabalhadora agrícola da instabilidade no campo.²²

Nesses excertos dos relatórios de viagem do diretor da missão, William Warne, e nos veículos de imprensa há indicativos de como a questão da percepção e do combate ao comunismo está associada ao trabalho de cooperação bilateral. Entretanto, essas concepções são acompanhadas de noções sobre o desenvolvimento, em que os aspectos econômicos e

¹⁹ Special Report A-776, de Program para ICA, 28 de novembro de 1955. Pasta TOICA A-801 - 900, Box 4, NARA, p.9.

²⁰ Special Report A-705 de Reports Office/USOM para ICA, 14 de novembro de 1955. Pasta TOICA A-1801 - 1900, Box 4, NARA, p.2.

²¹ Idem.

²² TORRES FILHO, Arthur. Sociedade Nacional de Agricultura: Socialismo agrário – exposição do presidente, profº Arthur Torres. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, ano LVII, mar- abril. 1954. P..38.

sociais estão imbricados ao se observar o discurso do diretor Warne. O tipo de acordos citados anteriormente também demonstra essa imbricação, em que temas como a saúde pública ganham predominância junto de iniciativas ligadas à educação industrial por parte dos acordos firmados por Brasil e EUA no contexto do Ponto IV.

Portanto, não se pode ignorar o fenômeno da Guerra Fria nas missões oriundas deste projeto, todavia a matização parece ser fundamental dado o escopo de atuações como está, mesmo a cooperação técnica sendo tida como uma iniciativa menor dentro da ajuda internacional desejada pelos atores brasileiros. A modernização não é um fenômeno nascido da Guerra Fria, mas é alterado pelas novas dinâmicas e percepções do período, em que ambos se intersectam em diferentes momentos e áreas, como a agricultura.

1.6 Conclusões do capítulo

Diante da análise desses panoramas e da estrutura do Ponto IV no Brasil através da USOM/Brasil, é perceptível como a cooperação agrícola insere-se em um complexo contexto, que articula debates internos sobre a produtividade agrícola e discussões mais globais sobre o desenvolvimento brasileiro na primeira metade da década de 1950. Apesar da frustração brasileira com os programas de ajuda externa estadunidense, instituições de cooperação bilateral foram levadas a cabo no Brasil na primeira metade da década de 1950.

A natureza da cooperação técnica não pode ignorar o fenômeno da Guerra Fria, todavia ao adentrar nas concepções da missão no Brasil nos é exigido uma elaboração mais ampla da inserção de políticas e conhecimento no Brasil. A natureza do programa estadunidense, associada a uma preocupação com o desenvolvimento econômico junto de outras áreas do Brasil, leva-nos a entender que este fenômeno pode ser mais bem entendido não apenas pelo seu viés quantitativo, mas também pelo viés qualitativo que a discussão e o conceito de modernização moldou-se e foi aplicado, no escopo do nosso objeto, o ETA.

Logo, faz-se necessário para o avanço do entendimento das redes de conhecimento e concepções de desenvolvimento no âmbito agrícola, abordar no próximo capítulo os pontos de foco do ETA, através dos objetivos traçados e da natureza dos requerimentos aprovados pelo Escritório para projetos na área da agricultura.

Capítulo 2- ETA: bases de atuação e estrutura do Escritório (1954-1958).

A criação do ETA, dado o capítulo anterior, filiou-se a uma discussão mais ampla sobre modernização e desenvolvimento brasileiro, que apontou a questão do campo e da alimentação como enquadramentos possíveis dentro de um desenvolvimentismo que vinha se consolidando no Brasil no início da década de 1950. A baixa produtividade agrícola e a necessidade da melhoria de técnica estavam no horizonte dos atores, sendo apontada também nas missões diagnósticas no âmbito da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU).

Diante desses debates, cabe-nos entender algumas questões para endereçarmos melhor a sedimentação do ETA no Brasil. Quais eram as diretrizes de atuação do Escritório no contexto do Ponto IV Qual a natureza dos projetos e suas respectivas distribuições geográficas? Por acaso o fenômeno da “Guerra Fria” era determinante nessa tomada de decisão?

O objetivo deste capítulo está em demonstrar as estratégias e natureza do ETA no Brasil, o qual tem uma predominância em regiões como Nordeste e Sul. Ao promover o método de extensão, entendemos que o Escritório buscou inserir noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento para as instituições de pesquisa e auxílio rural no Brasil, abarcando desde áreas ligadas à educação rural até projetos para a melhoria de cultivo de gêneros agropecuários. Para tanto, este capítulo se divide em quatro seções, para além da conclusão.

Na primeira abordamos a criação e estrutura inicial do ETA. Na segunda seção, o ponto está em discutir a política extensionista mais detalhadamente, entendendo como esses conceitos ecoam no ETA acerca da visualização do produtor rural no Brasil e seu desenvolvimento; no terceiro tópico, analisamos os projetos de treinamentos de brasileiros nos EUA e distribuição dos projetos pelo Brasil até 1958; Na última seção, entendendo a importância do treinamento e da fundamentação de conceitos extensionistas, focaremos a análise no centro de treinamento apoiado pelo ETA na Fazenda Ipanema no estado de São Paulo para o incremento das redes de conhecimento no Brasil nessa temática.

2.1 Estrutura do Ponto IV e as bases de atuação da missão no Brasil

No Brasil, durante o período da Segunda Guerra mundial, uma série de atividades agrícolas, como pesquisas sobre borracha e a emergência da produção de alimentos, iniciaram-se. Estas foram seguidas por pesquisas e desenvolvimento do cacau, treinamento para o uso de maquinário agrícola e pesquisas científicas sobre a autoridade do Escritório de

Assuntos Inter-Americanos (*Office of Inter-American Affairs, OIAA*).²³ Esperava-se que a USOM/Brasil, através da ANR, tomasse parte nesse tipo de projeto na sua cooperação. O ETA refletiria alguma dessas iniciativas como veremos posteriormente.

O Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA foi criado em 26 de junho de 1953 através de tratado bilateral “Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, para a execução de um Programa de Cooperação Agrícola”. Trata-se de uma instituição bilateral entre EUA e Brasil, que estabeleceria o desenvolvimento de pesquisa em agricultura e recursos naturais no Brasil.²⁴ O objetivo do acordo seria de facilitar o desenvolvimento da agricultura e dos recursos naturais do Brasil, mediante ação conjunta dos dois governos, a partir do intercâmbio de conhecimentos e processos técnicos.²⁵

Para isso, a instituição bilateral contaria com contribuições financeiras de ambas as partes, acertando-se que o ETA seria composto por um co-diretor brasileiro e um co-diretor estadunidense, este último sendo o diretor também da Divisão de Agricultura da ANR da USOM/Brasil. Alberto Oliveira Motta e Robert Groves foram os primeiros a ocupar essas funções, respectivamente.²⁶

A ativação do Escritório ainda levaria algum tempo. O então Presidente Getúlio Vargas solicitou a liberação e a aprovação de crédito para o ETA em julho de 1953, através do Projeto de Lei 3510/1953, o qual foi votado e aprovado pela câmara e senado no ano seguinte, dando origem à Lei nº 2.209, de 24 de Maio de 1954.²⁷ Essa lei autorizava o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 14 milhões de

²³ Terminal Report A-563, Rio de Janeiro para ICA, 13 de outubro de 1955, TOICA A-501 to A-600, Box 4 ,MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.1. A OIAA foi um escritório criado em novembro de 1941 durante a Segunda Guerra Mundial para promover uma “cooperação hemisférica” na América Latina, a fim de trazer segurança aos EUA em relação ao Eixo. Assim a OIAA, liderada por Nelson Rockefeller, procurou estabelecer iniciativas de cooperação e investimento em áreas como comunicações, relações sociais, saúde e áreas comerciais. O OIAA funcionou até 1946, quando foi descontinuada. Para mais informações ver: ERB, 1985, pp.250-255.

²⁴ Brasil. Ministério de Relações Exteriores. “Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, para a execução de um Programa de Cooperação Agrícola”. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamentoacordo/970?TituloAcordo=Acordo%20para%20o%20Programa%20de%20Agricultura%20e%20Recursos%20Naturais&tipoPesquisa=1&TipoAcordo=BL,TL,ML#vigencia>. Acesso em: 25/04/2021.

²⁵ Idem, p.2

²⁶ Para a lista de co-diretores do ETA, ver Anexo I: BARBER, op.cit.,p.147. Groves duraria no cargo apenas entre 26 de junho de 1953 a 2 de Outubro de 1953, sendo substituído por Raub Snyder.

²⁷ BRASIL. Dossiê Projeto de Lei 3510-1953. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0D9BB08E31B01019C57DEA479935BDA0.proposicoesWeb2?codteor=1219015&filename=Dossie+-PL+3510/1953 . Acesso em 01/05/2021.

Cruzeiros, “destinado a atender ao pagamento da contribuição do Brasil para manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acordo para execução de um programa de cooperação agrícola, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América”.²⁸

Todavia, a ratificação ainda não havia sido feita pelo presidente Vargas. Conforme posto pelo diretor da “Administração de Cooperação Técnica dos EUA” (ICA) no Brasil, Edson Hartzell, na sessão da câmara brasileira de 13 de Maio de 1954, em que se aprovava a lei com liberação de crédito ao Escritório Técnico de Agricultura, caso o Brasil não depositasse as contribuições acordadas e ratificasse o acordo até 30 de junho de 1954, o acordo se encerraria.

Segundo Sônia Mendonça, a aprovação do crédito realizada em 1954 seria suficiente para a atuação de fato do Escritório. Sobre a ausência da ratificação do congresso, a autora pontuou que:

“tendo em vista a delicada experiência anterior com o Congresso Nacional, quando da recusa em aprovar convênio com o Ministério da Educação, o Acordo de Cooperação Técnica para a Agricultura e Recursos Naturais entraria em vigor, provisoriamente, a partir da data de sua assinatura em 1953 – mesmo sem o aval do Legislativo – sendo implementado definitivamente – ou seja, ratificado pelo Congresso – em maio de 1956. No decorrer dos anos 1950, convênios binacionais firmados frequentemente lançaram mão de semelhante expediente para “driblar” o Legislativo brasileiro, agilizando sua implementação”. (MENDONÇA, 2010b, p.158).²⁹

O Escritório foi anunciado pelo seu co-diretor brasileiro, Alberto Oliveira Motta, em outubro de 1954 numa reunião com entidades agrícolas brasileiras. O ETA seria definido por Motta como uma instituição que analisaria vários projetos de ensino, pesquisas e fomento agrícola, atuando da lavoura à pecuária na estruturação de projetos junto de entidades brasileiras.³⁰ Nessa reunião, pedidos de atuação em áreas como algodão e pesca, bem como bolsas de estudos para técnicos brasileiros, foram repassados aos co-diretores por essas

²⁸ Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1954-05-24;2209> . Acesso em 18/07/2021.

²⁹ Detalhando brevemente esse processo apontado por Mendonça, a aprovação de fato se iniciaria apenas em 1954, através do projeto de lei 4946/1954 na comissão de diplomacia da câmara. Pra a aprovação ver: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=225502> . Acesso em: 18/07/2021. O projeto seria aprovado pela câmara apenas em 05 de maio de 1956, sendo promulgado pelo presidente em exercício, o Vice-Presidente do Senado Federal Apolônio Sales em 08 de maio e publicado no dia seguinte no diário oficial. Para isso, ler: Publicação no Diário do Congresso Nacional do Decreto Legislativo Nº20, de 1956. Seção 1. 09/05/1956. p. 921. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/586501> . Acesso em 25/04/2021.

³⁰ FOMENTO da Produção agrícola. **O ESTADO DE S. PAULO**, 16 de outubro de 1954, Geral. p.7. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19541016-24370-nac-0007-999-7-not/busca/ETA> . Acesso em 15 fevereiro de 2022. Alberto Motta fez parte da equipe brasileira presente na subcomissão de Agricultura do CMBEU, ver GOMES, 2019, p.136. Porém não há mais informações sobre a participação de Motta na subcomissão.

entidades agrícolas.³¹ Como é perceptível nessas solicitações, havia uma amplitude considerável nas áreas interessadas.

Diante desse cenário, e da abrangência das solicitações de cooperação pelo lado brasileiro, internamente, segundo Raub Snyder, sucessor na direção da ANR no Brasil, o ETA teria como objetivo desenvolver quatro áreas no Brasil em matéria de agricultura: promoção da extensão; o desenvolvimento da educação e pesquisa; foco na melhoria das técnicas de conservação do solo e recursos naturais; projetos em torno da produção e nível de produtividade da unidade rural.³² O foco residiria tanto em relação à formação dos profissionais envolvidos, como na melhoria nos canais de informação técnica agrícola, para que os conhecimentos mais atualizados chegassem ao produtor.³³

Para tal objetivo, o tratado que deu origem ao Escritório estabelecia a contribuição de 175 mil dólares por parte dos EUA e de 31 milhões de Cruzeiros por parte do Brasil ao órgão até o fim de 1953, em que os valores fixos de contribuição seriam posteriormente definidos.³⁴ Em março de 1955, a ANR tinha lugar de destaque na contribuição entre as demais divisões da USOM/Brasil.³⁵ Os dados sobre os recursos de fato aplicados pelo lado estadunidense são fragmentados e muitas vezes tem-se apenas o que era esperado de ser aplicado, sem a confirmação de fato. Na tabela a seguir listamos os valores destinados e discutidos entre os anos fiscais 1954 e 1957, a fim de exemplificar melhor a magnitude dos valores da cooperação:

*Tabela 2.1 – Contribuição do Ponto IV estadunidense ao ETA e a ANR no Brasil entre os anos fiscais de 1954 a 1957.*³⁶

³¹ Fomento da Produção agrícola. **O ESTADO DE S. PAULO**, op.cit., p.7.

³² Terminal Report A-563, op.cit, P.2. Raub Snyder, primeiro diretor da ANR no Brasil entre 02 de outubro de 1953 e 31 de agosto de 1955. Consequentemente era o co-diretor estadunidense do ETA durante o mesmo período.

³³ Idem, pp.3-4.

³⁴ BRASIL, op.cit., pp.4-5.

³⁵ O ano fiscal estadunidense corresponde ao período de outubro a setembro.

³⁶ Importante mencionar variação da paridade entre cruzeiros e dólares ao longo dos anos, para se ter melhor dimensão das contribuições envolvidas na cooperação. Segundo o relatório de Fred Barber, extensionista da ANR, a taxa de variação de cada um dólar para o cruzeiro (*official rate of Exchange cruzeiros per dolar*) seguiu a seguinte variação entre 1953 e 1961: 37,70 a 55 em 1953; 55 a 74,70 em 1954; 76 a 67 em 1955; 68 a 66 em 1956; 67 a 90 em 1957; 91 a 137,5 em 1958; 141,5 para 192 em 1959; e 187 a 204 em 1960; 204,5 a 385 em 1961. BARBER, op.cit., p.136.

Ano fiscal	Contribuição da USOM/Brasil ao ETA via ANR	Gasto com Pessoal da ANR (em milhares de dólares)	Total da ANR³⁷	Total da USOM/Brasil (em milhões de dólares)
1954	300	220.7	799.100 mil dólares	2.618.300
1955	300	384	934.300 mil dólares.	2.850.100
1956*	300	467	1.055.000 milhões de dólares	3.470.000
1957	300	500	836 mil dólares	Não encontrado

*Valor não totalmente definido neste momento para o ano de fiscal de 1956. Fontes: Para os anos fiscais de 1954 a 1956 ver Info Report, A-894, Rio de Janeiro para USFO, março de setembro de 1955, TOICA A-801 to A-900, Box 2, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.41. Para o ano fiscal de 1957 ver: Info Report A-1479, Rio de Janeiro para ICA, 04 de abril de 1957, TOICA A-1401 to A-1500, Box 5, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.. Após essa data contribuições da USOM/Brasil às divisões não foram encontradas de forma sistematizada.

Logo, a contribuição ao ETA foi fixada no período, com a destinação de recursos ao pessoal que faria parte da missão tendo algum incremento entre os anos fiscais de 1954 a 1956. A divisão sempre ocupou um lugar de destaque no orçamento, demonstrando um foco da missão na questão agrícola e de recursos naturais neste momento da missão em meados da década de 1950.³⁸ A partir de 1957, a contribuição começa a decair no total, dado um rearranjo da cooperação em que além dessa redução a agricultura passa a não ter mais a primazia dos primeiros anos.

Não há nenhum apontamento explícito sobre a importância da agricultura frente às outras divisões. Porém, como visto na fala definição dos objetivos da missão no capítulo, o objetivo de atuar na melhoria das condições de vida no campo, dado a grande presença da população rural no Brasil, seria uma hipótese da primazia de projetos agrícolas nesta metade da década de 1950.

Dadas essas bases de atuação apresentadas e natureza da contribuição estadunidense ao Escritório, cremos que nos cabe debruçar de forma mais detida no conceito de extensão

³⁷ As contribuições à ANR também envolviam projetos para pesquisa e extração de borracha no Norte do Brasil. Para uma apreciação geral das essas atividades ver: Terminal Report A-559, Rio de Janeiro para ICA, 19 de setembro de 1957, TOICA A-501 to A-600, Box 10, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

³⁸ As divisões de Educação e Saúde e Saneamento dividiam a concentração de recursos, sendo estas três divisões que se revezavam na primazia das contribuições.

destacado pela instituição. Entendemos que esse método dialoga com o tipo de desenvolvimento e assistência agrícola que o ETA procurava fomentar no Brasil, sendo fundamental para enquadrarmos as demais iniciativas do Escritório, bem como algumas conclusões sobre este.

2.2 Extensão e treinamento: as concepções e ações iniciais do ETA no Brasil

Essa seção se propõe a discutir abordagens que o conceito de extensão rural trazia de um contexto estadunidense para o brasileiro. O conceito de extensão é comumente retomado pela literatura, a partir de manuais da passagem da década de 1940 e 1950, como feito detalhadamente por Maria Fonseca. (FONSECA, op.cit., pp.35-68) O ponto nesta seção é destacar aspectos importantes dessa concepção central na cooperação técnica Brasil-EUA, intercalando com a abordagem e entendimento de representantes estadunidenses do ETA, principalmente. Mais que um método técnico, cremos que a extensão carrega uma visão sobre o trabalhador e a unidade rural a serem transformados, que ecoa nos representantes estadunidenses da ANR e acabará por influenciar as ações e projetos do ETA na segunda metade da década de 1950.

O início da década de 1950 pode ser considerado um momento marcante para a estruturação de programas baseados na extensão rural. Além de ser um dos pilares do ETA, essa política também seria o cerne por trás da criação de instituições como o Serviço de Economia Rural (SER) em 1953 e o Serviço Social Rural (SSR) do Ministério da Agricultura Brasileiro em 1955 (NODARI, 2020, p.312).³⁹

A extensão rural tem origem nos EUA durante a passagem do século XIX para o XX num processo que, segundo Claiton Silva, num momento em que a agricultura ganharia um caráter mais “racional” e de “difusão científica” (SILVA, op.cit., pp.41-42). A extensão pode ser definida, de maneira geral, como a transmissão de conhecimentos técnicos produzidos por institutos experimentais aos produtores, criando uma “educação comunicativa” a fim de permitir a melhora do nível de produtividade agrícola da unidade rural (BERCHARA, 1954, p.2 APUD SILVA, p.119). Outras definições, como a de Lincoln Kelsey e Cannon Hearne,

³⁹ Ainda na discussão sobre a criação do SSR, este já era apontado como um órgão que proporia um plano de educação rural que envolvia escolas agrícolas, centros de treinamento e semanas rurais. Ver: SILVEIRA, Geraldo Goulart da. Agentes da Educação Rural. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, ano LVI, jan-fev.1953. P.16.

complementam afirmando que se trata de um serviço apolítico e “um sistema não-escolar de educação, em que adultos e jovens aprendem realizando”.⁴⁰

O caráter apolítico de um sistema como este foi amplamente debatido pela literatura. Autoras como Sônia Mendonça (2010b) e Maria Fonseca (1985) advogam como a extensão representa uma abordagem das elites agrárias e políticas, os quais buscavam circunscrever o debate da produtividade rural ao produtor e suas práticas, e não a outros fatores como a distribuição de terras (MENDONÇA, op.cit, pp.160-161; FONSECA, op.cit., p.75). Logo, parece-nos certo que de fato essa proposição extensionista, bem como qualquer política pública, não pode ter descaracterizadas suas filiações e objetivos políticos nas origens e desdobramentos.

Assim, cremos que retomar o conceito através de manuais e relatórios dos técnicos sobre extensão nos fornecerá alguns meandros acerca de quais conceitos eram trazidos sobre o agricultor e o desenvolvimento agrário que se buscava aplicar no Brasil através de política consolidada nos EUA.

Em revistas rurais, como “A Rural”, têm-se matérias que cobrem o que podemos definir como um “esforço” de introdução dos conceitos de extensão a serem trabalhados pelo Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA. Um desses movimentos foi a apresentação do então extensionista da ANR no Brasil ligado ao ETA, Ralph Hansen, em dezembro de 1955 numa conferência rural no estado de São Paulo, denominada justamente “Importância e utilidade dos trabalhos de extensão agrícola: como deve ser orientada a atividade do agente encarregado das pesquisas e experiências feitas nas repartições técnicas e estabelecimentos de ensino superior de agricultura”. Hansen destacou o importante papel dos canais de informação agrícola e da atuação dos técnicos no convencimento propriamente do produtor rural a empreender mudanças nas práticas agrícolas, tanto nos métodos como nos empreendimentos

⁴⁰ HEARNE, Cannon; KELSEY, Lincoln. Serviço de extensão cooperativa- Cursos de extensão. Programa de Publicações Didáticas . Agência Norte-americana para o desenvolvimento internacional – USAID, RJ, 1966. P.10. Lincoln Kelsey e Cannon Hearne eram, respectivamente, professor de cursos de extensão da Cornell University e Diretor da divisão de treinamento para estrangeiros da Divisão de Agricultura dos EUA (*United States Departamento of Agriculture, USDA*).

O livro original foi publicado em 1949 e era chamado de “*Cooperative Extension Work*”. Este livro foi editado posteriormente em 1955 e 1963. Esta versão em português se baseia na edição de 1963 deste livro e foi traduzida no âmbito posterior da cooperação Brasil-EUA dentro do que viria a ser a Agência dos Estados Unidos de Desenvolvimento Internacional (*United States Agency of International Development, USAID*). Assim, com este adendo, considera-se pertinente sua utilização, dada seu detalhamento sobre a política extensionista estadunidense.

de novos tipos de sementes.⁴¹ Essa atuação seria importante para o estabelecimento de uma agricultura mais produtiva, em que “a maior contribuição do fazendeiro para a estabilidade de preços será a ALTA PRODUÇÃO [grifo da revista]”.⁴²

Ao introduzir o conceito de extensão nesta conferência, Hansen apontou a aplicação da extensão como passível de três métodos, que compreendemos na verdade mais como os tipos de abordagens para se constituir esses canais de informação. O primeiro refere-se ao método de extensão através de contatos e demonstrações individuais entre técnicos e agricultores. O segundo seria realizado no “contato com grupos”, através de visitas e demonstrações. Por último, a extensão poderia ser realizada através do fornecimento de informação em massa, através de boletins educacionais, rádio, artigos de revistas, entre outros.⁴³ Hansen entendia que “viver nas fazendas era estar isolado”, e que caberia ao serviço de extensão preencher esse canal em branco entre a “agricultura moderna” e a unidade rural.⁴⁴

Nessa fala, percebe-se como a figura do fazendeiro ou produtor rural prevalece, não havendo indicativos de ações para os outros grupos de “trabalhadores da terra” indicados como componentes da estrutura rural brasileira ao final do capítulo anterior. Ademais, foi observado em manuais sobre extensão produzidos por estadunidenses e que circularam no Brasil, como a de Lincoln Kelsey e Cannon Hearne, que a constituição de um sistema de extensão teria “o desenvolvimento das populações o seu objetivo fundamental”.⁴⁵

Importante ressaltar que, através desse objetivo de se promover um sistema de extensão no Brasil, tem-se o desenvolvimento das populações no sentido também “social” articulado ao desenvolvimento econômico, tendência já observada no Ponto IV através da ANR no Brasil, reforçando o caráter político da promoção de um sistema extensionista no país. A extensão não só configurava-se como um projeto aplicável através da cooperação técnica, como também dialogava com os princípios adotados pela missão.

⁴¹ HANSEN, Ralph. “Importância e utilidade dos trabalhos de extensão agrícola: como deve ser orientada a atividade do agente encarregado das pesquisas e experiências feitas nas repartições técnicas e estabelecimentos de ensino superior de agricultura”. **A Rural**. São Paulo, dezembro de 1955, ano 35. P.14.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ HANSEN, *op.cit.*. P.12.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ HEARNE & KELSEY, *op.cit.*, p.10. Cabe mencionar que não apenas esses manuais circularam no Brasil: entre 15 de outubro e 15 de dezembro de 1959, Canon Hearne fez parte de uma missão que tinha como objetivo realizar estudos e diagnósticos da recém criada Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Para isso, ver (FONSECA, *op.cit.*, pp.146-148).

Transferir responsabilidade aos trabalhadores rurais também era condizente com o princípio de autoajuda determinado pela missão. Retomando novamente o trabalho de Hearne e Kelsey, estes apresentavam que o “êxito do indivíduo e da família é uma medida básica do valor do trabalho, o progresso a ser executado é determinado pela população local em cooperação com o profissional do serviço de extensão”.⁴⁶ A transformação das comunidades, em que o conhecimento e seu emprego seriam transformadores na unidade rural, será um ponto visto posteriormente no contato do ETA com outras instituições ao longo da década de 1950.

Relevante apontar que essa transformação e retirada do produtor rural de um estado de isolamento e de práticas arcaicas significava também inserir o produtor rural numa cadeia produtiva modernizada na agricultura. Em dado momento, o manual explicita que a retirada do produtor dessa condição individualista serviria também para a “necessidade de o produtor lidar com grandes corporações das indústrias”.⁴⁷

Esse tipo de concepção do agricultor como um individualista e não integrado a uma cadeia que pudesse gerar melhoramento das práticas agrícolas aparece também nos técnicos estadunidenses do ETA. O primeiro co-diretor do Escritório, Raub Snyder, ao comentar a necessidade de integração dos canais de informação agrícola para se chegar à unidade rural comenta que “O agricultor é um individualista, em que ele é orgulhoso de seu trabalho e de seu conhecimento prático adquirido de seus ancestrais, que o permitem lutar contra as condições que o cercam”.⁴⁸

A mudança das práticas do agricultor, para além de relatórios internos e publicações de revistas agrícolas, era realizada pelos próprios materiais de divulgação do ETA. Posteriormente, já em 1958, o Escritório publicaria uma revista de edição única, como uma espécie de balanço dos projetos realizados até então pelo projeto bilateral. Nesta revista, chamada “ETA em marcha”, a extensão é apresentada como

“destinada a prestar ao homem do campo uma assistência objetiva de caráter educacional, no sentido de capacitá-lo a identificar e procurar a solução dos seus

⁴⁶ HEARNE & KELSEY, op.cit., p.42-43.

⁴⁷ Idem, p.97.

⁴⁸ No original: “The farmer is an individualist, for he is proud of his work and his practical knowlwdge acquired from ancestors which enable him to fight with the elements which sourrounding him”. Terminal report A-563, op.cit., pp.5-6

problemas tanto no âmbito da agricultura quanto no doméstico, tornando-o uma parte mais atuante, mais organizada e mais consciente da sociedade em que vive”.⁴⁹

Essa transformação, logo, passava pelo produtor rural e suas práticas. Todavia, a extensão propunha ser um método mais abrangente para que isso ocorresse, sendo necessário operar-se uma parceria entre o governo, as universidades de agronomia e a população, proporcionando ensinamentos e educação destinados a satisfazer as necessidades do povo.⁵⁰

Dessa maneira, tem-se como a extensão é uma proposta simultaneamente de mediação assistencialista e modernização da unidade rural, que, sintetizando, elenca seus propósitos ao definir as necessidades do produtor rural: melhoria das suas técnicas, execução de um progresso na agricultura; entendimento da prática agrícola como parte de uma comunidade, tirando dessa condição de individualista; e, por último, tornar o produtor apto a lidar com a industrialização e corporativização do campo.

Evidentemente, esses princípios partem do que foi a experiência estadunidense de transformação rural na primeira metade do século XX, além de eventualmente articularem fenômenos que nos parecem capazes de coexistir num cenário de disputas rurais, suprimindo coerções e violências sujeitas a esse processo, seja em manuais, seja na concepção de representantes da ANR no ETA. Mesmo assim, a tradução para o português e circulação desses conhecimentos, aqui coletados de manuais da missão estadunidense ou de órgãos extensionistas brasileiros, dão dimensão dos encaminhamentos possíveis e noção de desenvolvimento engendrados no âmbito da cooperação técnica bilateral Brasil-EUA.

Portanto, é perceptível a carga que o conceito e política extensionista carregam, ecoando tanto em técnicos, como em materiais de divulgação do ETA em 1958. Essa construção vai de encontro com o que autores como Rodrigues apontam, que no Brasil entre 1948 e 1962 a extensão se encontrava na fase “humanista assistencialista” focado na transformação das condições de vida do produtor rural e sua família (RODRIGUES, p.233, APUD, OLIVEIRA, 2013, p.65). Esse processo é visto não só na origem do conceito de extensão, como na apresentação e “defesa” do modelo vista e representante como Ralph Hansen em 1955. Essas concepções são importantes para delimitarmos as concepções de desenvolvimento agrário oriundos dessa cooperação. Sintetizando parte das discussões e

⁴⁹ ETA em Marcha. 1958. P.4.

⁵⁰ HEARNE & KELSEY, op.cit., p.10.

definições sobre o conceito de extensão, voltaremos ao ETA para entender seus projetos desempenhados no Brasil.

2.3 Focos de atuação e distribuição de projetos do ETA: a abordagem em projetos estaduais para o mercado interno brasileiro e o treinamento

Diante desse cenário, a atuação do Escritório de Agricultura Brasil-EUA (ETA), retomando o co-diretor do ETA Raub Snyder, justificava-se para promover melhorias em quatro áreas, unindo agências e recursos para os projetos. As áreas se referiam à extensão, educação e pesquisa, à conservação do solo e dos recursos naturais, e acerca da produtividade agrícola.

A forma de atuação dos projetos do ETA se baseava no fornecimento de recursos financeiros, materiais e, principalmente, pessoal para os projetos acordados. As informações sobre o lado brasileiro do Escritório são mais escassas e fragmentadas quanto à composição e percepções mais diretas dos atores do Brasil neste órgão bilateral. Acerca da equipe estadunidense do ETA, esta variou de 16 a 46 técnicos entre 1954 a 1961, contando com diretor da Divisão.⁵¹ Os técnicos costumavam realizar treinamentos e consultoria a mais de um projeto, circulando pelo território brasileiro constantemente.

No âmbito geral, era esperado que os trabalhos cooperativos da USOM/Brasil fizessem com que o conhecimento gerado se mantivesse no projeto brasileiro.⁵² Não há indicativos diretos sobre os técnicos estadunidenses da ANR, mas em minutas da reunião de setembro de 1954 pontuou-se a expectativa de que jovens técnicos sanitários que trabalhavam no projeto da SESP aprendessem em matérias de atuação, como a aplicação de engenharia sanitária.⁵³ Dessa maneira, havia expectativas de possibilidades de trocas, em que as áreas subdesenvolvidas serviriam de estudos de caso e aplicação para as equipes estadunidenses, que é plausível que essa troca também ocorresse no âmbito dos técnicos da ANR que participavam do ETA.

Dado o foco da cooperação em preparação de material humano para diferentes tipos de instituições agrícolas brasileiras, pode-se categorizar o treinamento realizado em duas frentes. Primeiro, através da preparação de pessoal no Brasil, principalmente “pioneiros”, capazes de repassar as diretrizes agrícolas do programa a outras instituições agrícolas, fossem estas

⁵¹ BARBER, op.cit., pp.158-168.

⁵²Info Report A-475, de Program para USFO, 23 de novembro de 1954. Pasta TOICA A-1801 - 1900, Box 2, NARA, p.7.

⁵³ Idem.

públicas ou privadas. Segundo, através do treinamento no Brasil, capaz de dar bases aos atores brasileiros envolvidos para prosseguimento de certas matérias agrícolas no país.

Acerca da primeira categoria de treinamento, essa frente de projetos continha, no geral, técnicos da ANR trabalhando juntamente com contrapartes brasileiras. O uso e circulação de técnicos estadunidenses pelo país era a tática do escritório de se levar cursos de formação e atividades de planejamento agrícola a diversas partes do Brasil. Estes tinham origens variadas, indo desde profissionais com experiência em outros países através da USOM, ou ainda com experiência prévia no Brasil, através de projetos anteriores como o do Escritório de Assuntos Inter-Americanos (*Office of Inter-American Affairs*, OIAA).

Por exemplo, Willian C. Tucker, técnico agrícola formado no *Oregon State Agricultura College* em 1939, que desde 1943, durante a Guerra, foi designado para trabalhar em projetos agrícolas junto ao governo brasileiro.⁵⁴ Tucker atuaria como membro do OIAA, inclusive ajudando o Ministério da Agricultura brasileiro a estruturar um centro de treinamento agrícola no país, sendo consultor dos projetos agrícolas do centro a ser sediado na fazenda Ipanema em São Paulo, futura instituição parceira do ETA, como veremos adiante. Ele coordenou projetos agrícolas entre 1948 e 1953, quando foi recrutado pela ANR. No ETA, assumiria justamente a função de controlar os projetos do escritório em 1953.⁵⁵

Indo neste sentido, o ETA, junto de órgãos ligados ao Ministério da Agricultura brasileiro, estruturariam centros de treinamento nos pilares que vinham sendo o foco da cooperação bilateral. Assim, teria origem em setembro de 1955 o projeto ETA nº6, “Centro de Ensino e Treinamento de Ipanema” (CETI), capitaneado também pela Divisão de Fomento da Produção Vegetal (DFPV) do Ministério da Agricultura. O projeto foi o primeiro desse tipo a ser apoiado pelo Escritório Técnico (ETA), num acordo que a princípio duraria 5 anos, encerrando-se em 1960.⁵⁶ O CETI foi estabelecido em Ipanema, onde, desde 1948, funcionava o “centro de treinamento em engenharia rural” (CETER) estabelecido pelo Ministério da Agricultura do Brasil. A instituição era responsável por cursos de irrigação e

⁵⁴ Info Report A-1829, de Program and Report/ANR para ICA, 22 de maio de 1956. Pasta TOICA A-1801 - 1900, Box 4 ,NARA, p.2.

⁵⁵Info Report A-1829, op.cit., p.2.

⁵⁶ Fazenda Ipanema, localizada no atual município de Iperó, em São Paulo, próximo à cidade de Sorocaba. No contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas que, em 1937, o terreno, propriedades e benfeitorias seriam transferidos para o ministério da Agricultura, virando centro de treinamento agrícola, com ênfase em testes de sementes e maquinário. Para a definição do contrato entre ETA e Ipanema, ver: Monthly Report A-307, Rio de Janeiro to ICA, 06 de setembro de 1955, TOICA A-301 to A-400, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

drenagem para a formação de agrônomos e treinamento em manuseio de máquinas agrícolas, que neste contexto eram os tratores.⁵⁷

Posteriormente, outros centros seriam realizados para dar suporte aos projetos apoiados pelo escritório em Pernambuco e no Rio Grande do Sul tendo Ipanema como um modelo de aplicação de cursos de formação de curta e média duração para técnicos e funcionários de instituições agrícolas.

A segunda frente estava na formação de pessoal ligado às entidades patronais agrícolas brasileiras, como a Confederação Rural Brasileira (CRB) e da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), para serem treinados em instituições e universidades agrícolas nos EUA.⁵⁸ Essas sociedades também articulavam medidas de assistência agrícola e organização da classe rural, para além da interseção pelos interesses dos setores exportadores da cadeia produtiva agrícola.

Segundo Snyder, na primeira metade da década de 1950, os enviados brasileiros para estudos agrícolas tinham uma margem maior para escolher programas de treinamento nas bolsas oferecidas, em que estes buscavam temas de interesses próprios do agricultor ou grupo de interesse a que estes se eram filiados. Contudo, em 1956, a ANR redefiniu as possibilidades, circunscrevendo as bolsas do programa aos quatro pilares citados anteriormente, ou seja, a extensão, educação e pesquisa, conservação do solo e dos recursos naturais, e produtividade agrícola. O objetivo era que houvesse uma maior integração entre o que era ensinado aos grupos de brasileiros enviados aos EUA e o que se almejava desenvolver no Brasil.⁵⁹

Após a reorganização do programa, o foco dessa frente estava residido em 4 áreas: formação de Líderes em organização agrícola (*farm organization leaders*); Líderes em extensão (*extension leaders*); Economistas domésticos (*home economists*); e cursos para diretores em colégios e estações experimentais agrícolas, que em parte se relacionam com a

⁵⁷ Não há dados sobre o recorte de 1953 a 1955, todavia entre 1948 e 1953, a instituição chegou a formar 100 agrônomos em cursos de 18 semanas e 700 tratoristas em cursos de 7 semanas. Ver: BARBER, op.cit., p.179-180.

⁵⁸ Monthly Report A-790, Rio de Janeiro para ICA, 08 de março de 1954, TOUSFO A-701 to A-800, Box 2, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

⁵⁹ Info Report A-1251, Rio de Janeiro to ICA, 29 de fevereiro de 1956, TOICA A-1201-1300, Box 5, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA, pp.1-2.

extensão, pois a expectativa era que essas instituições fornecessem e sistematizassem a informação, a qual seria tornada mais palatável ao ser disponibilizada ao produtor agrícola.⁶⁰

Mesmo que não haja números exatos sobre a distribuição do pessoal treinado em cada área ao longo do recorte, sabe-se que ao todo 668 brasileiros estudaram nos EUA de 1951 até 1961 sob o braço agrícola estadunidense do Ponto IV no Brasil, dos quais 158 tiveram treinamento em extensão nesse período.⁶¹ Acerca da distribuição por unidade federativa, tem-se que 16 dos 20 estados teriam representantes enviados. Os cursos tinham duração de 6 semanas a 15 meses, mas em média ocorriam entre 4 e 9 meses.⁶²

Dentre os contemplados com essas bolsas de estudo e treinamento, diretores de institutos agrícolas parceiros eram envolvidos. Um exemplo seria o diretor do Instituto agrônômico do Nordeste, Roberto Farias, que chegou a fazer um *tour* pelas instituições de ensino agrícola nos EUA, mas também em Cuba, Canadá e Costa Rica em 1955.⁶³

Sobre os mantenedores dos treinados, 112 foram pelos governos estaduais, 39 pelo governo federal e 35 por agências privadas, infelizmente sem a descrição detalhada de quais estariam envolvidas nesses treinamentos no período.⁶⁴ Esses produtores atendiam a essas chamadas, por exemplo, por meio do preenchimento de formulários para o atendimento das vagas e áreas oferecidas pelo ETA.⁶⁵ Assim, para além das entidades agrícolas nacionais, as representações estaduais ou regionais também procuravam promover relações com o ETA.

Definindo-se os objetivos gerais do ETA e suas estratégias para a formulação de redes de conhecimento, cabe ressaltar a formulação e distribuição dos projetos do escritório, incluindo a atuação na expansão das associações de crédito supervisionado e extensão rural na segunda metade da década de 1950 no Brasil.

⁶⁰ Info Report A-1251, op.cit., pp.6-7.

⁶¹ BARBER, op.cit., p.6. Os dados contemplam a atuação que vinha sendo feita no Brasil no âmbito do Ponto IV desde 1951, ou seja, antes mesmo da celebração do acordo bilateral que daria origem ao ETA em 1953.

⁶² Monthly Report A-955, Rio de Janeiro para ICA, 04 de janeiro de 1956, TOICA A-901 to A-1000, Box 4, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

⁶³ BRASIL. Ministério de Agricultura ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 24 de Março de 1955. Ministério da Agricultura Avisos Recebidos (1953-1955). Museu Histórico de Diplomático do Itamaraty (MHDI).

⁶⁴ As áreas de treinamento eram variadas e a ANR não aponta os nomes sistematizados de cada enviado aos EUA. Contudo o número de participantes e as aéreas são apresentados até 1956. Para isso ver Monthly Report A-955, op.cit.

⁶⁵ VISITA de Agricultores aos EUA. **O ESTADO DE S. PAULO**. 10 DE MARÇO DE 1956, Geral. P. 42 Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19560310-24801-nac-0042-999-42-not/busca/ETA>. Segundo esse artigo, até então essa foi a terceira iniciativa para a promoção de treinamento entre ETA e CRB para o envio de fazendeiros aos EUA.

O Escritório Técnico de Agricultura atuava em parceria com outras instituições interessadas na cooperação, seja de pessoal, seja financeira. Os projetos eram requeridos por entidades públicas ou privadas brasileiras. No geral, os requerimentos possuíam localidade, objetivos e financiamento proposto. Dentro dos quatro eixos apontados por Raub Snyder foram encontrados 81 requerimentos ao Escritório. Destes, 37 tinham origem de instituições federais e 33 de instituições ou grupos de representação estaduais. Os outros 11 eram requerimentos informais ou de agentes privados.⁶⁶

Entre 1953 e 1958 o ETA aprovou 48 projetos. Estes tinham a seguinte distribuição: cinco voltados para associações de extensão e crédito; dois para cursos de economia doméstica;⁶⁷ três cursos em conservação, a irrigação e drenagem; sete em pecuária e produção de leite; três em cacau; um centro de treinamento para as instituições com projetos do ETA; um no desenvolvimento da cultura de batata; três na colheita e pecuária na área da nova capital (Brasília); dois em aves domésticas; quatro escolas vocacionais agrícolas pilotos; 17 em pesquisa e planejamento dos projetos, que versavam sobre o planejamento geral de materiais de estudo, armazenamento e organização de pessoal, por isso concentrando tantas atividades.⁶⁸ Como será visto posteriormente, projetos como as associações concentram mais de um projeto, sendo instituições guarda-chuva para temas como economia doméstica e desenvolvimento de gêneros específicos, que para fins de organização, foram categorizados apenas em associações.

Os projetos de produção de aves e de batata foram os mais abrangentes no que se refere à produção para o mercado interno.⁶⁹ O primeiro foi voltado aos estados do Sudeste,

⁶⁶ Monthly Report A-1745, Rio de Janeiro para ICA, 10 de maio de 1956, TOICA A-1701-1800, Box 6, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.3.

⁶⁷ Economia doméstica pode ser definida sinteticamente como uma matéria voltada ao ensino de práticas, no geral, de armazenamento, segurança e gasto da renda doméstica. Também ensinava noções de limpeza, costura e relações domésticas. Na maioria das vezes era aplicada para mulheres das unidades rurais atendidas. Para a definição, ver: Info Report A-728 de ANR para ICA, 18 de novembro de 1955, TOICA A-701-A-800, Box 4, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

⁶⁸ A partir de 1958 não encontramos os requerimentos ao ETA através da consulta de relatórios da Divisão de Agricultura estadunidense (ANR), havendo apenas indicações de projetos do ETA, não sendo possível sistematizá-las. Para uma apreensão mais detalhada desses 48 projetos, ver anexo 4 desta dissertação.

⁶⁹ Deste a década de 1940, profissionais ligados às áreas da nutrição expressavam a preocupação de uma “subalimentação quantitativa” das classes mais pobres. O brasileiro, no geral, alimentava-se predominantemente de arroz, feijão e raízes. (FOGAGNOLI, 2018, pp.10-11). Assim, infere-se que esses projetos buscavam abarcar gêneros que ou estavam em falta, como a proteína animal, ou diversificar o consumo de carboidratos, como as batatas.

enquanto a melhoria da cultura da batata teve abrangência nacional. Ambos foram executados junto do Ministério de Agricultura brasileiro.⁷⁰

Essa distribuição dos projetos, inclusive, leva-nos a matizar a atuação do ETA. Muito associado à educação rural, por conta de se procurar desenvolver esses projetos de educação e pesquisa, o ETA possuía uma relativa dicotomia, entre promover métodos “educativos”, mas também realizar base uma técnica ligada a demandas produtivas de diferentes culturas e gêneros alimentícios. Esse enquadramento não é feito somente através da análise da distribuição dos projetos na entrada do ano de 1958.

Esse aspecto se dá também pela própria percepção de diferentes atores nesse período. Dois exemplos expressam esse entendimento do ETA. O primeiro exemplo vem do lado estadunidense e refere-se à definição das atividades do Escritório feita pelo “circular sobre a agricultura estrangeira pelo EUA” feito pelo Departamento de Agricultura dos EUA.⁷¹ Ao abordar o ETA, como órgão com presença da ICA estadunidense, esse circular aponta o objetivo do Escritório de maneira generalista no sentido de “promover a combinação de recursos” para melhoria da agricultura, categorizando-o como uma “política produtiva” que estava sendo realizada no Brasil.⁷² Além disso, ao falar sobre a extensão, o documento apontava que resultados eram esperados nos próximos anos para a criação avícola e de cacau.⁷³

No lado brasileiro, temos o exemplo do projeto da melhoria da criação de batata, o qual era visto pelos produtores brasileiros como um meio de se melhorar a produção e depender menos do cenário externo para seu cultivo.⁷⁴ Em março de 1959, diante da queda da

⁷⁰ Para o projeto avícola, projeto ETA nº42, ver Monthly Report A-1098, Rio de Janeiro para ICA, 16 de dezembro de 1957, TOICA A-1001 to A-1100, Box 11, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.. Já para o acordo do projeto de batata, projeto ETA nº10, ver: Monthly report A-1158, Rio de Janeiro para ICA, 08 de fevereiro de 1956, TOICA A-1001 to A-1100, Box 5, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

⁷¹ BRASIL. Arquivo do Itamaraty. Departamento de Comunicações e Documentações. Caixa 103.94.9a.104.61. No original o circular é denominado “*Foreign agriculture circular. US. Departamento agriculture, foreign agricultural service. Brazil's production and trade, policies encourage agriculture*”.

⁷² Idem, p.1

⁷³ Ibidem, p.3. O cacau era um gênero importante para a exportação, mas passava por dificuldades na década de 1950 com queda de preços e de rendimento das lavouras. Para Edward Schuh (1971), a queda de produtividade se daria em função de falhas de renovação de plantações velhas e nas práticas de modernização. (SCHUH, op.cit., p.37). A produção passou de 157 mil toneladas em 1956 para 155 Mil toneladas em 1961.(SZMRECSÁNYI, 1984, p.125) Assim, faz sentido essa procura de instituições procurarem se inserir em cooperações, como a do ETA, apesar do caráter mais voltado a exportação que foge do perfil visto dos projetos dessa cooperação.

⁷⁴ A produção de batata-inglesa tinha passado de 336 326 toneladas em 1949 para 608 992 toneladas em 1959. Para isso, ver: BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agrícola: 1960. VII RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL Série Nacional Volume 11- 2a. Parte.

importação das sementes para a batata-inglesa, por conta do aumento de preços, esperava-se que o projeto do ETA geraria resultados rápidos, o que não se concretizou. O projeto do ETA tinha a expectativa de que ainda levaria de três a cinco anos para que essa iniciativa pudesse de fato impactar uma produção nacional da batata.⁷⁵ Mesmo sendo um exemplo específico, não deixa de apontar para uma percepção plural sobre o Escritório, que vai ao encontro da variedade dos projetos da instituição.

O ETA surgia num momento em que se buscava responder às necessidades de melhoria da produtividade e qualidade de vida ao produtor rural. A situação calamitosa no campo, e a necessidade de promover uma melhoria da produção de gêneros alimentícios para um crescente aporte do projeto industrial brasileiro, eram recorrentemente apontadas por jornais e revistas agrícolas brasileiras em meados da década de 1950, como as já citadas “A Lavoura” e “A Rural”.⁷⁶ Assim, apesar de certa existência de projetos voltados a gêneros do mercado externo como o cacau, é pertinente apontar que a natureza dos projetos demonstra uma preocupação com o mercado interno brasileiro. Essas iam desde ações para gêneros específicos, como desenvolvimento de técnicas mais generalistas, porém importantes para o produtor rural, como a conservação e irrigação do solo.

Vale ressaltar também a distribuição geográfica de projetos do ETA pelo Brasil. Inclusive, na USOM/Brasil o tema era tido como outra preocupação dos representantes estadunidenses e brasileiros, através das análises dos encontros mensais entre esse grupo de trabalho. Em reunião com co-diretores de cada divisão do programa em janeiro de 1956, o então representante brasileiro do Ponto IV, o senador Apolônio Sales, expressou sua preocupação com o incremento de iniciativas muito focadas no triângulo formado pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, pontuando a necessidade de iniciativas voltadas a mais regiões brasileiras.⁷⁷

Esse apontamento era recorrentemente trazido pelos representantes estadunidenses, como o diretor estadunidense, Willian Warne. O mesmo diretor justificava essa postura de

⁷⁵ AGRICULTORES vão dizer ao presidente Juscelino que não podem plantar batatas. **Jornal do Brasil**, de 24 de março de 1959. Caderno 1. P.5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&Pesq=%22Escrit%3%b3rio%20T%3%a9c%20de%20Agricultura%22&pagfis=100046. Acesso em 01 de novembro de 2022.

⁷⁶ Para uma apreciação do tema da alimentação na visão da SNA, ver: LEITÃO, Evaristo. “Evitemos a fome”. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, ano LVI, pp.5-6, jan.-fev.1953.

⁷⁷ Info Report A-1121, Rio de Janeiro para ICA, 29 de fevereiro de 1956, TOICA A-1101-1200, Box 5, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.1.

concentração em virtude do estabelecimento de cooperação com as instituições de educação superior brasileiras.⁷⁸

O ETA, ao se observar no âmbito mais geral da distribuição de projetos aprovados, pareceu preocupado em diversificar as iniciativas de cooperação técnica. As regiões Nordeste e Sul foram as mais contempladas por projetos. Ao todo entre 1954 e 1957 no Nordeste foram aprovados nove projetos, sendo o foco nos estados de Pernambuco e Bahia. Já na região Sul do Brasil foram aprovados onze projetos, atuantes principalmente no Rio Grande do Sul.

Em comum, ambas as regiões tiveram o desenvolvimento de projetos voltados à melhoria de produtividade de gêneros alimentícios ligados à pecuária (produção de carne e leite, principalmente).⁷⁹ Na região sul havia destaque para projetos voltados ao desenvolvimento da produção bovina. Por exemplo, o projeto de desenvolvimento acordado entre o ETA e a secretaria de agricultura do Rio Grande do Sul não só envolvia o intercâmbio de técnicos para a melhoria do gado de corte na região. Também havia cooperação em atividades de vacinação e inseminação artificial, bem como na estruturação de exposições para gado ao modo estadunidense.⁸⁰

O que viria a ser a nova capital do Brasil, Brasília, à época em construção, também teve dois projetos aprovados a partir de 1957. Esses eram ligados diretamente a estudos e investimentos para constituir uma produção alimentícia nos arredores da capital, para subsidiar a população que se deslocaria à região. Assim, um projeto era voltado a desenvolver uma terra cultivável nas proximidades do Distrito Federal, capaz de ser uma fonte inicial de alimentos para abastecimento imediato da região, e o outro voltado ao estudo da produção de carne para a nova capital.⁸¹

⁷⁸ Monthly Report A-1298, Rio de Janeiro para ICA, 10 de maio de 1956, TOICA A-1201-1300, Box 6, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.4..

⁷⁹ Para o Cacao ver projeto ETA nº35 “Cacao Research in Bahia” em: Monthly Report A-512, Rio de Janeiro to ICA, 18 september 1956, TOICA A-501 to A-600, Box 4, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA, p.3. No Rio Grande do Sul, não havia projetos específicos, porém as ações da associação sulina de crédito e assistência rural eram voltadas para a melhoria da produção de pecuária bovina. A pecuária brasileira de maneira geral não possuía bons níveis de produtividade, apesar da produção bruta de suínos, bovinos e ovinos terem crescido no Brasil. Para isso ver: (SCHUH, op.cit., p.37).

⁸⁰ Summary Report A-687, Rio de Janeiro para ICA, 10 de outubro de 1957, TOICA A-601- to A-700, Box 11, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

⁸¹ Para o projeto de terras cultiváveis ver: Monthly Report A-2043, Rio de Janeiro para ICA, 10 de maio de 1956, TOICA A-2001-2100, Box 10, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. Já para o projeto da produção de carne, ver: Monthly Report A-517, Rio de Janeiro para ICA, 12 de setembro de 1957, TOICA A-501-600, Box 10, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

Tendo em vista as diferentes naturezas dos projetos e do objetivo de se estabelecer programas de extensão que ligassem os novos conhecimentos agrícolas ao produtor rural, o ETA procurou estabelecer um centro de treinamento voltado a dar suporte à formação do pessoal envolvido em seus projetos. Assim, nos deteremos a seguir na estruturação de Ipanema e seu significado para a missão de cooperação.

2.4 Centro de treinamento em extensão: a estruturação da fazenda Ipanema e de bases de atuação comum aos projetos ETA filiados

Conforme se percebe, o treinamento constitui um dos cerne da atuação da cooperação técnica bilateral feita pelo Escritório. Todavia, uma das preocupações do Escritório era dar suporte formativo aos técnicos e pessoal brasileiros nos projetos que o ETA endossava no Brasil. Uma das estratégias para tal estava na execução de treinamentos denominados “em serviço” (*in-service*), nos quais os técnicos do escritório forneciam conhecimento e métodos de atuação nas localidades atendidas. Mas também, logo no início da missão, um centro de treinamento, capaz de formações mais amplas, foi concebido. Entendemos que instituições como essas são fundamentais para se compreender as redes de conhecimento da cooperação ao longo da década de 1950.

Especificamente, essas instituições fornecem possibilidades para observamos os conceitos e pessoal, tais quais as formações ligadas à extensão e economia doméstica, aliada a formações específicas em agricultura. Esses empreendimentos configuraram uma tentativa de suprir deficiências de formação e pessoal no Brasil, aspecto tido como gargalo para a execução dos projetos do ETA, mas também do desempenho de atividades técnicas em demais órgãos agrícolas no Brasil.

Nesse contexto, abordaremos a estruturação do projeto do CETI, na Fazenda Ipanema, projeto brevemente citado na seção anterior. Segundo a revista “ETA em marcha” o CETI em Ipanema seria como a “espinha dorsal dos programas de treinamento em extensão” que o Escritório vinha constituindo até meados de 1958, data de publicação do volume.⁸² Na literatura sobre extensão, também há reconhecimento da instituição como uma um projeto guarda-chuva para o ETA no Brasil (MENDONÇA, 2010a, OLIVEIRA, 2013). No entanto, à luz de documentações da ANR, relatórios e manuais, podemos detalhar melhor a atuação de Ipanema e seu papel nas redes de conhecimento agrícola articuladas pelo Escritório.

⁸² **ETA em Marcha.** Rio de Janeiro, 1958. p.4

O CETI foi criado com o intuito de oferecer formação aos agentes e funcionários brasileiros de outras instituições agrícolas, não necessariamente ligados a outros projetos do ETA, de níveis federais, estaduais, municipais e instituições privadas. O projeto também surgiu como uma resposta para se propor cursos de treinamento de tipo laboratoriais, que não vinham sendo providos pelas instituições de ensino superior brasileiras no período.⁸³

Os cursos eram de curta duração e voltados para necessidades específicas dos projetos com participação do Escritório Técnico. Já no ano de 1956, 44 técnicos brasileiros estavam sendo treinados em Ipanema para compor as atividades do escritório.⁸⁴ Entendendo que havia a necessidade de se aumentar a formação para serviços de extensão e de práticas que permitissem a “aprendizagem pelo fazer” (*learning by doing*), o ETA e o Ministério de Agricultura acordaram a estruturação de um centro de formação e treinamento para atuação na recuperação da agricultura.

Essa “aprendizagem pelo fazer” dava-se de acordo com as diretrizes que a USOM/Brasil buscava articular na área da educação. Em minutas dos encontros entre os diretores estadunidenses do projeto, apontava-se a importância para que os projetos “educacionais” a serem realizados focassem em terem uma “natureza demonstrativa” (*demonstrative nature*) na abordagem com os brasileiros, a fim de angariar melhores resultados de ensino.⁸⁵ Os princípios de treinamento e ensino através de métodos demonstrativos seriam um dos cerne do CETI no período.

Não se encontrou um currículo detalhado das atividades em Ipanema, mas através de relatórios de técnicos e matérias em jornais pode se ter uma noção do que era realizado no CETI. O acordo quando firmado estabelecia quatro focos de atuação, segundo o extensionista da ANR Fred Barber.

O primeiro era o estabelecimento de treinamento em extensão, administração agrícola e ciências domésticas.⁸⁶ O segundo grupo de treinamento era em relação à engenharia agrícola, principalmente nos temas de mecânicas agrícolas, mecanização, irrigação e

⁸³ Terminal Report A-609, Rio de Janeiro para ICA, 25 de setembro de 1957, TOICA A-601- to A-700, Box 6, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.2.

⁸⁴ Terminal Report A-563, op.cit., pp.7-10.

⁸⁵ Info Report A-609, op.cit. p.3.

⁸⁶ Ciências domésticas ou Economia doméstica consistia na aplicação de ensinamentos de os aspectos domésticos, como vestimenta, costura, gerenciamento do orçamento doméstico e até aspectos de nutrição, sendo voltado principalmente para mulheres. Ver: Monthly Report A-1936, Rio de Janeiro to ICA, 06 June 1955, TOICA A-1901- to A-2000, Box 6, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

drenagem. O terceiro ponto seria relacionado ao treinamento em mecânica de maquinário agrícola. O quarto seria o treinamento para operadores de máquinas agrícolas, o qual seria dado somente até 1956 para substituição pelo curso anterior. Diante dessas ações, esperava-se estabelecer uma fazenda modelo a fim de que pudessem ser dados cursos práticos e demonstrativos.⁸⁷

Além disso, segundo matéria de outubro de 1958 do *Jornal do Brasil*, entre outras matérias, os cursos de extensão abordavam os “princípios fundamentais” de: metodologia de extensão; crédito rural e cooperativismo; administração rural; sociologia rural; noções de engenharia rural e práticas veterinárias; saneamento; e relações humanas.⁸⁸ Essas matérias expõem a questão de uma transformação do estudo social sobre as populações agrícolas, junto de aspectos técnicos das práticas agrícolas. Logo, tem-se uma noção da abrangência dessas formações e do aspecto “social” a ser entendido pelos agentes que seriam, recorrentemente, os comunicadores com o produtor rural.

Munido dessas abordagens, Ipanema surgiu como um empreendimento modelo do ETA para estabelecer cursos e atividade agrícolas em áreas tidas como necessárias para o desenvolvimento agrícola brasileiro. É perceptível que essas iniciativas se voltam para aspectos mais “básicos” da vida rural, não adentrando a uma consulta específica ou metodologia de ponta para determinada cultura. Cursos de maquinaria, em especial o uso de tratores, ganhavam força como demanda da classe rural ao longo da década de 1950. Inclusive, iniciativas desse tipo para preparo eram algo recorrente sendo realizado em diversas regiões como o noroeste paulista.⁸⁹

A preparação para manuseio e funcionamento de uma mecanização do campo estava em vista no projeto do ETA, articulada ao guarda-chuva que o método extensionista possuía de levar práticas desses centros experimentais para o produtor rural. Não seria algo difundido tão largamente quanto métodos de assistência como as ciências domésticas. Todavia, articulava a preparação ao menos no que tange à presença desse conhecimento no Brasil, mesmo que houvesse uma demanda por um acordo que promovesse a importação desse maquinário de fato.

⁸⁷ BARBER, op.cit., p.100.

⁸⁸ FAZENDA Ipanema: a relíquia que se transformou em grande escola. *Jornal do Brasil*, 19 e 20 de outubro de 1958, 4º caderno: economia – Indústria, agricultura e comércio. P.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&Pesq=%22Escrit%c3%b3rio%20T%c3%a9c%20de%20Agricultura%22&pagfis=94148. Acesso em 09/12/2022.

⁸⁹ Ensino técnico profissional na agricultura paulista. *A Rural*, São Paulo, nº373, P.38, jan-fev.1953.

Entre 1955 e 1961 o CETI em Ipanema forneceu 31 cursos, treinando 698 pessoas no período, quando os centros regionais de treinamento em matéria de extensão e economia doméstica ainda se estruturavam em demais regiões do Brasil.⁹⁰ A seguir, detalhamos as distribuições dos cursos de treinamento em extensão e a contribuição do ETA ao projeto nesse período:

Tabela 2.2 – Cursos em extensão e contribuições do ETA à fazenda Ipanema⁹¹

Ano	Nº de cursos dados	Nº de pessoas atendidas	Contribuição do ETA em Cruzeiros (Cr\$)	Contribuição do ETA, em dólares (US\$), para equipamentos	Veículos cedidos pelo ETA
1955	10	165	2.800.000	12.139,04	2
1956	3	83	4.504.352	36.314,01	-
1957	2	60	5.040.584	33.989,16	1
1958	8	196	4.206.768	11.240,27	5
1959	7	148	2.073.521	207,90	1
1960	1	46	1.984.774	-	-
1961	-	-	77.322	-	-
Total	31		20.687.321	117.409,53	9

Fontes: Para os valores doados pelo ETA ver: BARBER, op.cit. 101. Para Nº de cursos e pessoas atendidas ver: BARBER, op.cit., p.108.

Esperava-se com o estabelecimento desse centro, assim, pautar a linha de atuação e formação técnica, como das associações de crédito e extensão do Nordeste e Sul, tópicos a serem aprofundados no próximo capítulo. Agentes e diretores atuantes nas associações de crédito e assistência rural criadas até 1958 (da região Nordeste e Sul) eram formados pelo que a missão considerava fundamental a essas instituições nesse momento, ou seja, extensão e economia doméstica.

Ipanema utilizou-se de instituições mais avançadas na implantação desses temas. Havia grupos de agentes e técnicos que eram treinados no CETI, mas o ETA procurava articular formações complementares com cursos na “Universidade Rural Estadual de Minas

⁹⁰ BARBER, op.cit., p.108. Não foi possível encontrar os currículos ou quadro de funcionários sistematizados que fizeram parte da fazenda Ipanema no período.

⁹¹ As tabelas apresentadas neste trabalho referem-se aos valores brutos que não estão deflacionados, ou seja, não levam em conta a inflação do período no Brasil para os repasses. A taxa de aumento da inflação no Brasil no recorte proposto foi considerável: 20,6% em 1953; 25,8% em 1954; 12,2% em 1955; 24,5% em 1956; 7,0% em 1957; 24,4% em 1958; 39,4% em 1959; 30,5% em 1960; 47,8% em 1961. (MUNHOZ, 1997, p.61)

Gerais” (UREMG) de Viçosa, a qual já tinha experiência nas áreas de extensão e economia doméstica. Dessa maneira, essa conexão com demais instituições de ensino brasileiras seriam importantes para o centro de Ipanema melhorar os cursos ofertados. Assim, essas redes de conhecimento tinham o ETA como um ator importante para uma troca de práticas e cursos entre as próprias instituições brasileiras envolvidas, para além de uma relação de estadunidenses para brasileiros, e vice-versa.

A iniciativa de Ipanema representou um modelo chave que dialogaria e basearia outras iniciativas pelo país no sentido de dar uma base de atuação ao pessoal da cooperação. Segundo o consultor em conservação do solo Fred A. Thompson, Ipanema representava a iniciativa de se demonstrar práticas para a constituição de uma “fazenda moderna”.⁹² A agricultura brasileira, ainda segundo Thompson, estaria numa fase de incrementar sua produção, provavelmente indicando a necessidade de sustentar o crescimento brasileiro na segunda metade da década de 1950.⁹³

Essa “fazenda moderna” para o ETA, que passava pela estruturação de centros de treinamento, antes de depositar a transformação no produtor rural e suas respectivas práticas, elegia o técnico agrícola como catalisador dessa mudança e racionalidade da organização da unidade produtiva e familiar do campo. Pelo lado do ETA, conferências chegaram a se realizar com os grupos representativos agrícolas com o objetivo de divulgar esse tipo de iniciativa no meio agrícola brasileiro, como a já citada palestra de Ralph Hansen em dezembro de 1955 em São Paulo.

Portanto, no que tange a centros de treinamento, essa rede de conhecimento procurava, através do intercâmbio Brasil-EUA e entre instituições brasileiras, trazer o resultado de outras experiências e constituir formações que trariam essa troca e convencimento de técnicas como um dos fatores para se aumentar a produtividade das unidades rurais brasileiras. Produziu-se, assim, um ideário de práticas para uma “fazenda moderna”, que nortearia a composição de cursos e centros de treinamento em instituições de pesquisa e ensino agrícola. Evidentemente, essa transformação ainda era centrada em preceitos mais básicos e ainda anteriores a uma mecanização da produção.

⁹² Terminal report A-916, Rio de Janeiro para ICA, 23 de dezembro de 1955, TOICA A-901- to A-1000, Box 4, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

⁹³ Idem.

2.5 Conclusões do capítulo

O Ponto IV, amparado na contribuição através principalmente na cooperação técnica, foi marcado pela realização de projetos calcados na autoajuda, processo que vinha se consolidando desde o pós-2ª Guerra em instituições lideradas por Nelson Rockefeller (SILVA, op.cit., p.69). Essas diretrizes orientaram os projetos a serem acordados na segunda metade da década de 1950 entre Brasil-EUA, em que a Divisão de Agricultura, e conseqüentemente o ETA, foram um dos focos de atuação na promoção do que entendemos ser projetos e concepções para o desenvolvimento, dentro de um contexto amplo de demandas políticas e sociais brasileiras no período.

A distribuição dos projetos do ETA demonstra um foco em regiões relativamente distantes dos novos centros urbanos industriais de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo o Nordeste e o Sul como focos de atuação com projetos mais diretos e específicos. A cooperação se fazia de maneira ampla, articulando uma noção de treinamento, baseada numa educação prática e demonstrativa, junto de projetos mais voltados a iniciativas de desenvolvimento de culturas para o mercado interno.

Esse caráter predominante estadual da distribuição dos projetos do ETA, retomando a distribuição dos projetos do Escritório no geral, indica um fenômeno de maior abertura junto aos atores estaduais brasileiros à cooperação, mesmo que exemplos de atuação a nível federal em Ipanema existissem. A historiadora brasileira Cecília Azevedo apontava que esse fenômeno para a cooperação ocorria nos voluntários dos corpos de paz na década de 1960 (AZEVEDO, 2007, p.157). Porém, é perceptível como esse fenômeno já se fazia presente, ao menos no âmbito da cooperação agrícola, ao longo década de 1950.

Além disso, a transformação do produtor rural é perceptível quando se observam conjuntamente as noções de desenvolvimento agrícola e concepções sobre o trabalhador rural, fator a ser transformado. Sônia Mendonça, mais focada exclusividade no fenômeno a partir do seu impacto na educação rural, foi assertiva ao entender que esse processo como:

[...]coloca formalmente “o” saber agrícola à porta do agricultor, a oposição entre agricultura tradicional/rotineira e agricultura inovadora ratifica a oposição existente entre um produtor “atrasado” e outro “esclarecido”, implicando em redefinições e transformações na própria agricultura e no próprio “ofício” de trabalhador rural. O ensino das técnicas contribui, assim, para redefinir as posições vigentes entre os trabalhadores rurais em seu conjunto. (MENDONÇA, 2010b, p.174).

A extensão tem um sentido amplo, associado muitas vezes à construção de canais de comunicação entre conhecimento e produtor rural, mas também carrega um sentido de operar uma transformação e inserção do produtor rural em novas lógicas “modernas”. Ao se pensar essa política para o Brasil nos parece claro que o conceito de modernização torna-se mais um elemento da produção de uma condição de “subdesenvolvimento”.

Assim, os projetos de extensão e demais matérias agrícolas realizadas em Ipanema apontam para o incremento da cooperação técnica nesse sentido. A “fazenda moderna” que se objetiva transformar o CETI para se demonstrar o conhecimento não deixa de se dissociar da extensão e a retirada do produtor rural de um estado de individualismo e não integração as transformações no campo no âmbito pós 2ª Guerra. Cabe salientar, assim, como essa transformação capitalista passa por um processo mais complexo, dado que o anticomunismo em si não é palpável de se captar de forma enfática nas fontes da ANR sobre a atuação do ETA.

Aliás, o Escritório, tendo a pesquisa, ensino e extensão como aspectos importantes da sua constituição, articulou em alguma medida projetos específicos para demandas de melhoria da produção brasileira de alimentos para o mercado interno brasileiro. Esses projetos, no entanto, nem sempre apresentam uma integração entre si, para além de um ou outro técnico do ETA em comum.

Se o mercado interno é um norte das iniciativas, entre si não se percebeu um esforço maior de promover uma integração através das instituições, como o ETA colocava nos seus objetivos iniciais. Ainda assim, a cooperação técnica tem um caráter muito mais multifacetado, que indica parte do grande arcabouço de questões que a agricultura possuía na metade da década de 1950.

Não se ignora que a atuação associada ao ETA é de um “projeto educativo para o capital”, tal como apontado por autores como Fonseca e Oliveira, dentro das dinâmicas contraditórias do capitalismo. Apenas cremos que o Escritório também se insere em dinâmicas mais gerais no período, como a demanda de alimentos, refletindo caráter dos seus tipos de projeto.

Aliás, citando a integração dos projetos, o CETI de Ipanema e seu caráter mais abrangente não pode ser dissociado de outros projetos que o ETA se dedicaria concomitantemente: associações de crédito e assistência rural (tipo “ACAR) baseadas no

método de extensão. No caso do ETA, o estado de Minas Gerais será um local privilegiado na missão por conta das redes de conhecimento com a AIA para desenvolvimento de projetos na região, mas que também serão levados às regiões Nordeste e Sul do Brasil. A organização de Rockefeller foi pioneira nessa política assistencialista no Brasil.

Diante desse cenário, o ETA concentrou-se em promover conhecimentos vistos no CETI também através das associações e instituições de pesquisa e ensino agrícola associadas. Dessa maneira, no capítulo a seguir nos debruçaremos no enfoque do ETA em fortalecer a formação dessas associações, bem como as relações com a AIA na difusão de associações “ACAR” ao longo da década de 1950.

Capítulo 3 - Associações de Crédito e Assistência Rural: as Associações estaduais e o ETA (1953-1958).

O centro de Ipanema foi um momento importante para a sedimentação de cursos e treinamento em matérias agrícolas caras ao ETA. Grande parte dos conceitos chave ao Escritório e vistos no CETI de Ipanema, como a extensão e a economia doméstica, articulam-se, principalmente, para o trabalho de um tipo específico de instituição: as associações de crédito e assistência rural. Essas associações são parte fundamental para compreendermos as redes de conhecimento articuladas no âmbito do nosso objeto, ou seja, a circulação de técnicos e conceitos na formulação de políticas de assistência rural, bem como a noção de desenvolvimento agrícola.

Diante desse cenário, abordaremos neste capítulo a expansão desse modelo a partir de três associações que consideramos importantes e que estão interligadas na proposição de uma política agrícola no âmbito da cooperação técnica agrícola nas relações Brasil-EUA. O objetivo desse capítulo é explorar a expansão do modelo, a partir da atuação do ETA, que entendemos como importante ator para amalgamar um programa de extensão e crédito, nesse momento de ausência de uma instituição nacional desse tipo.

Nossa hipótese é a de que a consolidação do modelo para assistência rural calcado na extensão que denominaremos tipo “ACAR” passa também por uma capilaridade que o ETA oferecia a essa política na segunda metade da década de 1950, para além dos atores nacionais e estadunidenses já envolvidos com essa política ao final da década de 1940.

Para tal objetivo, e sem nos estender demasiadamente na gênese em cada estado, o capítulo abordará três instituições espalhadas pelo Brasil. A primeira é a Associação de crédito e assistência rural de Minas Gerais (ACAR-MG ou simplesmente ACAR), primeira instituição a basear na prática de extensão propriamente no Brasil e que dá nome ao tipo de associação similar que abordaremos. Posteriormente, discorreremos sobre a ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência rural) e ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência rural do Rio Grande do Sul), cujo surgimento e relações traçadas com o ETA serão focos de análise. Ainda nos debruçaremos brevemente sobre a relação entre ETA e os representantes do estado de São Paulo, onde essa iniciativa não se consolidou, mesmo que tenha havido acordos do Escritório outras instituições agrícolas paulistas.

3.1 Surgimento do modelo “ACAR”: necessidades de assistência ao produtor rural e primeiros contatos com o Ponto IV

Antes, cabe retomar de forma contida o surgimento desse tipo de associação no Brasil e de atores importantes ao processo. Em 1948, o governo e entidades agrícolas de Minas Gerais, junto da Associação Americana Internacional para Desenvolvimento Econômico e Social (*American International Association for Economic and Social Development, AIA*) de Nelson Rockefeller, fundaram a primeira instituição baseada na extensão rural como método de assistência rural no Brasil, surgindo a pioneira “Associação de crédito e assistência rural de Minas Gerais”, a ACAR (FONSECA, 1985; OLIVEIRA, 1999; OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2009; WHARTON and RIBEIRO, 1969).

Esse modelo de instituição calcado na extensão e no crédito supervisionando ficou conhecido como associação rural tipo “ACAR”, que procuraria se expandir em diversas associações estaduais ao longo da década de 1950. Sobre as associações em âmbito mais geral, há dois tipos de abordagem na literatura: uma mais regionalizada, com foco no impacto das associações estaduais (LONH, 1996; SILVA, 2002); e outra focada no estabelecimento nacional do programa (FONSECA, 1985; OLIVEIRA, 1999; OLIVEIRA, 2013).

De modo geral, os projetos sobre associação apontam o ETA como um fator na fundação dessas associações (SILVA, 2002, p.38; FONSECA, 1985, pp.86-88). Todavia, uma visão mais pormenorizada desse processo, no sentido de acompanhar o ETA na gênese desses projetos, ainda é algo em falta nos trabalhos. Evidentemente estamos longe de esgotar esse campo de análise, mas cremos que podemos aprofundar a difusão do modelo “tipo ACAR” ao acompanhar as redes de conhecimento e contato com instituições que o Escritório teve no período, partindo de recortes regionais das associações.

Além da extensão rural, esse tipo de instituição se utilizava da modalidade denominada como crédito supervisionado para atuação, que consistia na aplicação de um empréstimo que se voltava não só ao aumento de produção, mas também à melhoria do nível de vida do produtor, tal qual melhora das casas e de aspectos da vida doméstica, segundo Márcio Oliveira (OLIVEIRA, op.cit., p.73). Dessa maneira, a instituição promovia a construção de escritórios locais para atendimentos das unidades rurais, no que ficou conhecido numa atuação baseada “um homem, uma moça e um jipe”, ou seja, de maneira geral, um técnico em extensão rural e uma técnica em economia doméstica circulando pelas regiões rurais que se pretendiam atender. (COBBS, op.cit., p.106).

Segundo Márcio Peixoto, iniciativas com caráter de extensionista já vinham sendo pensadas no Brasil ao menos desde a década de 1940, isso desconsiderando atuações do governo brasileiro datadas do final do século XIX (PEIXOTO, 2008, pp.11-17). Por exemplo, ao longo desta década haveria a criação 200 postos agropecuários, que serviriam de fazenda modelo para a demonstração de tecnologias agropecuárias (Idem, p.16). A virada para a década de 1950 é marcada por demandas de entidades agrícolas brasileiras para auxílio da classe rural, que tangenciavam questões ligadas ao modelo de extensão e crédito supervisionado.

A revista “A Lavoura”, ligada à Sociedade Nacional Brasileira (SNA), abordava a necessidade de medidas para melhoria da produtividade no início da década de 1950. Na edição bimestral de março-abril de 1953, um artigo da revista destacava providências que poderiam ser tomadas: incremento do crédito agrícola, mecanização, irrigação, formação de centros de treinamento para o ensino e fomento da produção.⁹⁴ Esses pontos foram colocados de forma genérica, mas essas questões apareciam quando se levantavam meios de assistência agrícola.

Em outra revista, “A Rural” do bimestre Janeiro-Fevereiro de 1952, tem-se a reprodução de uma “Conferência” dada pelo então Ministro da Agricultura do Brasil, João Cleófas, aos produtores do estado de São Paulo, em que novamente a assistência técnica é destacada em relação ao estado preocupante das condições de vida do campo, principalmente do pequeno produtor rural. Cleófas pontuava que:

“Os fatos vem mostrando que tanto campônio sem terra, ou simples assalariado, como o pequeno proprietário agrícola carecem de apoio econômico. Quando se fala em êxodo rural, tem-se a impressão apenas do caboclo miserável em busca de subsistência na cidade. No entanto, na massa dos migrantes deslocados na sua própria Patria encontramos a cada passo os pequenos proprietários, que abandonam desanimados por falta de assistência técnica e financeira, a sua própria gleba, preferindo transformar-se em funcionários de qualquer cousa na cidade”.⁹⁵

O crédito, inclusive, seria um mecanismo muito desbalanceado na sua oferta para o pequeno produtor em relação ao médio e grande produtor rural. O Ministro pontuava que haveria a “necessidade de melhor distribuição do crédito rural, o qual cada vez mais exclui o pequeno produtor. Em 1950, no Brasil, apenas 8% do crédito foi distribuído ao pequeno

⁹⁴ Sociedade Nacional de Agricultura. **A Lavoura**, ano 57, pp.5-7, mar.-abr.1953, . Disponível em: http://www.zebu.org.br/PortalUploads/Revistas/A_Lavoura/1953_Mar%C3%A7o-Abril/revista.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2022

⁹⁵ Conferência inaugural preparatória da mesa redonda (Conferência do sr. João Cleofas, Ministro da Agricultura) **A Rural**, São Paulo, nº373, pp.22-37, jan-fev.1952. P.34.

produtor”.⁹⁶ Dessa maneira, a entrada na década de 1950 possuía uma expectativa de políticas que contemplassem essas disparidades no campo, que eram lidas por atores como o Ministro da Agricultura João Cleófas como frutos também de uma ausência de assistência econômica e técnica ao pequeno produtor.

Nesse sentido, a iniciativa de instituições estadunidenses como AIA de Nelson Rockefeller foi importante não tanto pelo ineditismo, mas por promover um cabedal integrado e sistematizado de ajuda que confluísse extensão (informação ao produtor) e crédito ao produtor rural, como forma de se estruturar uma política de assistência rural ao final da década de 1940 (OLIVEIRA, 2013, p.18; SILVA, 2009, CAP.1).

Aliás, o momento inicial de atuação da ACAR no Brasil, segundo Maria Fonseca, foi marcado por uma atuação muito focada no aspecto do crédito, em que os métodos extensionistas ainda se encontravam numa fase de aplicação junto ao produtor rural muito simples e prática. (FONSECA, op.cit., p.84) Porém, mesmo ainda se consolidando nos seus próprios objetivos, relatórios de 1951 da ACAR já demonstram que a instituição se via como um modelo a ser aplicado no Brasil, visualizando que planos de cooperação internacional seriam ações de combate à pobreza e ao subdesenvolvimento. (Idem, p.83)

Assim, interessados na promoção desse tipo de programa, segundo Claiton Silva, já em 1951, representantes da AIA e da ACAR haviam proposto aos representantes da CMBEU o investimento de 250 mil dólares em um programa de crédito supervisionado e assistência técnica à agricultura e economia doméstica, a fim de melhorar a produtividade agrícola e a qualidade de vida do produtor rural (SILVA, 2009, p.186).

Se no âmbito do CMBEU os acordos para esse tipo de programa não floresceram, o surgimento do ETA marcaria um momento de retomada dessas relações entre entidades públicas e privadas estadunidenses no sentido de promover esse tipo de política no Brasil. Para além de recursos, conhecimentos e experiência prática seriam tópicos que constituíram uma via de mão dupla para AIA e ETA na segunda metade da década de 1950.

3.2 ACAR-MG: AIA e os acordos com o ETA

O ETA, ao estabelecer seus objetivos de extensão, educação e pesquisa, conservação do solo e dos recursos naturais, e o aumento da produtividade agrícola, encontraria na AIA,

⁹⁶ Conferência inaugural preparatória da mesa redonda, op.cit., Idem, pp.34-35.

bem como na ACAR o tipo de instituição que mais amalgamava esses objetivos que a cooperação bilateral procurava estabelecer no Brasil.

Assim, a instituição de Rockefeller é fundamental para se entender a gênese do tipo “ACAR” no Brasil e de proposições para o campo. A imbricação ANR e AIA na formação de redes de conhecimento pode ser percebida na preparação de técnicos da ANR, que participariam do ETA com o pessoal da AIA e Associação em Minas Gerais. Por exemplo, o técnico em conservação Victor Pra Sisto relatou uma série de viagens por Minas Gerais para conhecimento e orientação sobre a agricultura brasileira para a atuação no Brasil, que envolveu a observação da ACAR ligada à AIA logo na sua chegada ao Brasil em 1954.⁹⁷

A AIA inclusive chega a negociar uma parceria à parte com a ANR para desenvolvimento de iniciativas agrícolas no Brasil que contemplassem interesses do governo estadunidense e da organização privada. Todavia, ambos não chegam a um consenso sobre a participação e contribuição de cada parte, ficando o apoio restrito às iniciativas que já estavam em andamento.⁹⁸

Apesar de um compromisso específico não ter prosperado, através do ETA a instituição mineira ligada à AIA firmou diversos acordos e captou recursos ao longo da década de 1950. Em 3 de março de 1955, acordou-se o projeto ETA Nº 9 entre ACAR e ETA para se promover assistência técnica e recursos importados à instituição.⁹⁹ Calcada na extensão e no crédito supervisionado, a instituição dialogava com objetivos prévios que o ETA procurava estabelecer no Brasil. Segundo Raub Snyder, as experiências da ACAR e a ajuda de seus funcionários foram de grande valor informativo na ajuda à ANR para se chegar a um plano e padrão de organização que se poderia recomendar a qualquer estado, como veremos posteriormente.¹⁰⁰

Para além de intercâmbio técnico, o ETA promoveu até 1961 a cessão de equipamentos audiovisuais e de informação (não quantificados) e veículos (jipes) para deslocamento dos agentes pelos escritórios locais da associação.¹⁰¹ Inclusive, cabe a pontuação breve sobre a importância desse tipo de veículo para o lado brasileiro. A

⁹⁷ Ver: Terminal Report A-1446, Rio de Janeiro para ICA, março de 1956, TOICA A-1101 to A-1200, Box 5, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

⁹⁸ Monthly Report A-1363, Rio de Janeiro para ICA, 08 março de 1956, TOICA A-1301 to A-1400, Box 5, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.1.

⁹⁹ Terminal Report A-563, op.cit., p.6

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ BARBER, op.cit., p.12.

importação de jipes era uma demanda recorrente dos atores brasileiros para os produtores agrícolas brasileiros no início da década de 1950.

Em 1953, oficiais do Ministério da Agricultura ao Ministério das Relações Exteriores viam os EUA como não sendo capazes de suprir a demanda brasileira procurando até mesmo convênios comerciais em matéria de equipamentos agrícolas com outros países, como Itália.¹⁰² Esses jipes seriam importantes, nesse contexto, para a utilização no transporte de pequenas produções,¹⁰³ não estando em pauta ainda a destinação diretamente às associações, mas demonstram como a questão de modernizar ia além do maquinário agrícola em si. Dessa maneira, num cenário de constantes frustrações no sentido de angariar acordos e recursos por parte dos EUA ao Brasil na década de 1950, que abordamos no capítulo 1, o governo brasileiro procurou solucionar a demanda através de outros países, mesmo que de forma muito particularizada como no caso dos jipes.

Dada essa breve contextualização, a seguir listamos na tabela 3.1 a contribuição em dólares do ETA à ACAR, bem como o montante financeiro para equipamentos e veículos cedidos por ano:

Tabela 3.1 – Contribuição do ETA à ACAR entre 1955 e 1961

Ano	Contribuição do ETA à ACAR em Cruzeiros (CR\$)	Equipamento importado dos EUA pelo ETA	
		Valor em dólar	Nº de veículos
1955	1.000.00	21.316,79	10
1956	2.034.104	25.161,27	13
1957	2.714.267	28.650,55	12
1958	2.486.991	19.166,55	6
1959	961.857	15.514,55	3
1960	381.148	13.124,09	5
1961	229.289	2.251,20	-
Total	9.810.656	125.185,40	49

Fontes: BARBER, op.cit., p.13

Entre 1956 e 1958 encontram-se os principais anos do ETA no fornecimento de recursos em dólares e veículos à ACAR. Apesar da importância dos veículos, estes não foram

¹⁰² BRASIL. Ministério de Agricultura ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 28 de agosto de 1953. Ministério da Agricultura. Avisos (Recebidos) 1953-55. MHDI.

¹⁰³ Idem.

importados em número massivo, sendo contido apenas a viabilizar a realização das atividades de assistência aos produtores atendidos pela Associação. A partir de 1959, como veremos também nas outras associações, a contribuição do ETA diminuirá consideravelmente, aliado tanto a um esvaziamento do aporte de recursos por parte dos EUA à missão, bem como pelo cenário brasileiro de criação de uma entidade nacional voltada a sustentar as políticas de extensão e crédito no Brasil.

Além do foco na associação em si, também foram acordados projetos a fim de estabelecer um centro de treinamento alinhado com os objetivos da ACAR e ETA. A Universidade Rural Estadual de Minas Gerais (UREMG) em Viçosa, que já vinha estabelecendo relações e cursos da associação mineira, acabou por ser escolhida como centro de ações por parte do ETA.

Se a fazenda Ipanema era o modelo de centro de treinamento e principal instituição desse tipo no período, a UREMG de Viçosa era vista pelas demais instituições brasileiras como modelo de cursos agrícolas na entrada da década de 1950 (COBBS, op.cit., p.113). Não só pelo lado brasileiro, mas também estadunidense, a UREMG era vista como o tipo de trabalho que a USOM/Brasil procurava estabelecer no geral: a cooperação com instituições de ensino superior no Brasil, em que estruturar a área de economia rural seria um dos objetivos da cooperação bilateral.¹⁰⁴ Entre 1954 e 1958, três projetos foram acordados com o ETA, ACAR e Viçosa, realizando cursos relacionados à preparação de técnicos e pessoal da associação mineira.

A UREMG vinha realizando acordos cooperativos em extensão e economia doméstica com instituições estadunidenses desde o início da década de 1950. O destaque era o acordo por notas entre o embaixador estadunidense e o Ministro de relações exteriores brasileiro, em 29 de junho de 1951, que estabelecia a cooperação direta com a Universidade de Purdue, Indiana. O acordo estabelecia a formação de um programa de extensão agrícola e economia doméstica, enviando professores e técnicos da instituição estadunidense a partir de 1952.¹⁰⁵

Assim, Viçosa foi escolhida como instituição a centralizar as informações acerca de programas de melhoria da condição de vida do agricultor.¹⁰⁶ Os acordos realizados convergiram para dois projetos entre 1957 e 1958, centrados no desenvolvimento de cursos

¹⁰⁴ A-1298, op.cit., p.4

¹⁰⁵ BARBER, op.cit., p.173.

¹⁰⁶ Info Report, A-1245, Rio de Janeiro para ICA, 29 de fevereiro de 1956, TOICA A-1201-1300, Box 5, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

“economia doméstica”, uma das áreas de atuação da ACAR-MG e foco do ETA no desenvolvimento de programas agrícolas no Brasil.¹⁰⁷

A economia doméstica é um bom exemplo de como essas políticas entre ACAR, AIA e ETA estão alinhados e buscam conferir condições para continuidade desses projetos. Essa área, como disciplina, era algo recente na sua aplicação no Brasil. Em Minas Gerais, o primeiro curso desse tipo surgiu com a criação da “Escola de economia doméstica de Viçosa” fundada em 1º de agosto de 1952, ou seja, antes do estabelecimento do surgimento do ETA em 1953.¹⁰⁸ O ETA focaria suas ações de ensino nessa disciplina, procurando estruturá-la no centro de treinamento em Ipanema, como visto no capítulo anterior.

Segundo Elizabeth Williams, consultora em economia doméstica da ANR e do ETA, a disciplina ensinava aspectos domésticos, como vestimenta (realizando atividades relacionadas à costura), gerenciamento do orçamento doméstico e até aspectos de nutrição, sendo voltada para mulheres, principalmente, que seriam as agentes a lidarem com outras mulheres sobre esses aspectos.¹⁰⁹ Esse tipo de disciplina demonstrava a preocupação desses projetos de desenvolvimento agrícola não só com a questão da produtividade, mas com a racionalização do cotidiano rural, tendo a figura da mulher, “dona de casa”, como responsável por gerir esse cotidiano.

Os relatórios da ANR são escassos quanto a uma definição mais específica dos currículos e princípios da economia doméstica. Dessa maneira, retomamos um manual produzido pelo que seria a instituição nacional de extensão no Brasil, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) no início da década de 1960, que traça o histórico dos técnicos agrícolas no Brasil em diversas áreas de atuação, e ainda sugere sugestões de melhorias para a “categoria”. Ao retomar a criação da disciplina de economia doméstica, fica claro o papel da mulher neste desenvolvimento em que seria:

“[...] imprescindível à mulher moderna preparar-se devidamente para enfrentar com êxito as exigências da vida contemporânea e preservar, ao mesmo tempo, com zelo,

¹⁰⁷ Para Viçosa ver projeto ETA N°30 em Monthly Report TOICA A-1653, Rio de Janeiro para ICA, 08 de Março 1956 “Training of Economics School of Home Economics at Rural University of Minas Gerais” e projeto ETA N° 39 Monthly Report TOICA A-1229, Rio de Janeiro para ICA, 08 de março 1956 “Escola Superior de Ciências Domésticas de Viçosa”. Já para a ACAR, projeto ETA 9, ver: Monthly Report A-563, op.cit, p.6.

¹⁰⁸ PINTO, João [et.all]. “Técnicos para o desenvolvimento da Agricultura”. ABCAR, Rio de Janeiro, 1961. p.123.

¹⁰⁹ Info Report A-728, op.cit.

amor e inteligência, o seu lar – patrimônio que a sociedade lhe confia. [...] Economia doméstica, arte e ciência da vida do lar, é uma das respostas a esta situação.”¹¹⁰

Assim, diante da entrada do ETA no incremento desses processos, entre 1957 e 1958 Viçosa recebeu diversos projetos e técnicos, com destaque novamente para a economista doméstica do ETA, Elizabeth Williams, que auxiliou na estruturação desses cursos em Viçosa, além de planejar treinamentos acerca de educação nutricional para agentes.¹¹¹ Agentes ligados às associações de crédito e assistência rural da ACAR-MG e da recém-criada ACAR do Espírito Santo (ACAR-ES) participaram de treinamento em matéria de ciência doméstica para a atuação nos seus respectivos escritórios regionais. Além disso, pessoal, não especificado, do projeto de melhoria das condições de vida dos produtores rurais de Cacau da Bahia (projeto ETA N°35) também participou dessa turma com os agentes das associações.¹¹²

A seguir detalhamos o número de cursos, pessoas atendidas e contribuições do ETA à Viçosa, a partir de 1958 até 1961, quando Viçosa desponta como centro de treinamento em extensão e em economia doméstica. Os dados indicam o número total, não havendo diferenciação dos atendidos por cada matéria.

Tabela 3.2 – Contribuições do ETA e pessoas atendidas em Viçosa nos cursos de extensão e economia doméstica

Ano	Nº de cursos dados	Nº de pessoas atendidas	Contribuição do ETA em Cruzeiros (Cr\$)	Contribuição do ETA, em dólares (US\$), para equipamentos	Veículos cedidos pelo ETA
1957	-	-	1.489.519	-	-
1958	9	273	2.058.850	11.880,09	-
1959	12	376	501.651	1.552,83	1
1960	11	242	375.085	2.178,15	-
1961	11	302	544.529	3.664,84	-
Total	31	1.093	20.687.321	117.409,53	1

Fonte: BARBER, op.cit., p.108

Os dados da tabela 3.2 nos fornecem um panorama de como os cursos de extensão e economia doméstica, apoiados pelo ETA, mantiveram um número constante de homens e mulheres após estar apto a operar em 1958. Assim como nas contribuições à ACAR, os cursos

¹¹⁰ PINTO, João [et.all]. op.cit., p.116.

¹¹¹ Terminal Report A-407, Rio de Janeiro para ICA, 30 de agosto de 1956, TOICA A-401 to A-500, Box 7, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

¹¹² Monthly Report TOICA A-1363, op.cit.

da UREMG têm uma redução na destinação de recursos pelo ETA ao final da década de 1950, apesar dos cursos se manterem estáveis até o início da década de 1960.

Dessa maneira, o ETA atuou diretamente em treinamentos e planejamentos de ações para a ACAR-MG, para além da destinação de recursos em cruzeiros e dólares, fazendo da Universidade Rural de Viçosa o segundo centro de treinamento de agentes e pessoas ligadas aos projetos do ETA de assistência agrícola. A formação de quadros para os escritórios regionais da associação mineira foi realizada no sentido de preparar “supervisores regionais” em extensão para as ações no interior do estado.

Além disso, a UREMG também estabelecia intercâmbio de seus professores com outras instituições ou centros de treinamento apoiados pelo ETA. Há registros da presença de pessoal de Viçosa na fazenda Ipanema em cursos de extensão rural na segunda metade da década de 1950. Exemplo disso é a publicação “Aulas sobre administração rural, Cursos de extensão rural”, que compila aulas de um curso de Erly Dias Brandão, professor da escola superior de agricultura da UREMG de Viçosa, no CETI, dada entre 16 e 18 de agosto de 1956. Curioso notar que o compilado ainda possui alterações oriundas do “4º curso intensivo de treinamento da ACAR” realizado em Viçosa de 7 de janeiro a 2 de fevereiro de 1957. Esses indicativos têm o valor de pontuar como a circulação de conhecimento extensionista se dava entre os brasileiros inseridos nessa rede de conhecimento dos centros de treinamento que vinham surgindo com auxílio do ETA na segunda metade de 1950.

O interesse pela vida doméstica e pela qualidade de vida do produtor, pontuada pelo co-diretor estadunidense do ETA e reforçada nas iniciativas entre o Escritório e a ACAR, demonstra um viés pelo qual o desenvolvimento proposto pelas políticas agrícolas bilaterais estava focado na alteração das práticas e gestão da unidade rural. De um modo geral, o ETA seguia um direcionamento da USOM/Brasil de promover um “desenvolvimento comunitário”, que procurava não só projetos de melhoria de aspectos específicos de cada divisão, como uma integração das instâncias locais ao projeto e ao objetivo preterido principalmente no âmbito municipal.¹¹³

Enquanto estratégia para o desenvolvimento comunitário e atuação diante dos produtores rurais, a formação de pessoal em matérias de extensão e economia doméstica era necessária para fomentar a estruturação de uma rede de escritórios pela zona rural, a fim de

¹¹³ Info Report A-621, Rio de Janeiro para USFO, 30 de dezembro de 1954, TOICA A-601 to A-700, Box 2, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.8.

aproximar ACAR e produtores rurais. Os escritórios eram divididos em duas categorias: escritórios regionais e escritórios locais, em que o segundo tipo era centrado numa atuação mais municipal para com os produtores. A realização de clubes agrícolas, para jovens também seria uma forma de atuação na constituição de uma noção de comunidade, trazendo políticas com maior histórico nos EUA às realidades brasileiras. Esses clubes seria chamados de clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir e Saúde) (SILVA, 2002, pp.35-39; SILVA, 2009, p.100).

Apesar do trabalho de assistência através da extensão, preparando técnicos e conhecimento para atuarem diante das necessidades do meio rural, esse tipo de associação também envolvia uma segunda modalidade de assistência dessas associações rurais tipo “ACAR”: a promoção de crédito supervisionado. Essa modalidade de crédito, aliada à extensão, procurava articular informações e um intermédio da instituição para aplicação e uso do crédito pelo produtor rural, voltando recursos para aplicações na produtividade e nos aspectos sociais da vida do produtor.

O extenscionista Fred Barber, ao retomar as ações da atividade de extensão no Brasil através das entidades estatais estadunidenses, afirmou em relatório da ACAR que, já em 1959, tinham-se as seguintes distribuições para os empréstimos, divididas em três categorias: 12,8% para a melhoria das condições de vida; 26,7% para financiamento de produção de vegetais e animais; 60,5% para equipamentos e outros investimentos (não especificados).¹¹⁴

Assim, percebe-se um movimento na ACAR de um foco expandido para além da condição de vida em si, condicionando na virada para a década de 1960 uma atuação frente a financiamentos produtivos ligados a diferentes gêneros agrícolas, para além de financiarem métodos de assistência e extensão ao pequeno produtor.

O início da década de 1960, principalmente pós 1962, marca um momento de redirecionamento que já pode ser percebido nesses dados de Barber: a transformação da associação de uma entidade assistencialista, calcada na transformação do meio de vida e praticas do pequeno produtor, em um modelo “difusionista produtivista”, calcado na modernização e investimento em tecnologias (RODRIGUES, 1993, APUD, OLIVEIRA,

¹¹⁴ BARBER, op.cit., p.12.

2013, p.65). Essa mudança se faz antes mesmo de dados do crédito orientado, voltado diretamente ao produto, apareçam nos empréstimos cedidos pela ACAR-MG.¹¹⁵

A exposição aqui se faz num recorte regional das associações; apesar disso, concomitantemente a experiência e cursos são compartilhados com outras associações que surgem ao longo da década de 1950. A associação do Nordeste exemplifica a inserção desse modelo de associação a partir da experiência mineira, que teve a participação da AIA no seu processo de concepção e simultaneamente também o exemplo mais latente da importância do ETA em se inserir em projetos já em constituição. A associação também demonstra dificuldades e mudanças de foco que essas instituições tiveram na segunda metade da década de 1950. Esses desafios orbitavam em torno do foco que os diferentes atores almejavam dar ao projeto que abordaremos na próxima seção.

3.3 Nordeste: ANCAR e o ETA, do modelo regional ao estadual

A “Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural” (ANCAR) foi a primeira expansão desse tipo de modelo, concebida como uma associação regional, criada em 1954 pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para desenvolver projetos no polígono das secas no Nordeste. Essa região correspondia aos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (OLIVEIRA, 2013 p.38). Além do Banco do Nordeste, a AIA, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação também participaram como entidades fundadoras da associação.¹¹⁶ A AIA, inclusive, apesar de fundadora, estava relutante em apoiar o projeto financeiramente, focando numa ajuda técnica e de preparação de pessoal, oriunda da experiência mineira (COBBS, op.cit., p.116).

Diante da falta de fontes que nos apontem para uma adaptação das técnicas agrícolas, a observação da estruturação da ANCAR é um exemplo importante, pois nos fornecem indicativos sobre como essas instituições foram concebidas e adaptadas pelos atores brasileiros, visando objetivos específicos. Nos EUA, o sistema extensionista se constituiu de forma através de cada unidade federativa.¹¹⁷ Não havia projetos regionalizados com objetivos tão específicos como a ANCAR, em que podemos indicar a associação nordestina como uma adaptação do modelo estadunidense diante das concepções próprias de instituições brasileiras como a BNB, principal idealizadora inicial deste projeto.

¹¹⁵Para os empréstimos da ACAR-MG registram saídas de crédito orientado somente em 1963/64 ver: BARBER, op.cit., p.35

¹¹⁶ Terminal Report TOICA A-374, op.cit, p.3.

¹¹⁷ HEARNE & KELSEY, op.cit., p.47.

O BNB, junto do ETA, expressava preocupação com a agricultura nordestina. Nesse contexto, as entidades promoveram uma série de conferências em 1956 para tratar sobre o desenvolvimento e as linhas de atuação conjuntas sobre a economia agrícola do Brasil, no auditório da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. Em junho de 1956, o economista agrícola da ANR Jimmy Hillman discorreu especificamente sobre o desenvolvimento econômico e o Nordeste, o qual foi traduzido e publicado pelo próprio BNB.

Esse tipo de evento nos permite ter mais um indicativo para a visualização da questão da concepção de desenvolvimento que essas iniciativas possuíam. Hillman inicia a conferência dissertando diretamente sobre a questão do desenvolvimento econômico. Para ele, o desenvolvimento econômico, e a noção de subdesenvolvimento, eram conceitos que se consolidariam após a Segunda Guerra Mundial. Apesar disso, não existiria “tampouco uma noção específica do termo desenvolvimento econômico”.¹¹⁸

Importante frisar como a missão se dá num momento em que concepções como a “Teoria da Modernização” não estavam formuladas para servirem de norte para uma atuação no dito Terceiro Mundo. Apesar de o final da década de 1940 já marcar uma guinada na noção da pobreza e dos problemas socioeconômicos como fatores a serem transformados, e de valores ocidentais serem aplicados, estas concepções ainda estavam em constante formulação.

Nessa conferência, se o desenvolvimento econômico é apresentado de maneira mais reticente, o subdesenvolvimento parece mais delimitado: este seria o significado de

“resultados econômicos pobres, evidenciados por padrões materiais de vida relativamente baixos, mais a probabilidade de melhoramento através da aplicação de métodos conhecidos. [...] Para designar uma região como subdesenvolvida, é necessário também que a sua produção final possa ser aumentada por meios disponíveis nessa localidade” (HILLMAN, 1956, p.2-3).

Deste modo esta conferência sedimenta alguns conceitos que vemos na missão da ANR e na atuação do ETA desde sua fundação: a produção da noção de autoajuda para superação das dificuldades socioeconômicas. Em parte, a associação nordestina estará atrelada a essa noção, por se filiar ao modelo extensionista que vinha sendo aplicado pela ACAR em Minas Gerais.

Apesar de não ter sido criada sob a atuação do ETA, a ANCAR surgiu nesse contexto como uma tentativa de articular um desenvolvimento do polígono das secas através da

¹¹⁸ HILLMAN, Jimmy. O Desenvolvimento econômico e o Nordeste brasileiro. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1956. P.2.

promoção do ensino, crédito e circulação de informações para a questão do subdesenvolvimento e baixa produtividade na região. Retomando Hillman, ao abordar mais detalhadamente a região na esfera econômica, o economista rural da ANR apontou para problemas já diagnosticados pela missão para a região: a baixa produtividade agrícola estaria ligada, para além do fator desabastecimento de água, a métodos agrícolas ineficientes, falta de crédito e deficiência de ensino.¹¹⁹

O Escritório atuou de forma mais significativa em 1955, a fim de estruturar a associação do Nordeste e promover as bases para a atuação da assistência ao produtor rural, ou seja, concepções de extensão rural e crédito supervisionado. Na verdade, apesar de abordarmos a ACAR primeiro por entendermos essa instituição como precursora, a ANCAR foi o segundo projeto acordado pelo ETA no Brasil (projeto ETA nº 2). Desde a entrada do ETA, será perceptível um padrão na atuação do escritório: formação de pessoal “pioneiro” para atuar nas instituições e nas comunidades rurais.

Esse modelo tem a especificidade de se tentar constituir como proposta regionalizada, não ligada como as secretarias de agriculturas estaduais, como ocorrido em MG e como se verá no caso do Rio Grande do Sul na seção seguinte. O ETA seguiu essa abordagem regionalizada para a associação que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), um dos principais fiadores do projeto, possuía.

Requerimentos específicos dos estados para programas de extensão não foram aceitos pelo ETA no período, tal qual o da secretaria de agricultura da Paraíba e de Alagoas.¹²⁰ Apesar de não haver uma justificativa na documentação, parece-nos que essa negativa se dava justamente por esse apoio inicial a uma organização regional realizada pelo Banco do Nordeste (BNB). O Escritório também seguiu essa abordagem para a estruturação de centros de treinamento na região, articulando projetos sob o guarda-chuva da associação nordestina (ANCAR).

Para o escritório central da ANCAR, o ETA contribuiu com os seguintes valores e veículos, dentro do modelo de disposição dos dados apresentados na ACAR-MG:

Tabela 3.3 – Contribuições do ETA à ANCAR Central entre 1955 e 1961

¹¹⁹ HILLMAN, op.cit., p.7.

¹²⁰ Monthly Report A-41, Rio de Janeiro para ICA, 09 de junho 1956, TOICA A-301 to A-400, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA, p.5.

Ano	Contribuição do ETA à ANCAR em Cruzeiros (CR\$)	Equipamento importado dos EUA pelo ETA	
		Valor em dólar	Nº de veículos
1955	2.500.000	21.417,62	12
1956	2.500.000	16.531,44	8
1957	3.978.343	21.590,79	7
1958	5.021.696	22.516,73	11
1959	1.499.960	32.968,19	14
1960	1.125.600	28.551,23	3
1961	257.781	2.982,21	-
Total	16.883.380	146.559,21	55

Fontes BARBER, op.cit., p.23

Ao todo a ANCAR recebeu mais veículos que a ACAR de Minas Gerais (55 frente aos 49 veículos da instituição mineira). Isso pode ser indicado pelo escopo maior do projeto regional até 1958. Infelizmente não se tem nenhum indicativo na documentação na forma de distribuição e circulação desses veículos por escritórios regionais e locais da ANCAR. Entretanto, vale destacar que o padrão de diminuição destinação de recursos diretos do ETA ao projeto diminui na virada da década de 1950 para 1960.

Como modo de operação estabelecido pelo ETA, centros de treinamento locais foram acordados com instituições agrícolas do Nordeste. O primeiro tipo de iniciativa desse tipo foi estabelecido entre 1956 e 1957 na cidade de Tapera, Pernambuco, passando em 1958 para a Universidade Rural de Pernambuco, onde se fixou. Tal qual como em Viçosa, a estruturação de centros passava pela necessidade de se reduzir custos com traslado para Ipanema e aumentando o número de instituições que pudessem atuar de modo similar. Dessa maneira, esperava-se tornar essas instituições nos moldes do que vinha sendo realizado no CETI em SP, com cursos de curta duração em extensão e economia doméstica para os técnicos e funcionários de agências agrícolas.¹²¹

A sedimentação de cursos em instituições agrícolas e formações voltadas especificamente ao pessoal da ANCAR tiveram participação de pessoas envolvidas em outros projetos. Destacamos a participação de Elizabeth Williams, técnica estadunidense do ETA, na promoção de cursos em economia doméstica para agentes da ANCAR entre 1955 e 1956

¹²¹ Monthly Report A-2015, Rio de Janeiro para ICA, 29 de maio 1958, TOICA A-2001 to A-2100, Box 13, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.2.

em Tapera.¹²² Além de destacar um tipo de formação que também vinha sendo trabalhada em Ipanema e em Viçosa, destaca-se o papel de Williams de circulação entre instituições, procurando fornecer uma base comum de atuação que começa pelos agentes ou técnicos que estariam em contato com os produtores rurais e suas respectivas unidades produtivas e familiares. Essa base pode ser lida como a promoção de desenvolvimento extensionista, o qual seria uma visão moderada de alteração do espaço e das condições de vida rural.

A dificuldade da institucionalização desse projeto foi o próprio caráter de um programa regional, o qual acabou por não se consolidar. O projeto da ANCAR enfrentou dificuldades para abrir e manter escritórios locais pelo Nordeste. No ano 1957, segundo relatório mensal de novembro, a ANR reportou o fechamento de três escritórios municipais da associação nordestina pela falta de agrônomos. As escolas agrícolas também registraram poucas inscrições, fato que dificultava a viabilidade da expansão do projeto.¹²³

Assim, a viabilidade do projeto, pensando no tipo “ACAR” no geral, passava por três gargalos: a do financiamento, o pessoal qualificado para dar sustentação às políticas de assistência e o interesse, e a disponibilidade em se ter os tipos de formação oferecidos pelas instituições agrícolas. A falta de organização nas entidades agrícolas e do próprio pessoal da ANCAR eram fatores que, segundo técnicos estadunidenses, também dificultavam a implantação dos programas da ANCAR.

Entre 1954 e 1958, a associação perdeu sua abrangência regional. Já em setembro de 1955, a ANCAR da Bahia se desmembraria a fim de se tornar um programa estadual.¹²⁴ A partir de 1958 é que de fato os escritórios descentralizam-se, focando em contratos e contribuições diretamente com os estados, dando origem as ANCAR do Ceará, Paraíba e Pernambuco neste momento.

Dessa maneira, esses programas não seriam mais diretamente sustentados apenas pelo Banco do Nordeste e ETA após 1958.¹²⁵ A ANCAR central ainda daria suporte aos programas

¹²² Para os cursos ministrados por Williams no âmbito da ANCAR, ver: Terminal Report A-407, Rio de Janeiro para ICA, 30 de agosto de 1956, TOICA A-401 to A-500, Box 7 MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

¹²³ Monthly report A-901, Rio de Janeiro para ICA, 12 de novembro de 1957, TOICA A-1001 to A-1100, Box 11, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

¹²⁴ BARBER, op.cit., p.23.

¹²⁵ Monthly Report TOICA A-1367, Rio de Janeiro para ICA, 08 de março 1956, TOICA A-1301 to A-1400, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.1.

regionalizados até 1960, quando de fato o sistema nacional de extensão assumirá a responsabilidade de dar sustentação aos projetos.¹²⁶

Ao se fragmentar em associações regionais, o movimento do ETA e das instituições foi semelhante: estruturar centros de formação em matérias extensionistas e agrícolas. A ANCAR do Ceará (ANCAR-CE), ao ser acordada, teve como uma das instituições fundadoras a Universidade do Ceará, demonstrando a articulação que as associações procuravam com as entidades de ensino públicas brasileiras na década de 1950. Mesmo com esses acordos, a centralidade ainda residia no que viria a ser o Sistema Nacional de extensão com a Universidade de Pernambuco, mas é importante notar essa expansão de cursos a partir de uma sedimentação das associações dentro da esfera de cooperação técnica Brasil-EUA.

3.4 Região Sul: a associação sulina do Rio Grande do Sul e centros de treinamento no escopo do ETA

No Sul, por outro lado, as associações surgem mais amparadas em relação ao ETA e com apoio maior de instituições agrícolas estaduais dos três estados da região entre 1955 e 1956. A federação das associações rurais de Santa Catarina, por exemplo, foi um grupo importante na negociação para se trazer uma associação de crédito e assistência rural junto ao ETA e a secretaria de agricultura catarinense. Antes mesmo da celebração do acordo, o vice-presidente da federação requereu à Associação de Crédito e intercedeu para que dois membros da federação – não nomeados no documento - fizessem cursos de treinamentos nos EUA bancados pela ANR.¹²⁷

No Paraná, a criação da associação de assistência Rural envolveu mais grupos de interesse. Além do ETA, do Ministério da Agricultura e da secretaria de agricultura do Paraná (padrão na formação das associações), o departamento de fronteira do estado do Paraná e a fundação dos trabalhadores rurais do estado se fizeram também presentes no acordo.¹²⁸ O departamento de fronteira, inclusive, realizou um requerimento à parte para projetos de

¹²⁶ BARBER, op.cit., p.24.

¹²⁷ Monthly Report A-1158, Rio de Janeiro to ICA, 2 February 1956, TOICA A-1101 to A-1200, Box 5. MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.3.

¹²⁸ Segundo o ETA, essa associação, apesar de ligada ao setor rural, estava sob comando da secretaria de saúde paranaense, pois era uma associação que promoveria assistência relacionada a saúde do trabalhador rural no estado. Ver: Monthly Report A-1158, op.cit.,pp.3-4.

assistência rural nas cidades da fronteira do Paraná, proposta que o ETA sugeriu que fosse executada junto ao projeto da associação em constituição no estado.¹²⁹

Entretanto, apesar das relações e importância das duas associações anteriormente citadas, entendemos que o caso mais emblemático de associação na região que nos permite discutir políticas de assistência agrícola e redes de conhecimentos é o da associação sulina de crédito e assistência rural do Rio Grande do Sul (ASCAR-RS).

A ASCAR foi requerida pela secretaria do estado do RS e teve o destaque, pelo lado estadunidense do escritório, da participação de financiadores privados como principais financiadores, não sendo liderado pelas associações estaduais e outras entidades como no caso do Paraná e Santa Catarina. No caso, frisavam a participação de J. Renner, industrialista, e Kurt Weissheiner, produtor pecuarista e diretor do Banco Mercantil.¹³⁰ Em cerimônia de inauguração da associação sulina de crédito e assistência rural (ASCAR-RS) em abril de 1956, o diretor da missão de cooperação estadunidense (USOM/Brasil), Willian Ware, reforçou a importância dos financiadores para a realização do projeto, destacando a figura de Weissheiner.¹³¹

A documentação apresenta um detalhamento maior acerca da atuação do ETA na estruturação da associação e do trabalho técnico realizado. A princípio, dois técnicos estadunidenses foram designados para atuar na associação: Ella Crosby, consultora em economia doméstica, e Arden Harris, consultor em extensão, assumindo em 1 de julho de 1955 e 27 de dezembro de 1955, respectivamente. Ambos trabalhariam próximos de Euclides Martins, então chefe do departamento de extensão da nova instituição.¹³²

Na tabela a seguir, listamos as contribuições do ETA à ASCAR entre 1955 e 1961:

Tabela 3.4 – Contribuições do ETA à ASCAR entre 1955 e 1961

Ano	Contribuição do ETA à ASCAR em Cruzeiros (CR\$)	Equipamento importado dos EUA pelo ETA	
		Valor em dólar	Nº de veículos
1955	886.803	3.041,69	-

¹²⁹ Monthly Report A-307, Rio de Janeiro para ICA, 06 September 1955, TOICA A-301 to A-400, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.2.

¹³⁰ BARBER, op.cit., p.83. Para a biografia de Weissheimer ver: <https://www.tuaradio.com.br/Aurora/noticias/geral/02-06-2020/historia-ascar-65-anos-fortalecendo-o-meio-rural-gaicho>. Acesso em 28/06/2021.

¹³¹ Monthly Report A-1745, op.cit, p.2.

¹³² BARBER, op.cit., p.84.

1956	1.010.035	49.955,11	11
1957	1.864.814	29.677,96	13
1958	4.049.455	7.960,70	8
1959	959.284	26.784,43	-
1960	612.108	223,83	6
1961	193.320	328,01	-
Total	9.810.656	91.187,30	38

Fonte: BARBER, op.cit., p.86

A ASCAR teve como principais anos de apoio do ETA, no que se refere às contribuições, os anos de 1956 e 1957, quando estava se estruturando a associação. Sobre a atuação do ASCAR em si pelo ETA, o desenvolvimento de um serviço de extensão, através dessa cooperação, estava centrado em auxiliar o planejamento e as ações da diretoria da associação, orientar técnicas de demonstração para ensinamento do produtor rural, além de recrutar e treinar pessoal para atuar na abertura de escritórios locais pelo estado dentro das políticas de extensão. O caso da ASCAR é emblemático, pois o primeiro grupo de agentes treinados para o programa são preparados na fazenda Ipanema em São Paulo e posteriormente passa por treinamentos práticos na ACAR-MG.¹³³

Assim, o sistema ainda incipiente tem participação ativa do ETA na elaboração, assistência e ligação de práticas em instituições já estabelecidas e no então principal centro de treinamento em matérias de extensão e economia doméstica. Não é explícito nas fontes, mas ao ver o trabalho desempenhado nas instituições do Sul, o ETA parece focar numa abordagem estadual das associações, a exemplo da associação mineira, estreitando as relações com os atores locais como representantes da iniciativa privada e secretárias estaduais de agricultura. O modelo regionalizado não parece ser foco dos demais atores brasileiros e não é endossado pelo escritório como possibilidade para a expansão do serviço, antes mesmo do serviço de extensão nordestino se dividir em associações estaduais.

Para além da associação em si, outro foco de atuação estava na estruturação de cursos relacionados às necessidades mais gerais que a missão bilateral vinha apontando no Brasil. Os projetos ETA nº 12, em julho de 1955, e nº 32, em abril de 1957, foram realizados pelo ETA na cidade de Carazinho-RS, a fim de estabelecer cursos de conservação do solo na região. Tal qual como ocorreu com a ACAR e com a ANCAR, os custos e logística para se fazer com que

¹³³ BARBER, op.cit., p.84.

grupos de agentes e técnicos fossem à Ipanema foram fatores levados em conta pelo ETA para que, junto da ASCAR, fosse estabelecido um centro de treinamento próprio no Rio Grande do Sul em matérias agrícolas e extensão.¹³⁴

Todavia, se no modelo de associações os grupos agrícolas e representantes políticos se fragmentaram em entidades estaduais, o “centro de treinamento em extensão do sul” (CENTREISUL) foi uma articulação regional e mesmo de diferentes instituições agrícolas. Centreisul foi o projeto N°61 do ETA, acordado em 26 de outubro de 1960, e reunia ASCAR, ACAR-PR, ACARESC, Serviço Social Rural (SSR) para além de duas instituições agrícolas: o Instituto agrônomico do Sul (IAS) e a escola de agronomia Eliseu Maciel (EAEM), localizadas na cidade de Pelotas-RS.¹³⁵

O projeto consistia em promover suporte e treinamento aos serviços sociais e de extensão de forma integrada. Formação para a atuação em crédito rural supervisionado e desenvolvimento comunitário rural também foram oferecidos para os programas apoiados pelo projeto.¹³⁶ O ETA entraria com o fornecimento de equipamentos em dólares. A instituição iniciou suas atividades em 1961 com 3 cursos para 107 pessoas neste ano.¹³⁷

Logo, numa apreensão geral das associações rurais, o modelo de associação tipo ACAR se espalhou como alternativa tecnicista e reformista de assistência rural. O desenvolvimento dos canais de informação e dos serviços sociais buscava elevar não só a produtividade rural, mas do “modo de vida” do produtor e sua família. Não por acaso a economia doméstica, voltada a formar técnicas que trabalhariam com as mulheres nas unidades rurais, aparecerá tanto nas propostas quanto nos currículos de treinamentos, mesmo que seu impacto nas comunidades ao racionalizar e dar um certo protagonismo na gerência doméstica não seja discutido nos relatórios e manuais coletados nesta pesquisa.

No Rio Grande do Sul, projetos de desenvolvimento de áreas como a pecuária foram os focos dos requerimentos ao ETA, e em parte foram absorvidos pelo guarda-chuva do projeto N°11 da ASCAR nesse período.¹³⁸ Visitas de técnicos brasileiros e estadunidenses se

¹³⁴ BARBER, op.cit., p.105

¹³⁵ Idem

¹³⁶ Ibidem, pp.105-106. Posteriormente, ACARESC e ACARPA, ligadas a Santa Catarina e Paraná especificamente, fundaram outro centro em Florianópolis durante a década de 1960.

¹³⁷ Ibidem, p.108.

¹³⁸ Ações para exposição de gado e métodos voltados especificamente a demonstração de práticas para o desenvolvimento da pecuária. Para a demonstração ver: Monthly Report, A-318, Rio de Janeiro para ICA, 08 de agosto de 1957, TOICA A-301 to A-400, Box 10, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

fizeram com intermédio do ETA e ASCAR para demonstração em administração e vacinação dos criadores de animais da região.¹³⁹

Conforme o co-diretor Raub Snyder afirmou, a ASCAR surge de um processo em que o projeto não foi vendido ao Rio Grande do Sul, mas desenvolvido e entendido em conjunto.¹⁴⁰ Logo, analisando a natureza da cooperação e esses enfoques, percebe-se como, apesar de se partir da experiência da ACAR na agricultura brasileira, a diversidade dos objetivos de atores locais, tanto aqui quanto na ANCAR, demonstram de que maneira o modelo se molda na sua difusão pelo Brasil ao longo da década de 1950.

3.5 O estado de São Paulo e o ETA: a ausência de associações tipo “ACAR” e as relações paulistas com o Escritório

Após abordar arranjos regionais brasileiros que se interessaram e estabeleceram instituições de crédito supervisionado e extensão, em diferentes trajetórias, cabe pontuar a relação do ETA com os atores do estado de São Paulo. Essa abordagem se dará justamente, pois uma iniciativa desse tipo não se consolidaria na região paulista. Apesar disso, diante da importância desse estado para a produção agrícola brasileira, o ETA estabeleceria acordos com atores do estado.

Apesar disso, o Escritório em 1955 nutria a expectativa de estabelecer uma instituição nos moldes da ACAR no estado, segundo indicativo do então co-diretor estadunidense do ETA, Raub Snyder, no seu relatório final ao sair da missão.¹⁴¹ No entanto, os grupos e associações representativas agrícolas de São Paulo, por outro lado, não materializaram projetos de extensão e crédito supervisionado através do ETA e/ou AIA, ao menos no período analisado.

A Fazenda Ipanema, apesar de localizada em São Paulo, pertencia ao Ministério da Agricultura e estava muito mais voltada à estruturação do ETA e às associações a nível nacional do que propriamente a uma instituição desse tipo em São Paulo. Negociações em São Paulo contando com representantes como o então governador Jânio Quadros, grupos agrícolas como a “Sociedade Rural Brasileira (SRB)” e a “Federação dos Produtores de Grãos e trigos de São Paulo” (FARESP), ocorreram ao longo do ano de 1956, mas sem consolidar esse tipo de instituição no estado (SILVA, 2009, p.188).

¹³⁹ Monthly Report, A-318, op.cit.

¹⁴⁰ Report 563, op.cit., p.7.

¹⁴¹ Idem, p.11-12.

Além dessas negociações, ao menos a nível municipal, houve requerimentos “independentes” das lideranças estaduais para a realização de programas em extensão rural. Em 1956, a prefeitura de Araraquara, no interior de SP, requereu serviços de extensão e treinamento ao ETA. Entretanto, sem entrar em maiores detalhes, o parecer do escritório em março de 1956 acabou por não achar pertinente o desenvolvimento de um projeto deste tipo na região.¹⁴²

A própria revista agrícola paulista “A Rural” chegou a produzir artigos cobrindo o programa da ACAR em Minas Gerais. Em matéria de março de 1957, ao abordar a renovação do contrato da ACAR e a expansão dessa instituição pelo Brasil, chegou-se a pontuar se um programa nesses moldes, de crédito ao pequeno produtor, não se fazia pertinente pela necessidade desse grupo rural em São Paulo por crédito.¹⁴³ Assim, havia alguma expectativa de forma espaçada sobre a criação de um programa de crédito supervisionado e extensão para o estado.

Apesar disso, houve iniciativas esporádicas em outras áreas agrícolas em São Paulo. Por exemplo, projetos de conservação do solo acabariam sendo realizados pelo ETA no estado. A própria FARESP também requereu um projeto de assistência e estudo por parte do Escritório para problemas de armazenamento e construção de silos para os grãos no estado paulista, que se tornaria o projeto ETA nº 13.¹⁴⁴ Outro acordo, o projeto ETA nº4, foi acordado entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo e o ETA em fevereiro de 1955.¹⁴⁵ Posteriormente, como desdobramento desse projeto nº4, em meados de 1958, o Departamento procuraria transformar esse projeto, junto do Ministério da Agricultura e técnicos do ETA, numa iniciativa mais ambiciosa de recuperar economicamente a região.¹⁴⁶

Logo, o ETA atuaria em diversas frentes, tendo o aspecto da tecnicidade como foco da sua atuação e estabelecimento das redes de conhecimento agrícola. O Escritório realizava consultas a concepções de projetos, como da ANCAR, mesmo que fornecesse outra abordagem a criação das associações, amparado num modelo estadual que a AIA havia feito em Minas Gerais. Diante desse cenário, no que tange às associações e atuação do ETA, o final

¹⁴² Para esse requerimento ver: Monthly Report TOICA A-262, Rio de Janeiro para ICA, 03 de agosto de 1956, TOICA A-201 to A-300, Box 3, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA, p.2.

¹⁴³ TELLES. Antonio de Queiroz. “Crédito Rural” **A Rural**. São Paulo, ano 37, p.10, dezembro de 1955.

¹⁴⁴ Monthly Report TOICA A-1363, op.cit, p.5.

¹⁴⁵ Inicialmente o projeto contaria com 1,5 milhão de cruzeiros por parte do ETA e 6 milhões por parte do DAEE. Para o acordo ver Monthly Report A-563, op.cit, p.3.

¹⁴⁶ Terminal Report TOICA A-1579, Rio de Janeiro para ICA, 20 de março de 1958, TOICA A-1501 to A-1600, Box 12, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA, p.3.

da década de 1950 seria marcado pelo um esforço de sistematizar e nacionalizar no Brasil esse tipo de empreendimento, que abordaremos a seguir.

3.6 Conclusões do capítulo

A atuação do ETA pode ser lida como importante para dar suporte aos projetos de extensão e crédito na segunda metade da década de 1950. Mesmo a AIA participando dos projetos, a atuação e mediação direta do Escritório foi importante para se lançar as bases iniciais de um programa de extensão.

Conforme foi apresentado ao longo deste capítulo, representantes da ANR consideravam que o processo foi baseado numa construção com as elites locais, e não simplesmente na “venda” de um projeto já pronto e delimitado. Nesse sentido, o acompanhamento do surgimento das associações através do ETA nos fornece uma compreensão mais clara dos objetivos acerca da formação de uma base comum nos temas de extensão, crédito e economia doméstica para proposições de desenvolvimento e assistência no Brasil.

O caso das instituições surgidas na segunda metade da década de 1950 é marcante nesse padrão. A experiência regionalizada no início da ANCAR para se pensar o polígono da seca, mesmo que tenha fracassado, é oriunda da forma que instituições como a BNB procuravam enquadrar o problema agrário através desse tipo “ACAR” de associação. Já a ASCAR-RS e apontamentos para questões da pecuária com o ETA é outro indicativo da constituição diferenciada de cada associação. Porém, dessas experiências, um padrão se forma: a constituição de um modelo estadual de organização de cada instituição. O desmembramento da ANCAR e o surgimento de associações no Paraná e Santa Catarina são exemplos desse padrão. Apesar de haver concepções na composição das associações, não é possível precisar os interesses regionais específicos e locais dos grupos regionais no trato com o ETA.

Pensando-se nas redes de conhecimento, aspecto que foi possível maior delimitação, o trabalho de cooperação com as associações vem acompanhado na ação junto de instituições de ensino agrícola, na sua maioria de ensino superior, buscando estabelecer pontos em comum na preparação de equipes para atuar com os produtores rurais brasileiros. Dar formação com algum padrão de atuação e ferramentas técnicas para trabalho nas associações parece um

elemento constante na atuação do ETA ao se olhar o estabelecimento dos empreendimentos locais.

O projeto de Ipanema, apesar de pioneiro no país, não deu conta de centralizar os programas no sentido de gastos e logísticas de deslocamentos. Os centros regionais se consolidaram posteriormente na passagem da década de 1950 para 1960, quando não há mais os registros de cursos e pessoas treinadas para o serviço de extensão em Ipanema.¹⁴⁷ Assim, a formação de pessoal em Ipanema, nos anos seguintes, foi dando lugar a centros regionais, capazes ao menos de ministrar formações sobre conteúdos similares como economia doméstica e extensão no país.

Os técnicos e agentes são preparados para serem as “pontes” entre o conhecimento racionalizado e experimentado nas instituições agrícolas e os produtores com práticas “arcaicas” de produção, cuidado do solo e mesmo da organização familiar, buscando inserir a mulher como ator capaz de dar organicidade à unidade familiar rural. Logo, o desenvolvimento é pensado num âmbito muito mais alargado, procurando articular vários elementos para desenvolver e maximizar a unidade rural, em que o agente/técnico passa a ter um papel fundamental nessa estrutura de transformação, que aliada aos principais grupos agrícolas e políticos dos estados, não deixa de ter uma visão reformista e ainda conservadora da sociedade rural.

Outro ponto que podemos concluir analisando as associações é que se levando em consideração também a distribuição dos projetos no capítulo anterior e a expansão do modelo de associações tipo “ACAR”, parece-nos pertinente apontar que de fato as regiões Nordeste e Sul se consolidam como grandes beneficiárias do programa de cooperação técnica, para além de MG, que pode ser lida como o coração das políticas perpetradas pelo ETA.

Essa distribuição nos leva a matizar o peso que o Escritório deu ao Nordeste até 1961, que autores como Sônia Mendonça destacam. O cenário de seca pós 1958 e da propagação de ligas camponesas na região levantam essa expectativa. Posteriormente, na década de 1960, programas como Aliança para o Progresso e os Corpos de Paz verão no Nordeste um celeiro de ideais “subversivos” e comunistas. Todavia o Ponto IV, ao menos através do ETA, não atuou na região partindo dessas concepções, havendo inclusive mais focos de atuação. A

¹⁴⁷ Ao longo da década de 1960, o potencial da área de Ipanema ainda era levado em consideração, dado estudos sobre o solo e a propriedade realizados pelo projeto ETA nº70 em 1965, em uma parceria do ETA com a Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz (Esalq). Para isso, ver: Projeto ETA 70 – Fazenda Ipanema – Carta de solos. Biblioteca Central – ESALQ USP.

transformação parece ser muito mais abrangente, que acabará, junto de outros fatores, estabelecendo uma institucionalização do programa a nível nacional, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 4 – ABCAR e os métodos de assistência agrícola (1956-1961): a consolidação da extensão e de uma concepção para as redes conhecimento sobre o desenvolvimento agrícola no Brasil.

A ascensão do modelo tipo “ACAR” tem impacto com a consolidação de uma estratégia diferente de assistência agrícola, que dependeu de uma cooperação com vários atores, públicos e privados, a nível internacional e local. Todavia, mesmo com o Ministério da Agricultura brasileiro atuante, e com organismos nacionais para pensar a extensão, como a Serviço Social Rural (SSR), esse modelo surgiu sem uma centralização clara quanto a práticas e captação de recursos. O ETA, mesmo entendido como órgão que fornecia uma base comum e era atuante no sentido de constituir pontes entre as organizações, não tinha essa prerrogativa de ser um órgão tomador de decisões diretas em cada associação.

Diante desse cenário, em 1957, numa iniciativa que novamente contaria com atores privados e estatais em ambos os lados, seria criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, a ABCAR. No entanto, cabe pontuar quais os elos entre a base e as redes que o ETA vinha constituindo com essa organização nacional de um Sistema de Extensão, compreendendo quais as concepções atravessariam a década de 1950 e 1960.

Creemos que focar nessas relações entre ETA e a ABCAR nos forneça um melhor entendimento do Sistema Nacional de extensão em construção. Também nos permitirá pensar o estado das redes de conhecimento agrícola no contexto Brasil-EUA, sem ignorar os problemas identificados a essa altura da promoção desse tipo de política de assistência rural no Brasil. Nossa hipótese neste capítulo, à luz das conclusões anteriores, é que a ABCAR se consolida muito por uma capilaridade dada previamente por atores como o ETA, que do Nordeste ao Sul procurou constituir modelos de associação “tipo ACAR” junto de bases de conhecimento agrícola em instituições de ensino agrícola.

Deste modo, este capítulo se organiza em quatro seções para abarcar essa questão. Primeiramente, abordaremos os termos da cooperação Brasil-EUA no contexto do final da década de 1950, em que mesmo diante de tensões mais gerais, a nacionalização da política extensionista se consolida. Depois, seguiremos para detalhar as contribuições do ETA à criação do Sistema ABCAR, num momento de transição e busca por uma centralização das atividades. Em terceiro lugar, ressaltaremos que mesmo diante de uma consolidação, problemas dos níveis regionais seriam trazidos acerca do modelo de extensão e crédito que procurava se nacionalizar na virada da década de 1950 a 1960. Por último, abrimos um pouco

o escopo para entender que as redes de conhecimento não se faziam apenas no âmbito do ETA ou das relações Brasil-EUA, havendo também um diálogo interamericano no âmbito da ABCAR, num momento em que o Brasil parece mais consolidado nas práticas extensionistas.

4.1 Nacionalização da extensão como política pública: tensões e reorientações na cooperação Brasil-EUA

A consolidação de associações tipo “ACAR” na segunda metade da década de 1950 coincide com a ascensão do governo de Juscelino Kubitschek (JK). O governo de JK foi marcado por uma guinada de um projeto desenvolvimentista no Brasil, calcado na industrialização e na captação de capital estrangeiro para financiar diferentes projetos (OLIVEIRA, 2013, p. 15).

Num âmbito mais geral, o governo JK, com seu “Plano de Metas”, geraria alterações consideráveis na relação com os EUA. JK procuraria angariar mais recursos públicos e privados dos EUA no período. No entanto, essa iniciativa com relação aos recursos públicos, não seria apoiada pelo governo estadunidense de Eisenhower, que estaria focado em prover liberdade de ação para o capital privado, iniciativa que os EUA considerariam um dos fatores que elevariam o desenvolvimento econômico brasileiro (MOURA, 1994, pp.50-51). As relações Brasil-EUA sofreriam um intenso desgaste durante a administração de JK por conta dessa discordância acerca de políticas econômicas e de projetos de desenvolvimento ao final da década de 1950, segundo Fernanda Oliveira (OLIVEIRA, 2018, pp.119-120).

Especificamente sobre a cooperação realizada no âmbito da USOM/Brasil, a passagem para o governo JK e o foco neste projeto desenvolvimentista foi motivo de preocupação na missão do Ponto IV, antes da posse do novo presidente brasileiro em 31 de janeiro de 1956. Em reunião da USOM/Brasil, em novembro de 1955, os representantes estadunidenses abordavam a dificuldade de se fechar o próximo planejamento para o ano fiscal, dado o projeto desenvolvimentista de JK. Simultaneamente, porém, colocavam que havia a abertura de oportunidades para os projetos da USOM/Brasil no mandato a se iniciar, apesar de não especificarem neste momento as expectativas com relação à cooperação.¹⁴⁸

A agricultura era entendida, dentro desse novo cenário, como ainda sendo importante na composição da missão, conforme mencionado pelo então representante brasileiro do Ponto IV, João Aragão, em reunião geral da USOM/Brasil em agosto de 1957. Apesar da

¹⁴⁸ Info Report TOICA A-724, Rio de Janeiro para ICA, 18 de novembro de 1956, TOICA A-701 to A-800, Box 4, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.2.

industrialização no Brasil, a questão agrária deveria ser cuidada dinamicamente, apontamento reiterado pelo diretor estadunidense do Ponto IV no Brasil, Howard Cottam, sucessor de William Warne na administração da USOM/Brasil.¹⁴⁹

A agricultura, principalmente no que tange a subsídio alimentar aos projetos de industrialização, não era somente um objetivo de governo, mas já reverberava na própria sociedade brasileira. Dentre as demandas de diversos grupos populares diante desses projetos, o fornecimento de alimentos para os então novos centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro era um dos principais. (IORIS, 2012)

Porém, apesar dos apontamentos dos diretores do Ponto IV em agosto de 1957 sobre a importância da agricultura, logo haveria um redirecionamento do próprio programa pelos estadunidenses nas políticas de cooperação ao final da década de 1950 que impactariam os projetos agrícolas, ou seja, alterariam as contribuições da Divisão Agrícola da USOM (ANR) nas atividades do ETA.

O governo estadunidense anunciou em reunião de dezembro de 1957 que o programa sofreria uma redução orçamentária nas discussões para o ano fiscal de 1959, o que estaria alinhado à proposta de que os próprios brasileiros dessem conta dos projetos após anos de atuação no país.¹⁵⁰ Isso geraria, junto da mudança de política de JK, uma busca de recursos para outras áreas. Segundo líder da representação brasileira do Ponto IV, João Aragão, os esforços da assistência técnica deveriam se concentrar nas áreas de meios de transporte, energia e pesquisa geológica.¹⁵¹ Assim, a agricultura, que era um setor predominante na cooperação em meados da década de 1950, dividiria o foco com outras áreas na virada para a década de 1960. Os representantes estadunidenses também apontavam que o novo governo brasileiro estaria muito mais interessado em capital para investimentos que cooperação técnica.¹⁵²

Mesmo diante desse cenário, de fato as mudanças de governo trariam oportunidades para desenvolvimento de programas entendidos como importantes para o ETA e Ponto IV. Uma das oportunidades dessa ascensão de um novo governo seria a expansão do modelo de

¹⁴⁹ Info Report TOICA A-472, Rio de Janeiro para ICA, 05 de setembro de novembro de 1957, TOICA A-401 to A-500, Box 10, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.6.

¹⁵⁰ Info Report A A-1266, Rio de Janeiro para ICA, 23 de janeiro de 1958, TOICA A-1201 to A-1300, Box 11, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.2

¹⁵¹ Idem, p.3.

¹⁵² Ibidem.

associação tipo “ACAR” para melhoria e assistência ao espaço rural brasileiro. JK tinha trabalhado com a ACAR-MG enquanto governador de Minas Gerais e acabou abordado pelos representantes da AIA, inclusive Nelson Rockefeller (SILVA, 2013, p.111).

Conseqüentemente, em 21 de junho 1956, criou-se a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, a ABCAR, buscando viabilizar um Sistema Nacional que nacionalizasse e gerisse esse tipo de instituição que vinha se expandindo nos anos anteriores.¹⁵³ A ABCAR seria uma organização não lucrativa e que na prática funcionaria como uma instituição semiautônoma do Ministério da agricultura brasileiro.¹⁵⁴ Todavia, esse projeto nacional só se consolidaria de fato em abril de 1958, quando o Serviço Social Rural (SSR), órgão administrado em grande parte pela classe patronal (a CRB possuía metade dos membros de seu conselho), garantiu à entidade recursos financeiros regulares para os cinco anos seguintes (1958-1963).¹⁵⁵

Esse sistema era preterido pelos representantes da AIA, tanto brasileiros como estadunidenses, como dos representantes das associações tipo ACAR já existentes. A participação de entidades como as associações estaduais e bancos já era algo destacado em Sonia Mendonça (MENDONÇA, 2010, p.169). No entanto, conforme destaca o historiador Claiton Silva, esse processo expôs algumas divergências entre AIA e ETA, principalmente com o então co-diretor brasileiro Alberto Motta (SILVA, op.cit., p.188). Essa queda de braço levaria à consolidação da expansão da ACAR e à exoneração de Motta, que seria substituído por Alberto Torres (Ibdem, pp.191-192).

Diante desses panoramas que rondaram a cooperação em torno da criação e execução inicial da ABCAR, a entidade de extensão nacional teria suas posições dirigentes ocupadas inicialmente pelo pessoal das entidades estaduais. João Napolitano Andrade, presidente da ACAR-MG, e principal interlocutor entre Kubistchek e a AIA, assumiu a presidência da ABCAR. Kurt Weissheiner, diretor da ASCAR-RS e do Banco Mercantil, ocupou a vice-

¹⁵³ Participaram da fundação da Associação Brasileira (ABCAR) as seguintes instituições: a AIA; as associações estaduais ACAR-MG, ANCAR e ASCAR; ETA; o Banco do Brasil; e o Banco do Nordeste. Para mais detalhes ver: BABER, op.cit., p.89.

¹⁵⁴ Idem, p.13.

¹⁵⁵ Monthly Report A-2015, Rio de Janeiro para ICA, 29 de maio de 1958, TOICA A-2001 to A-2100, Box 13, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. P.1

presidência. Irineu Cabral, diretor da ANCAR enquanto associação regional, assumiu o cargo de diretor executivo.¹⁵⁶

A ABCAR e os demais projetos tipo “ACAR” são vistos por autores, tal qual o historiador Gerson Moura, como a consolidação de programas “alimentares” iniciados pelos EUA através de Rockefeller na neutralização de tensões sociais, reflexo dos interesses estadunidenses mais do que interesses brasileiros (MOURA, 1985 APUD, COBBS, op.cit, p.135-136). Essa visão já foi muito matizada na literatura que viria a seguir, em que a produção de uma lógica de desenvolvimento se daria nessas relações bilaterais com a apropriação dessas instituições e políticas pelas elites brasileiras. (OLIVEIRA, 2013, p.19).

Dentro desse cenário, abordaremos como a noção de desenvolvimento e assistência agrícola da ABCAR se apropria de conceitos introduzidos pela associação mineira financiada pela AIA e difundidos pelo ETA. Isso não passou apenas pela circulação de técnicos brasileiros e estadunidenses, mas pela incorporação desses trabalhos em manuais e instituições agrícolas brasileiras que o ETA vinha trabalhando desde a segunda metade da década de 1950.

4.2 Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e o ETA: estabelecimento de centros de treinamento e produção do técnico como elo da assistência rural através da extensão

O foco da ABCAR residia na nacionalização e estruturação do programa, em cooperação com as outras instituições (escritórios, autarquias, órgãos filantrópicos). As diretrizes do departamento técnico da associação deixam claras as áreas priorizadas pelo projeto. Essa seção era composta por 8 divisões de atuações técnicas que norteariam os trabalhos: divisão de treinamento; divisão de informação; divisão de análise e estatística; divisão dos clubes 4-S; economia doméstica; planejamento; divisão de construção rural; e a divisão de planejamento agrícola.¹⁵⁷

Com a criação da instituição nacional e a destinação de recursos em 1958, paulatinamente o ETA passa seu status de centralizador das ações à associação brasileira, algo que o próprio Escritório esperava que acontecesse para o desenvolvimento de um programa de

¹⁵⁶ Para os cargos da diretoria da ABCAR ver os anexos em OLIVEIRA, 2013, p.152. Napoleão ficaria neste cargo de presidência entre 1956 e 1972. Interessante pontuar que Weissheiner acumula cargos relacionados nas três esferas. Apesar disso, por motivos não encontrados, ao menos na ABCAR, Weissheiner não durará muito no cargo da vice-presidência da instituição, já se deligando da associação brasileira no ano de 1957. Cabral assumiria, inclusive, a co-direção do ETA, em que infelizmente não se obteve informações sobre sua direção.

¹⁵⁷ BARBER, op.cit., p.92.

extensão rural no Brasil.¹⁵⁸ A partir de 6 de fevereiro de 1961, tanto o ETA, como a missão de cooperação estadunidense, deixaram de fornecer recursos diretamente para as associações estaduais, passando as contribuições para a ABCAR, a qual teria autonomia para distribuir o montante com as demais instituições afiliadas.¹⁵⁹ Ao longo da década de 1960, o ETA ainda contribuiria com a ABCAR, mas sob a alçada da “Aliança para o Progresso”, novo programa de ajuda externa estadunidense, capitaneado pela USAID. (OLIVEIRA, 2013, pp.156-157)

Todavia, materiais e convenções de formação da ABCAR acerca da assistência rural e formação de técnicos ainda possuíam a presença de pessoal do ETA, intercambiando formações e financiando projetos na passagem para década de 1960.¹⁶⁰ Exemplo disso foi a realização de uma reunião nacional em 1959 sobre crédito supervisionado, que reuniu pessoal ligado tanto a ANCAR, e funcionários ligados ao Banco do Brasil, tal qual Plínio Molleta, assessor de crédito agrícola e industrial do Banco.¹⁶¹ O foco esteve centrado nas discussões sobre a importância da unidade rural ser transformada, no “bem-estar rural”.

Estabelecida, a ABCAR começou a tomar frente dos projetos e da estruturação dessa rede de assistência rural que vinha se consolidando. Por exemplo, o “Sistema ABCAR de centros de treinamento” se apropriou de instituições que vinham trabalhando com o ETA no fornecimento de cursos de extensionismo, conservação do solo e economia doméstica.

No Nordeste, dada a dificuldade de deslocamento do pessoal para a formação, a necessidade de um centro regional de treinamento foi posta, inclusive pelo diretor do Instituto de agronomia do Nordeste, Renato Ramos de Farias, figura envolvida nos treinamentos em instituições agrícolas no continente americano promovidos pelo ETA em.¹⁶² Assim, acordou-se a criação de um centro de treinamento agrícola no Nordeste (CENTREINO), junto do ETA e do Instituto Agrônomo do Nordeste, dando prosseguimento ao que vinha sendo desenvolvido desde meados de 1957 pelo Escritório.¹⁶³ Já no Sul do Brasil seria estabelecido um centro de treinamento em Pelotas-RS pela ABCAR, junto ao Instituto Agrônomo do Sul

¹⁵⁸ BARBER, op.cit., p.94.

¹⁵⁹ Ibidem, p.23.

¹⁶⁰ Para exemplos desse tipo de material ver: BRASIL. MINISTÉRIO DE AGRICULTURA. Problemas de Habitação Rural. Rio de Janeiro, SIA. 1960. Biblioteca Central – ESALQ USP.

¹⁶¹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Crédito rural supervisionado no Brasil: reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiadas. Rio de Janeiro, 1960. (Estudos Brasileiros, 12). P.33. Biblioteca EMBRAPA-TRIGO.

¹⁶² BARBER, op.cit., p.104.

¹⁶³ Monthly Report A-2104, Rio de Janeiro para ICA, 13 de junho de 1958, TOICA A-2101 to A-2200, Box 13, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA. Pp.2-3.

(IAS), que daria prosseguimento a projetos amparados pelo ETA desde 1955, estes focados anteriormente em extensão e conservação do solo na região.¹⁶⁴

Em Minas Gerais, seria expandida uma parceria com a Escola Agrícola de Viçosa, acordando o estabelecimento e incremento de cursos de extensão e economia doméstica. Em agosto de 1958, por exemplo, segundo o jornal “Estado de São Paulo”, cursos de extensão em habitação rural com duração de três meses seriam realizados na Escola de Viçosa ligada à UREMG para profissionais indicados por instituições agrícolas brasileiras.¹⁶⁵

A janela que utilizamos para ponderar, de forma qualitativa, o intercâmbio do que vinha sendo trabalhado são manuais produzidos por instituições como a ABCAR. Esse material era produzidos através de reuniões e conferências da associação brasileira, que almejava abordar os desafios e procedimentos a serem feitos pelos extensionistas, publicadas no início da década de 1960. Por exemplo, têm-se conferências acerca de discussões sobre crédito rural supervisionado a partir da experiência de pessoas ligadas às associações ou mesmo a bancos serviram para a produção de matérias de auxílio às instituições afiliadas.¹⁶⁶

Na passagem da década de 1950 para 1960, com a consolidação da ABCAR como órgão responsável por desenvolver as atividades extensionistas de assistência rural e estruturação de centros de treinamento nesse sentido, temos não só a consolidação da instituição com um tipo de política para a transformação rural. Os técnicos são pensados como elos importantes nessa transformação do produtor rural.

A formação de técnicos proposta pela ABCAR, e amparada pelo ETA, não era restrita ao caráter de conhecimentos a serem transmitidos e mediados com o produtor rural. Esperava-se que o técnico dessas instituições fosse capaz de projetar um impulso criador nos produtores rurais.¹⁶⁷ Essas associações – articulando extensão, crédito, clubes rurais jovens e centros de treinamento – buscavam também a formação de líderes rurais, que mediassem e aplicassem os

¹⁶⁴ Para o acordo com o IAS, ver: Terminal Report A-563, op.cit.

¹⁶⁵ CURSO de habitação rural. **O ESTADO DE S. PAULO**. 07 DE AGOSTO DE 1958. Geral, p.6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19580807-25541-nac-0006-999-6-not/busca/ABCAR> . Acesso em 18/02/2022.

¹⁶⁶ Para um exemplo de conferência ver: BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Crédito rural supervisionado no Brasil: reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiadas. Rio de Janeiro, 1960. (Estudos Brasileiros, 12).

¹⁶⁷ BARBER, op.cit., p.40.

princípios de desenvolvimento esperados, ecoando também nos discursos do pessoal, como o próprio extensionista estadunidense do ETA, Fred Barber.¹⁶⁸

Assim, é fundamental reforçar como essa cooperação não vê o técnico como um “instrumento” já dado, capaz de alterar práticas do produtor rural: este também precisa ser produzido, que envolve mais institutos construídos a formar pessoal no que interessa, bem como alterar os currículos e criar cursos nesse sentido. O CETI em Ipanema, a UREMG em Viçosa, o IANE no Nordeste e o IAS no Sul se envolveram de maneira significativa com o ETA, e podem ser lidos como pontos que esse tipo de formação se capilarizou e a base que a ABCAR atuaria como colocado anteriormente.

Um balanço qualitativo de observação de como esse projeto com os técnicos era realizado pode ser visto em manuais produzidos pela própria ABCAR no início da década de 1960. Por exemplo, em “Técnicos para o desenvolvimento da agricultura”, organizado por José Pinto e publicado em 1961, tem-se a apresentação de uma janela para o que estava em discussão no âmbito da ABCAR na entrada da década de 1960.

Evidente que a obra tem como o foco o técnico, mas observando atentamente vemos o arraigar dos conceitos de extensão e a responsabilidade do técnico no processo. Nesta obra da ABCAR, o trabalho de assistência na entrada da década de 1960 é marcado por um reforço na concepção de que a ação técnica e social no campo é um fator importante para se combater a necessidade de uma integração das esferas rurais e urbanas da sociedade brasileira.

Nesse sentido, os métodos de desenvolvimento agrícola deveriam se aproximar do processo de crescimento que indústria brasileira passava nessa virada da década de 1960.¹⁶⁹ O Brasil agrícola seria apresentado como um “país arcaico, imobilizado no tempo e acomodado nos seus espaços geográficos com a situação geral de pobreza e ignorância, com as rotinas herdadas do isolamento colonial”.¹⁷⁰ Assim, neste manual sobre os técnicos da ABCAR, haveria ainda a questão do aumento qualitativo e quantitativo do ensino e das instituições agrícolas experimentais para “as necessidades do desenvolvimento econômico”,¹⁷¹ dentre as

¹⁶⁸ Idem, p.136.

¹⁶⁹ Em termos gerais, segundo Felipe Loureiro, “entre 1946 e 1961, a agropecuária brasileira expandiu-se em ritmo bem mais lento do que a indústria (4,3% contra 9,3% ao ano, respectivamente)” (LOUREIRO, op.cit., p.32).

¹⁷⁰ PINTO [et.all], op.cit., p.5.

¹⁷¹ Idem, p.11.

quais está promover o aumento da produção agropecuária para dar conta da expansão demográfica vista nesta virada para a década de 1960.¹⁷²

Levar o conhecimento ao agricultor exige levar em consideração a “Importância do lado humano para a agricultura, para além de uma abordagem técnico-econômica”.¹⁷³ O surgimento de cursos baseados no serviço social, e consequente ligação com o Serviço Social Rural na década de 1950, ecoaria a expansão gradual de uma “mentalidade voltada para os problemas sociais decorrentes do desenvolvimento nacional”.¹⁷⁴

Em outra obra, “Redação para extensão”, de 1963, tem-se a figura do técnico extensionista que deve ser capaz de “efetuar mudanças nos agricultores através do sentir, pensar e atuar”.¹⁷⁵ Essa transformação da mentalidade, vista também em temas como a economia doméstica no capítulo 3, indicam que a transformação perpetrada pela cooperação e por essas instituições brasileiras são uma preparação muito mais ampla dos ideais modernizantes que visam posicionar o produtor rural numa lógica de mercado e até mesmo do cotidiano.

Isso nos é importante de ser ressaltado, pois demonstra, não que a cooperação e o sistema de extensão não seriam configurados como um projeto do capital estadunidense e elites agrárias brasileiras, mas como esses projetos têm um escopo amplo de transformação, que depende de uma penetração local e um discurso multifacetado para “se vender” um projeto de assistência agrícola. Dessa maneira, operar na dimensão social, trazendo o técnico para concepções de serviço social e sociologia rural, é fundamental para se incubar o projeto de desenvolvimento e fazenda moderna que os atores que orbitam essa cooperação bilateral estavam.

Esses movimentos de estruturação de centros de treinamento e formação em economia doméstica e extensão ainda eram centrados em alimentar o próprio sistema da ABCAR e filiações na passagem da década de 1950 para 1960, não sendo voltados para um escopo amplo de atuação. Segundo estudos de José Pinto sobre o mercado de trabalho, a maioria dos

¹⁷² *Ibidem*, p.6.

¹⁷³ *Ibidem*, p.18.

¹⁷⁴ PINTO [et.all], *op.cit.*, p.102.

¹⁷⁵ ABCAR. *Redação em extensão*. 2º edição. 1963 p.9.

agrônomos e economia doméstica era absorvida pela própria estrutura administrativa da Associação brasileira, pensando-se no mercado de trabalho agrícola.¹⁷⁶

Apesar disso, essa estruturação do ETA, e posteriormente da ABCAR, de centros de treinamento teriam uma eficácia limitada. Grande parte dessas formações eram de curta e média duração, e por mais que pudessem estabelecer um intercâmbio com as universidades brasileiras (como no caso com a universidade rural de Viçosa), o programa vinha sofrendo com o gargalo de profissionais aptos e cursos superiores que ao menos incluíssem aspectos da extensão na formação de agrônomos, por exemplo.¹⁷⁷

Cabe ressaltar que esses gargalos na assistência técnica rural perdurariam pela década de 1960. Alberto Motta, já como ex-diretor do ETA, em 1968 comentou sobre como pontos de estrangulamento em projetos da irrigação se davam pela falta de pessoal especializado.¹⁷⁸ Dessa maneira, não devemos ler a atuação do ETA como capaz de sanar esses gargalos, mas mais como apontamentos em algumas instituições chaves para a assistência agrícola no período.

Retomando a questão dos técnicos, devemos salientar também que o trabalho com os produtores rurais atendidos pelas instituições de assistência agrícola não era uma tarefa que deveria recair apenas sobre o técnico responsável. Uma ampla coordenação de atores necessitaria ser mobilizada para que determinada técnica pudesse chegar à unidade rural, como vinha sendo posto pelo ETA desde 1954. As técnicas poderiam ser executadas por um agricultor ou líderes rurais sob supervisão de um extensionista, e quando necessário, de um especialista de determinadas áreas. Também era uma das estratégias de persuasão a utilização de fazendas modelo privadas, para além das propriedades ligadas às instituições e universidades.

Dentre os métodos apontados pelo ETA, o método de demonstração das técnicas pelos agentes e técnicos para os produtores atrelados às associações foi o foco adotado no final da década de 1950 e início da década de 1960 pela ABCAR. A demonstração consistia em apresentar técnicas ao “agricultor e às donas de casa” de maneira a não só ensiná-los, mas também convencê-los da pertinência de adoção de novas práticas agrícolas, que os manuais denominam como “prova local”. Essa técnica seria importante para que o próprio produtor

¹⁷⁶ PINTO [et.all], op.cit., p.61

¹⁷⁷ BARBER, op.cit., p.136.

¹⁷⁸ MOTTA, Alberto Oliveira. Ofício ao diretor do ENGE. 08 de abril de 1968. Arquivo Nacional de Brasília. P.2.

pudesse levar a técnica adiante. Por exemplo, no caso da adubação, o técnico deveria agir conforme o trecho a seguir:

Se o adubo químico ainda não é conhecido, a comparação entre duas parcelas deve provar a superioridade técnica e a vantagem econômica da adubação. O resultado é expresso em maior peso ou volume de produção, traduzindo em cruzeiros. [...] Os resultados da colheita são avaliados em quilos ou litros e cálculo de venda ao preço do mercado. (ABCAR, 1961, p.11).

Também há nesses materiais o destaque de um primeiro gênero agrícola, o milho, o qual seria o foco posterior da ABCAR em meados da década de 1960, segundo Pedro Oliveira (OLIVEIRA, op.cit., p.99). Dessa forma, toda essa base disseminada pelo ETA em trabalhos anteriores ganharia corpo com a ABCAR, em que gêneros específicos tidos como importantes para a unidade rural possam ser trabalhados na entrada da década de 1960.

Assim, essas propostas de desenvolvimento não procuravam apenas produzir um discurso sobre os produtores rurais e a produtividade rural na questão da tecnicidade. Também havia um objetivo de inserir nos próprios técnicos agrícolas essa noção de mobilizar para se modernizar e dar suporte a expansão urbana que o Brasil vinha sofrendo ao longo da década de 1950.

4.3 As dificuldades do estabelecimento do crédito supervisionado e a consolidação da extensão como política assistencialista

Se a nacionalização de um sistema de extensão e a expansão das associações indica a consolidação dessa política de assistência, a ABCAR também teria que lidar com as dificuldades do estabelecimento do modelo de crédito supervisionado que acompanhava a definição desse modelo de instituição.

A questão do crédito deve ser tomada com cuidado, no sentido de disponibilidade de crédito a gêneros fundamentais à alimentação. A demanda por crédito era uma pauta também cara a grupos agrícolas agroexportadores brasileiros. Apesar de analisarmos o foco na assistência rural, outros gêneros e interesses orbitavam instituições como o Banco do Brasil pela disputa de crédito. Segundo o autor Paulo Beskow, o crédito de custeio dos gêneros agrícolas no Brasil pelo Banco do Brasil aumentou cerca de “31% em termos reais entre 1954/56 e 1958/59”, mas grande parte desse crédito estava atrelado a “lavouras de café (40%), arroz basicamente irrigado (18%), cana-de-açúcar (13%); e trigo (13%), com uma participação muito reduzida do milho, feijão e outros importantes alimentos domésticos”; para a pecuária, destinou-se 20% do crédito subsidiário (BESKOW, 1999, pp.64-65).

Assim, a tensão entre a promoção das principais commodities persistiu durante o final da década de 1950, apesar do aumento da produtividade voltada a gêneros predominante alimentícios ser um dos focos de atuação inclusive do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek.

Segundo o extensionista Fred Barber, já no meio da década de 1960, apesar de haver crédito no nome das instituições, essa prática era de fato articulada por poucas associações de crédito e assistência rural (tipo ACAR) no Brasil.¹⁷⁹ Operariam crédito de fato apenas a ACAR-MG, no modelo supervisionado e orientado de crédito, e as associações na região Sul com o modelo orientado.

Percebe-se, através de relatórios pessoais dos técnicos estadunidenses do ETA, que havia tensões em se propor um projeto focado no crédito supervisionado e na mudança das práticas dos produtores rurais. Jonh Stilles, técnico da ANR especialista em consulta regional de extensão, já no ano de 1955 destacava que no caso da associação nordestina havia a resistência em se abordar certos aspectos da extensão rural, tendo em vista que os objetivos e execução da ANCAR vinham priorizando demasiadamente o crédito rural supervisionado ao produtor associado.¹⁸⁰

No entanto, a ponte entre técnicos e o contato com os produtores rurais encontraria diversas dificuldades. Num momento um pouco posterior, já no início da década de 1960 a historiadora Maria do Socorro de Abreu e Lima, aponta que entidades ligadas à Igreja Católica procurariam estimular que os trabalhadores rurais a participarem de cursos de liderança rural e problemas comunitários promovidas pela ANCAR, visando a formação de cooperativas e sindicatos rurais no Nordeste (LIMA, 2012, p.51). Esses cursos seriam parte de um esforço amplo de se promover um desenvolvimento moderado do campo brasileiro, frente a crescente de organizações de esquerda que se organizavam no meio rural (Ibdem).

Se pontuamos ao final do terceiro capítulo que as fontes estadunidenses sobre o ETA não demonstram nenhuma preocupação específica com a formação de Ligas Camponesas no Nordeste em meados da década de 1950, essas associações e estruturas de assistência técnica ressoaram nos atores brasileiros como possibilidade de mudança do campo menos radicalizada, como no caso descrito por Lima.

¹⁷⁹ BARBER, op.cit., p.139

¹⁸⁰ Idem.

Vale destacar, no entanto, tinham adesão limitada dos atores rurais, dificultando a formação de organizações rurais por essas entidades assistencialistas como a ANCAR (Ibdem). Diante da ausência de fontes, esses indicativos são importantes para pontuar os desafios de inserção dessa modalidade de assistência no campo no sentido de recepção das próprias classes agrícolas, atores que praticamente não aparecem no corpus de fontes analisados. As redes de conhecimento eram apropriadas por atores brasileiros em contextos locais, em que essa estrutura extensionista de associações tipo “ACAR” se filiam a uma transformação mais reformista, ou moderada, do campo.

Questões de adesão, ligadas a tensão entre crédito e extensão principalmente, também vinha ocorrendo em outras associações. A própria ACAR-MG viveu esse dilema no início dos seus trabalhos, concebendo a instituição “como um instrumento para oferecer crédito supervisionado aos pequenos fazendeiros de baixa renda”, mas “logo verificou que essa estratégia se mostrava muito dispendiosa por cliente atendido” (NICHOLLS, 1975, p.55 APUD, BESKOW, 1999, p.65). Assim, 1956 marca o momento em que a ACAR promoveu mais intensamente a extensão, calcando a assistência na orientação técnica e condicionando o crédito à aplicação das novas práticas assessoradas pela associação (Ibdem).

A passagem da década de 1950 a 1960 marca um momento de arrefecimento nessa modalidade de empréstimo nas outras instituições estaduais. O surgimento desse tipo de modalidade de crédito em 1955 rapidamente nos anos seguintes sofre com uma diminuição no montante total disponibilizado, bem como do número total de empréstimos. No Rio Grande do Sul, o número de empréstimos saiu de 24 em 1957 para 4 novos em 1960;¹⁸¹ na associação de Pernambuco, então ANCAR Central, os empréstimos passam de 255 em 1955 para 98 em 1961.¹⁸² Na associação mineira o número de empréstimos supervisionados saltou de 355 no ano fiscal de 1953/54 para 1204 em 1960/61, mas apresenta leve queda e estabilidade pós 1956, conforme Nicholls apontou.¹⁸³

Por outro lado, a abertura de escritórios denominados regionais e locais pelas associações para fornecer assistência aos produtores não registraram uma queda expressiva, apesar da dificuldade da manutenção e incorporação de pessoal qualificado em formações de nível técnico e superior de matérias agrícolas. Voltando às associações apontadas

¹⁸¹ Ibdem, p.87.

¹⁸² Barber, op.cit, p.43. A ANCAR passou a descentralizar-se pós 1956, sendo este nosso recorte para a instituição, quando ela se torna mais estadual que regional.

¹⁸³ Idem, p.15.

anteriormente, a ASCAR-RS iniciou com 11 escritórios locais em 1956, passando 27 em 1961.¹⁸⁴ Já a ANCAR-PE passou de 6 escritórios em 1956 para 22 em 1961.¹⁸⁵ Essa reorientação à extensão, procurando trabalhar e melhorar a unidade rural, pode ser um aspecto que leva à expansão de escritórios, apesar da limitação de pessoal capacitado que o ETA e o Sistema ABCAR buscavam incrementar ao final da década de 1950.

Com relação à destinação de recursos às associações através do Ponto IV entre 1949 e 1961, o ETA não atuou com a transferência direta de maquinários agrícolas propriamente, como se esperava no início do acordo. Equipamentos para trabalhos de audiovisual (como projetores) e principalmente veículos foram importados. Nesse período de 12 anos importou-se 952.923 mil dólares em equipamentos, sendo 232 veículos (jipes) para as associações. Especificamente, foram distribuídos em 10 jipes destinados para o centro de treinamentos, 219 às associações estaduais, que comporiam posteriormente o Sistema Nacional de Extensão, e apenas 3 veículos cedidos diretamente à ABCAR.¹⁸⁶

Ao adentrar na década de 1960, apesar do prosseguimento dos projetos, dificuldades para a manutenção da estrutura e do financiamento eram apontadas por ambas as partes do Escritório. Enquanto o lado brasileiro ansiava por mais recursos por parte dos EUA (MENDONÇA, op.cit., p.186), o lado estadunidense apontava para a necessidade de que entidades públicas e privadas brasileiras fornecessem recursos aos projetos, que tinham uma irregularidade destes. Além disso, ambas as partes reconheciam a falta de pessoal qualificado e rápida desistência do pessoal; inflação contínua, aumento de salários e custos de equipamentos, que atrapalhavam a preparação de orçamentos e obtenção de recursos.¹⁸⁷

Portanto, a sedimentação da ABCAR focou na transformação da unidade e na família rural, principalmente do pequeno produtor rural. A persuasão do produtor, fazendo-o aceitar as recomendações, foi um desafio identificado desde a atuação do ETA na questão de extensão e outras matérias, todavia não foi a única. A tensão em angariar recursos a esse tipo de projeto, vinculando crédito à transformação da qualidade de vida, atravessou a cooperação e a alteração da vida rural pretendida pelo programa agrícola que teve início em 1953.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p.86.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p.43.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p.129.

¹⁸⁷ BARBER, op.cit., p.165.

4.4 ABCAR e redes de conhecimento para além da cooperação Brasil-EUA

Apesar das dificuldades abordadas na última seção sobre a consolidação do modelo de crédito supervisionado, o surgimento da ABCAR gerou nos seus representantes o interesse de se colocar no continente latino-americano como expoentes capazes de difundir conceitos e modos de trabalho extensionista, dentro de acordos instituições internacionais.

A ABCAR passou a negociar a captação de recursos e técnicos para além do Ponto IV, buscando auxílio de programas ligados à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization*, FAO) e à Organização dos Estados Americanos (OEA). Como já afirmado, desde 1957 os representantes estadunidenses anunciavam uma reorientação dos recursos da cooperação, em que o Brasil escolheu dar prioridades que não agricultura, padrão que vinha se desenhando entre 1954 e 1957.

Num contexto mais alargado, aliás, vale pontuar como a diminuição da contribuição dos EUA através do Ponto IV, já renunciada em 1957 pelos representantes estadunidenses, daria lugar a um reestabelecimento da cooperação diante do próprio panorama agrícola estadunidense. Em mensagem do início de 1961, reproduzida pela Embaixada dos EUA no Brasil através do Ministério das Relações exteriores brasileiro, o então presidente estadunidense, o democrata John Kennedy, ao abordar a situação da agricultura nos EUA, afirmaria que:

“Partindo das premissas de que a posição relativa da renda do setor rural no setor rural no total da produção americana atingiu seus níveis mais baixos desde a década dos trinta, e de que a dieta de vários segmentos das populações dos países subdesenvolvidos é visivelmente inadequada, a mensagem propõe medidas corretivas que podem ser classificadas em duas categorias: controle de produção e elevação da renda agrícola, por um lado, e incremento do consumo, por outro lado”.

188

Nesta mesma mensagem, a indicação para o reflexo desse contexto para a política externa estadunidense, pelo qual o Brasil se interessava, estava a recomendação de se “implementar o programa Alimentos para a paz (*Food for Peace*) um acréscimo de 2 bilhões de dólares ao título I da PL-480 e extenso da PL-480 por período de 5 anos”.¹⁸⁹

Esse breve parêntesis se faz para demonstrar que não apenas as relações complicadas no Brasil e EUA, mas também mudanças na perspectiva da agricultura estadunidense eram fatores que mudavam a natureza da cooperação, que neste momento já não encontrava no

¹⁸⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. “Mensagem do Presidente Kennedy. Situação da Agricultura Americana. 3 de abril de 1961. Arquivo do Itamaraty.

¹⁸⁹ Idem.

Ponto IV seu ápice, ao menos no Brasil, levando em consideração outras instituições para angariar pessoal e eventualmente recursos.

Sobre essa cooperação com a FAO, cabe pontuar, no entanto, que a presença de representantes de organismos como o da FAO já ocorria em instituições como a ANCAR desde meados da década de 1950. O ETA, entretanto, continuava a ser visto como opção importante, além de mediar o contato com essas instituições.¹⁹⁰

Também é importante ressaltar que os componentes do ETA não estavam apartados das discussões sobre alimentação e desenvolvimento dessas instituições internacionais. O então co-diretor do ETA, Alberto Motta, teve uma viagem financiada pelo Escritório para participar da “Terceira Reunião Regional de Organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura” em setembro de 1954.¹⁹¹

O que podemos chamar de um esforço por uma circulação e integração de práticas interamericanas, por parte do ETA, foi tímido no que tange aos projetos do Escritório. O maior destaque foram projetos que procuravam articular a extensão rural com o desenvolvimento do cultivo do cacau na Bahia em 1957, que procuraria enviar e receber técnicos especialistas em cacau ligados ao Instituto Interamericano de Ciências agrícolas de Turrialba, Costa Rica (*Inter-American Institute of Agricultural Sciences*).¹⁹²

Já em relação à ABCAR, em solicitações e ofícios a essas organizações mediados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o principal pedido da associação brasileira era referente à disponibilização de técnicos capazes de ajudar na consolidação dos programas preteridos pela instituição. Em 1959, um especialista em crédito agrícola foi solicitado à FAO, bem como uma nutricionista para um levantamento alimentar pela associação brasileira para o

¹⁹⁰ BARBER, op.cit., p.35.

¹⁹¹ BRASIL. Ministério de Agricultura ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 03 de setembro de 1955. Ministério da Agricultura. Avisos recebidos (1953-1955). MHDI.

¹⁹² Monthly Report 1174, Rio de Janeiro para ICA, 07 de janeiro março de 1958, TOICA A-1101 to A-1200, Box 11, MBOD 1953-1958, RG 469, NARA.

ano seguinte de 1960.¹⁹³ Pelo lado da OEA, 3 técnicos foram negociados para virem ao Brasil ao logo do ano de 1959.¹⁹⁴

Apesar do número não ser expressivo no que se refere à quantidade de técnicos solicitados, é importante notar o esforço da ABCAR no final da década de 1950 em estabelecer mais contatos com organismos internacionais, expandindo os horizontes sedimentados na cooperação técnica com o ETA e o programa estadunidense da ANR anteriormente. Porém, o mais importante dessas trocas com a FAO e OEA pela ABCAR foi o fato de a instituição brasileira se posicionar como capaz de ser um modelo de associação baseada em métodos extensionistas para a América Latina. Segundo Fred Barber, a virada da década de 1950 para 1960 marcaria um momento em que a extensão como política de assistência agrícola se espalharia pelo continente latino-americano como um todo.¹⁹⁵

Interessante apontar que, enquanto contexto, o final da década de 1950 é marcado por embates e proposições mais amplas quanto ao papel do desenvolvimento interamericano. O governo JK, por exemplo, lançou em maio de 1958 a iniciativa chamada “Operação Pan-Americana”, que segundo Gerson Moura, buscaria três objetivos no âmbito das relações internacionais: captar recursos em larga escala para o desenvolvimento econômico, colocar o Brasil em posição de liderança entre países latinoamericanos, e assegurar uma boa relação com os EUA, os quais deveriam ser fontes de recurso desse projeto ambicioso (MOURA, op.cit., p.51). Não há nenhum indicativo de relação direta entre ABCAR e essa “Operação Pan-Americana”, mas cabe pontuar na constituição correlações, nos seus termos e proporções, nas iniciativas que encontramos da ABCAR para conseguir outros parceiros e técnicos para os seus projetos.

Voltando a essa rede de conhecimento interamericana, cabe pontuar que o Brasil já fazia parte de um esforço de troca de conhecimento agrícola com outros países latino-americanos, através da cessão de bolsa de estudos no país e visitação nos principais institutos

¹⁹³ BRASIL. Secretaria de Relações Exteriores do Brasil à Associação de crédito e assistência rural brasileira (ABCAR). 25 de maio de 1959. Associações Rurais, ofícios expedidos (1931-1959). MHDI. No mesmo relatório solicita-se um especialista em cooperativismo, em que se sugere a solicitação ao Ponto IV. Assim, apesar de procurar cooperação internacional em outras instituições, o Ponto IV ainda é relevante na passagem da década de 1950 para a cooperação perpetrada pela ABCAR.

¹⁹⁴ BRASIL. Secretaria de Relações Exteriores do Brasil à Associação de crédito e assistência rural brasileira (ABCAR). 17 de julho de 1959. Associações Rurais, ofícios expedidos (1931-1959). MHDI.

¹⁹⁵ BARBER, op.cit., p.35.

do período no início da década de 1950.¹⁹⁶ Apesar disso, neste momento, procurava-se realizar um esforço coordenado de transmissões e trocas de experiências de auxílio rural. A ABCAR participava ativamente dessas iniciativas, dentro das suas áreas de atuação de assistência rural. Em 1958 a ABCAR, junto do Serviço Social Rural (SSR), financiou um intercâmbio de experiência de conhecimentos técnicos do Brasil com profissionais do Equador e Peru.¹⁹⁷ Este projeto fazia parte de uma iniciativa mais ampla da ONU, de se realizar uma administração regional de assistência técnica na América Latina. Mesmo não havendo o currículo desse intercâmbio capitaneado pela associação brasileira, o foco do projeto estava no campo de desenvolvimento das comunidades latino-americanas.¹⁹⁸

Neste mesmo ano, entre 19 e 23 de agosto, a ABCAR - junto do ETA, OEA, UREMG, ACAR e do “Centro interamericano de vivienda y planeamiento” (CINVA), de Bogotá – realizaram uma série de palestras na sede da SNA no Rio de Janeiro intitulada “O problema da habitação rural de interesse na América Latina”.¹⁹⁹ As palestras, partindo do levantamento de diferentes estudos de caso sobre o problema da habitação no campo, articulavam também aspectos da extensão rural e crédito para dialogar com a temática, inserindo esse tema e metodologias no espaço brasileiro e interamericano que a ABCAR, auxiliada pelas outras instituições, buscava ocupar como instituição recém-criada.

Em outro exemplo desse esforço de sistematização de práticas técnicas latino-americano, no qual a ABCAR se inseriu, a FAO, em 1958, tinha o interesse de estabelecer na região um centro sul-americano de extensão rural. O Brasil, através da ABCAR, se candidatou a capitanear o programa. A Associação Brasileira, em ofício enviado à secretária de Estado do Itamaraty, justificava a instalação de um centro desse tipo no país por conta da experiência prévia brasileira, entendendo-se como “um pioneiro na extensão rural na América Latina”.²⁰⁰

¹⁹⁶ BRASIL. Ministério de Agricultura ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 25 de março de 1955. Ministério da Agricultura. Avisos recebidos (1953-1955). MHDI.

¹⁹⁷ BRASIL. Secretaria de Relações Exteriores do Brasil à Associação de crédito e assistência rural brasileira (ABCAR). 04 de novembro de 1958. Associações Rurais, ofícios expedidos (1931-1959). MHDI. P.1

¹⁹⁸ *Ibidem*, p.2

¹⁹⁹ BRASIL. “Problemas de habitação rural”. Ministério da Agricultura/Serviço da Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1958. Biblioteca Central, ESALQ-USP.

²⁰⁰ BRASIL. Associação de crédito e assistência rural brasileira (ABCAR) ao Ministério de Relações Exteriores. 04 de novembro de 1958. Associações Rurais, ofícios expedidos (1931-1959). MHDI. P.1

Inclusive, chegou-se a ventilar a possibilidade, em outubro de 1958, de que a fazenda Ipanema se tornasse este centro interamericano para estudos agrícolas.²⁰¹ Por fim, em 1960, o Brasil acordou a estruturação deste centro interamericano. No entanto, a unidade seria sediada na UREMG de Viçosa, que também vinha tendo contato com a extensão rural e programas deste tipo desde 1952 com a ACAR-MG, passando por projetos do ETA e se tornando parte dos centros de treinamento Sistema ABCAR.

Acordos mais gerais sobre a participação em centros interamericanos de atividades agrícolas, porém, foram tomados de forma mais reticente por setores do governo brasileiro, como o Itamaraty. Ao longo do ano de 1959, o MRE possuía discordâncias em participar de um acordo que envolveria maior envio de recursos por parte do Brasil ao Instituto Interamericano de Turrialba. O principal ponto versava sobre o entendimento de que o programa teria uma obra científica modesta, sendo difícil que uma iniciativa como esta de fato se tornasse regional.²⁰²

Logo, dada a sua maior autonomia, o projeto da ABCAR, lançado na década de 1940 pela AIA e com parte da sua estrutura costurada pelo ETA, buscava outros meios de cooperação, ainda que principalmente através de técnicos e participação em conferências agrícolas num cenário interamericano. Essa posição é interessante, no sentido que a ABCAR procurar se firmar como instituição dotada de experiência e familiaridade com extensão e crédito, justamente para angariar mais apoio de organismos internacionais para fornecimento de pessoal e mesmo se estruturar um centro interamericano de extensão em Minas Gerais.

4.5 Conclusões do capítulo

A análise da ABCAR neste capítulo permite-nos entender como a consolidação de um novo tipo de modelo de associação política de assistência para o campo passa por diversos atores, em que a rede constituída e incrementada pelo ETA foi um importante fator para se sedimentar as bases iniciais de trabalho.

Após 1958, a associação brasileira ganhou primazia na organização de conferências nacionais e na produção de manuais, buscando pautar o debate sobre extensão e crédito que

²⁰¹ FAZENDA Ipanema: a relíquia que se transformou em grande escola. Op.cit. P.7

²⁰² BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ministério da Agricultura – Avisos expedidos – 1959-60. “Projeto de protocolo de emenda à convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências agrícolas. Adesão do Brasil”. Junho de 1959. Arquivo do Itamaraty. O aviso acabou não sendo expedido de fato, mas por constar nos arquivos entendemos como a adesão a essa cooperação agrícola era um tema longe de ser unanimidade em setores como o Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

vinha desde meados da década de 1950. Tanto nos jornais, como na pesquisa de manuais e conferências, a associação brasileira tem o destaque na temática de extensão e crédito supervisionado. O financiamento das afiliadas também passa a ser uma responsabilidade dessa nova organização, dado que a distribuição da contribuição do ETA se faria através da ABCAR e não mais de forma direta como era realizado no início da cooperação. Evidentemente, na questão de formação de pessoal qualificado, por indicativos ao final da década de 1960 por Alberto Motta, os gargalos continuam e atrapalham projetos de cooperação técnica posteriores.

Os manuais e conferências, são importantes janelas que nos demonstram como as concepções e métodos atravessaram essa cooperação. A transformação do rural e sua unidade rural, tanto nas suas técnicas quanto na sua mentalidade, ecoam a questão de retirar o agricultor do seu estado de “individualismo” e integrá-lo a uma nova realidade socioeconômica, seja com instrução, seja com mudanças do cotidiano para aumento da qualidade de vida. Deste modo, a ABCAR significa mais um passo rumo à institucionalização de uma concepção de “desenvolvimento social” da agricultura ao longo da década de 1950, que já vinha sendo engendrada a nível federal através da criação da SER em 1953 e SSR em 1955.

A consolidação do modelo de extensão e crédito ao pequeno e médio produtor na passagem da década de 1950 para 1960 passou pela criação da ABCAR, mas enquanto a extensão como meio de se pensar a abordagem ao produtor rural prosperou, não se verificou o mesmo fenômeno com o crédito. Ao menos ao nível das afiliadas estaduais, para além da ACAR, a oferta cai drasticamente nesse período. E mesmo a ACAR, diante dos dados de empréstimos estáveis, acabou por um redirecionamento na política de crédito supervisionado após 1956.

Esse panorama só mudaria posteriormente, porém, levando a uma mudança dos objetivos e grupos atendidos por essas instituições. Conforme pontua Pedro Oliveira, em 1963 o crédito supervisionado, voltado ao produtor, daria lugar ao crédito orientado, o qual seria voltado ao produto agrícola sem si (com a aquisição de insumos e maquinarias, por exemplo),

mudando o foco inicial de assistência ao pequeno e médio produtor para o financiamento direto das lavouras, principalmente dos produtores maiores. (OLIVEIRA, op.cit., p.106)²⁰³

Voltando ao nosso recorte, apesar das dificuldades de estabelecimento no final da década de 1950, a ABCAR pareceu consolidada o suficiente para pleitear ser um modelo regional interamericano nos temas de extensão e crédito, sendo uma “ponte” para o conceito, originalmente estadunidense, difundir-se eventualmente na América Latina. Evidentemente, não se aponta a ABCAR como única iniciativa nesse sentido, nem se ignora que essa representação permitiria uma expansão de possíveis cooperadores e recursos para o próprio projeto brasileiro, que via o ETA e o Ponto IV diminuir as contribuições desde meados de 1957.

Também reconhecemos que esse pleito está longe de ser consolidar nesse momento, mas são indicativos de como essas redes de conhecimento estão imbricadas. O objetivo é demonstrar como a cooperação técnica insere os atores brasileiros em programas de treinamento e acordos bilaterais e multilaterais, mas também como os brasileiros inserem outros atores de outros estados nacionais nessa rede de conhecimento que busca formas de fornecer uma transformação, um desenvolvimento técnico da agricultura. Entender a ABCAR nesse sentido fica mais claro retomando o papel do ETA na instituição e como essas redes vêm sendo construídas anteriormente à criação da instituição nacional, no caso brasileiro.

Portanto, reitera-se como a articulação do ETA, junto a demais instituições e grupos representativos agrícolas, foi importante para constituir uma rede de preparação, visando inicialmente necessidades locais e regionais. Contudo, provaram-se importantes para uma preparação mais sistematizada para o que viria a ser o Sistema ABCAR, sendo incorporada e mantida por este ao longo da década de 1960, quando o papel de cooperação do ETA diminui consideravelmente.

²⁰³ O Sistema ABCAR, influenciaria indiretamente na criação em 1974 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e diretamente daria lugar à “Empresa Brasileira de Assistência e Extensão rural” (EMBRATER). Segundo Sônia Mendonça, beneficiaria também os grandes produtores. (MENDONÇA, 2011, APUD, OLIVEIRA, 2013, p.65. Para mais sobre a criação da EMBRAPA e EMBRATER ver: (Duarte, 2018, pp.74–76; Zigler, 2020, pp.94-96).

Considerações finais

Este trabalho procurou analisar o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-EUA a partir das redes de conhecimento, no sentido de entender a estruturação de projetos de assistência agrícola no âmbito da cooperação técnica bilateral. Ao partir desse arcabouço teórico, o que se procurou demonstrar foi como essas redes mobilizaram uma série de transformações de conhecimentos e instituições. Os conceitos trabalhados - extensão e economia doméstica, por exemplo - precisaram ser constituídos junto cursos em instituições de ensino agrícola brasileiras existentes e na criação de associações tipo “ACAR” em expansão na segunda metade da década de 1950.

A análise sobre a participação do Escritório bilateral na estruturação de projetos de assistência agrícola e das associações de crédito supervisionado e assistência rural nos fornecem alguns elementos para se entender a proposição de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura entre 1953 e 1961. O ETA, sob influência do lado estadunidense, compôs uma série de iniciativas do Ponto IV ao longo da década de 1950, que também incluiu atividades nas áreas da saúde, educação e capacitação industrial. Por mais que o aporte de recursos não tenha sido massivo por parte do programa dos EUA, o aspecto qualitativo foi relevante, no quesito de instrumentalizar políticas agrícolas como a extensão rural.

A literatura - em autores como Sônia Mendonça (2010b) e Pedro Oliveira (2013) - foi enfática em apontar a extensão como toda de um teor político, tanto para inserir o produtor rural na lógica de produção capitalista, quanto evitar proposições vistas como mais radicais pelas elites agrícolas brasileiras, como uma reforma agrária (MENDONÇA, op.cit., p.77; OLIVEIRA, op.cit., pp.86-87). Conforme abordamos no capítulo 2, o Escritório surge muito amparado nas concepções de extensão, que seria um método de transmitir conhecimentos agrícola, um sistema de educação “não-escolar” baseado no aprender através da prática.

Todavia, sem se ignorar esses aspectos, procuramos inserir essa política num horizonte mais amplo, articulando também elementos de controle da instabilidade social e discussões sobre o papel do combate ao subdesenvolvimento num contexto também de Guerra Fria. Stephen Macekura discorre que os projetos do Ponto IV, mesmo em menor escala, incorporavam uma definição do subdesenvolvimento em termos políticos e econômicos, fator

que seria mais enfático com a aplicação da “Teoria da Modernização” na década de 1960. (MACEKURA, op.cit., p.159).

O ETA, fruto do Ponto IV, ao procurar estabelecer sua assistência a aspectos agrícolas, demonstrava esse enquadramento do subdesenvolvimento na agricultura, seja nos aspectos de transformação oriundos da política extensionista, seja nas próprias conferências realizadas por representantes do Escritório, como no caso da palestra de Jimmy Hillman, economista rural do ETA, sobre a situação de subdesenvolvimento do Nordeste em 1956 abordada no capítulo 3.

Nesse sentido, apesar da extensão como método de ensino e intervenção junto ao produtor ser chave na compreensão do estudo do ETA, a distribuição dos projetos demonstra uma preocupação também com a questão do mercado interno brasileiro, no sentido de se articular melhoras técnicas no cultivo de gêneros avícolas e de batatas, por exemplo. Essas iniciativas eram mais difusas, se comparadas à estruturação das associações tipo “ACAR”, no entanto, indicam a variedade das iniciativas engendradas no contexto dessa cooperação bilateral. Se comparado à extensão, sua institucionalização também é difícil de ser apontada, bem como seus resultados, dado que o aumento da produtividade brasileira ao final da década de 1950 está muito mais centrado no aumento da fronteira agrícola, que propriamente fruto de uma injeção significativa de técnicas e equipamentos.

Voltando às associações, a participação do ETA na estruturação de Viçosa e das “ACAR” é importante no sentido de se dar capilaridade aos projetos e seus conceitos, buscando ser uma “ponte” para articulações entre diferentes instâncias administrativas, de ordem municipal e estadual. Nesse aspecto, o CETI de Ipanema e a constituição de centros de treinamento junto de instituições públicas brasileiras de ensino agrícola, em especial a UREMG de Viçosa, foram fundamentais para se realizar uma rede capaz de dar suporte ao surgimento de cursos até então pouco ou nada estruturados no Brasil na área rural, como a economia doméstica.

Como procuramos apresentar no capítulo 3, a criação das associações do tipo “ACAR” está associada a um surgimento simultâneo de centros de treinamento, que em sua maioria refere-se à estruturação de cursos em instituições já existentes de ensino agrícola. Cremos que esta dissertação, ao apresentar uma estruturação partindo do ETA, consegue estabelecer um panorama mais integrado desse fenômeno de expansão da política extensionista na literatura

sobre o tema. Análises de Maria Fonseca (1985), por exemplo, estão centradas na origem da extensão e pensa a política de maneira muito entrada na ACAR em Minas Gerais e na nacionalização com a ABCAR.

Evidentemente que nossa apreensão possui limites, pois não lidamos com os currículos em si de cada instituição, mas apenas com os manuais coletados, sejam de instrução ou de balanços para a década de 1960. Apesar disso, esses manuais fornecem-nos aspectos interessantes de como esses conceitos acabaram se introduzindo nas instituições agrícolas e associações, bem como ecoam aspectos que vimos nas concepções que o ETA trouxe na sua gênese. Manuais de estudos sobre temas agrícolas (ou de análises sobre esses aspectos da agricultura) produzidos na entrada da década de 1960 pela ABCAR, e a publicação das conferências nos dão dimensão de como os conceitos trabalhados no início da década de 1950 por representantes do ETA, consolidam-se no escopo brasileiro.

A transformação da percepção sobre a unidade rural e quem a compõe (homem e mulher) está associada também à própria transformação do técnico agrícola, como percebemos no trabalho publicado pela ABCAR em 1961, “Técnicos para o desenvolvimento”. Na política de assistência extensionista, esse profissional passa a ser um ator importante para se instrumentalizar os conhecimentos e alterações nas práticas no agricultor. Não à toa cremos ser importante ter mapeado em algum nível dos capítulos 2 ao 4 como esses conhecimentos foram se constituindo.

Ao se abordar os enfoques das associações no Rio Grande do Sul e na região Nordeste, através do ETA, essa dissertação apresenta uma dimensão mais integrada dessas concepções pelo Brasil, mapeando as dificuldades que o modelo teve regionalmente. A tensão entre crédito e a criação de canais de informação (extensão) presentes na associação nordestina e mineira, por exemplo, ou mesmo a procura de se favorecer gêneros específicos, como o cacau, tangenciam disputas e adaptações em torno dos projetos que a cooperação bilateral englobava. Inclusive, se consideramos a extensão mais consolidada enquanto política na década de 1960, o crédito supervisionado não se consolidou tão rapidamente nas associações tipo “ACAR” até 1961, havendo estagnações e até reduções como abordado no capítulo 4.

Assim, enquadrar essas redes de conhecimento numa disputa em consolidar uma concepção para se trabalhar especificamente a unidade rural parece o caminho mais frutífero para se analisar cooperações técnicas bilaterais. Mendonça, partindo de ideias como as de

Escobar (1996), avança muito no estudo do ETA, todavia ainda reverbera uma visão de atuações centradas em tensões sociais muito específicas. Essa visão também está associada a uma literatura crítica à ABCAR e ao sistema de extensão, que Elizabeth Cobbs apresenta em autores Gerson Moura (MOURA, 1986, APUD COBBS 1993, p.136).

O entendimento presente de um foco no Nordeste por parte do ETA, tendo em vista tensões sociais e as Ligas Camponesas, não apareceu nas documentações da ANR até 1958. Há citações para a região como dotada de importância no Brasil e uma indicação de presenças comunistas na região, no entanto, o ETA especificamente não opera nessa chave unicamente. A cooperação, no recorte proposto, pensa a transformação social de maneira mais ampla, dadas as inúmeras necessidades observadas para o desenvolvimento brasileiro. A distribuição dos projetos tão pouco demonstra um interesse primário mais geral na região, que demandava atuações e preocupações, mas não centralizou as ações da ANR e ETA no *corpus* de fontes analisados nesta pesquisa.

Por último, cabe pontuar como de fato essa cooperação, mesmo que muito timidamente, pode ser lida como contribuidora ao que viria a ser o processo de “Revolução Verde” realizada no Brasil principalmente nas décadas seguintes, que autores como Sônia Mendonça e os Nodari indicam nas suas abordagens sobre a cooperação técnica agrícola Brasil-EUA (MENDONÇA, op.cit.,p.204; NODARI & NODARI; op.cit. pp.316-318).

Concretamente, os projetos do ETA têm resultados limitados quanto ao impacto na produção no Brasil. Igualmente, o Escritório também tem contribuições ínfimas no que tange uma mecanização do campo brasileiro. Focado em importar equipamentos audiovisuais e veículos para as instituições parceiras, não houve de fato uma transferência de tecnologia relevante nesse período.

No entanto, se lermos a “Revolução Verde” nos termos apresentados pelos Nodari, podemos afirmar que alguns projetos se interessem numa iniciativa, ainda muito incipiente, de transferência e desenvolvimento agrícola nesses termos. Segundo os autores, o fenômeno pode ser definido, sinteticamente, como novo modelo tecnológico de produção agrícola, decorrente da criação, desenvolvimento e uso de insumos (agroquímicos, sementes e maquinário) e de novas práticas de produção (irrigação e uniformidade genética na criação de vegetais e animais) na agricultura (NODARI & NODARI; op.cit. p.316).

Podemos aludir o ETA não como realizador de mudanças amplas e imediatas no cenário agrícola brasileiro no início da década de 1960, e sim como uma “ponte” para diversas transformações e tendências que ganhariam maior predominância posteriormente. Possivelmente a maior contribuição do Escritório tenha sido a atuação junto de instituições de ensino para a consolidação de uma visão social sobre o campo, a partir de um trabalho que teria se iniciado, no contexto da cooperação bilateral Brasil-EUA, com a AIA. Essas concepções, entretanto, nas suas nuances podem também ser lidas como arraigadas a um aspecto de modernização e de superação das sociedades tradicionais atrasadas, e a aspectos capitalistas e mercadológicos de inserção do produtor rural. O agricultor definido como individualista, que necessita se integrar a melhores conhecimentos e práticas de mercado, como apontado por Ralph Hansen ainda em 1955, é um dos indicativos mais enfáticos nessa visão articulada pela cooperação.

O projeto de se modernizar antes precisaria de uma mudança em agentes e instituições, para que estes pudessem engendrar essa “ponte” entre conhecimentos e práticas agrícolas que pudessem aumentar a produtividade. A técnica e mesmo os valores “avançados” precisavam de uma massa de agentes profissionalizados para atuarem diretamente com os produtores, nesse tipo de sistema de extensão.

Deste modo, a análise mais detida do ETA durante existência dentro do Ponto IV, além de detalhar suas ações, demonstram as dicotomias dos processos de produção da produção do subdesenvolvimento e da própria Guerra Fria. São espaços de disputa e promoção de políticas muito menos enfáticas que outras estratégias de ação no “Terceiro Mundo”. Neste sentido, ao se olhar para o ETA através das redes de conhecimento para estabelecimento de políticas como a extensão, percebemos de que forma as instituições associadas a ela no Brasil possuem interesses, mas também estabelecem outros contatos através dessa cooperação técnica Brasil-EUA. Por fins de proximidade, analisamos essa questão acerca da ABCAR, que adentra como centralizadora de um Sistema brasileiro, mas logo no início da década de 1960 já procura se inserir em novas redes, inclusive entendendo-se como expoente do modelo da política extensionista. Tangenciar a questão da extensão na América Latina demonstra como proposições de uma produção social sobre o trabalhador rural e o meio constituíram-se no continente.

Portanto, o fenômeno da promoção da cooperação técnica e a constituição do ETA nos parecem uma janela de oportunidade para iniciativas de desenvolvimento agrícola, na qual,

dentro do beneficiamento de setores específicos, as associações de assistência baseadas em extensão se sobressaíram como pauta para se tratar o ordenamento e melhoria no campo. A partir de 1961, o ETA continua atuante, bem como a Divisão Agrícola estadunidense, todavia a cooperação ganha novos contornos com o anúncio da Aliança para o Progresso e a mudança de percepção de Washington com relação à América Latina.

Acervos e bibliotecas

Acervo online do jornal “O Estado de São Paulo” – “Acervo Estadão”.

Acervo “A Lavoura”. Centro de referência da pecuária brasileira – ZEBU. Disponível em: <http://www.zebu.org.br/Revistas/Index/Memorias-do-Zebu> .

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – Brasília.

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Bases de dados da pesquisa agropecuária – EMBRAPA. Acervo contido na biblioteca “EMBRAPA-TRIGO” de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

Biblioteca Central da “Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’” da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP)

Biblioteca Nacional de Agricultura em Brasília (BINAGRI).

Museu Histórico de Diplomático do Itamaraty, Rio de Janeiro (MHDI).

National Archives and Records Administration (NARA II, College Park, MD), Record Group 469. Box 2 ao 13.

Sociedade Rural Brasileira, São Paulo-SP.

Fontes bibliográficas

ABCAR. “Redação em extensão”. 2ª edição. 1963

BARBER, Fred W. The origins of development of Brazil’s cooperative agricultural extension service. Office of Agriculture and Rural Development. USAID Mission. May, 1965.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agrícola: 1960. VII RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL Série Nacional Volume 11- 2a. Parte.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Comparação entre os dados preliminares e os definitivos a , sobre a produção agrícola do Brasil no ano de 1949 e a produção agrícola do Brasil nos anos de 1948 e 1949”. Rio de Janeiro, 1951.

BRASIL. “Problemas de habitação rural”. Ministério da Agricultura/Serviço da Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1958.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. Crédito rural supervisionado no Brasil: reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiadas. Rio de Janeiro, 1960. (Estudos Brasileiros, 12).

HEARNE, Cannon; KELSEY, Lincoln. Serviço de extensão cooperativa- Cursos de extensão. Programa de Publicações Didáticas. Agência Norte-americana para o desenvolvimento internacional (USAID), Rio de Janeiro, 1966.

HILLMAN, Jimmy. Desenvolvimento econômico e o Nordeste. BNB, Fortaleza, 1956.

PINTO, João [et.all]. “Técnicos para o desenvolvimento da Agricultura”. ABCAR, Rio de Janeiro, 1961.

SNA: 90 anos.

Referências Bibliográficas

- ADAS, Michael. "Dominance by design: Technological Imperatives and America's Civilizing Mission". Massachusetts: Harvard University Press. 2009.
- AZEVEDO, Cecília. "Em nome da América: os Corpos de Paz no Brasil". São Paulo: Alameda. 2007.
- BANDEIRA, Moniz. "Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)". 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.
- BERGER, Mark T. "Power and progress in the Americas: the discovery of Latin American 'underdevelopment' and the cultural antecedents of modernization theory". *Australasian Journal of American Studies*. Australia New Zealand American Studies Association Vol. 15, No. 2. Dez. 1996. pp. 69-90.
- BESKOW, Paul. "Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964)". *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 7, n. 1. Nº12. 1999.
- BUCKLEY, Eve E. "Debating Hunger and Overpopulation from the United States and Brazil during the Early Cold War". In: POHL-VALERO, Stefan; DOMINGUEZ, Joel Vargas Domínguez. (Org.) *El hambre de los otros. Ciencia y políticas alimentarias en Latinoamérica, siglos XX y XXI* Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2021.
- COBBS, Elizabeth. "The rich neighbor policy : Rockefeller and Kaiser in Brazil". New Haven: Yale University Press. 1992.
- CERVO, Amado. "Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil". *Revista Brasileira de Política Internacional*. 37 (1): 37-63, 1994.
- COGHEN, Samuel. "Disease Control and Public Health in Colonial Africa". *Oxford Research Encyclopedias, African History*. 2020.
- COOPER, Frederick. "Development, Modernization, and the Social Sciences in the Era of Decolonization : the Examples of British and French Africa". *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, Nº10, 2004. Pp. 9-38.
- CULLATHER, Nick "Development? It's History", *Diplomatic History* Diplomatic History 24, no. 4, 2000, pp. 641 –653.
- _____. *The Hungry World. America's Cold War Against Poverty in Asia*. Cambridge and London: Harvard University Press. 2010.
- DAMASCENO, Nathalia; BELANÇON, Leonardo. "As Relações Brasil-Eua na transição presidencial Truman-Eisenhower: Imagens do Jornal Última Hora (1952-1953)". *Tempos Históricos • Volume 19 • 2º Semestre de 2015 • p. 268-291*.
- DUARTE, Jorge. "Prosa com Eliseu. Entrevista a Jorge Duarte". Brasília: Embrapa. 2018.
- ERB, Claude C. "Prelude to Point Four: The Institute of Inter-American Affairs". *Diplomatic History*. Oxford University Press. Vol. 9, No. 3, pp. 249-269. 1985.
- ESCOBAR, Arturo. "Encountering development: the making and unmaking of the third world". Princeton-NJ: Princeton University Press. 1995.

FONSECA, Maria Teresa Lousada. “A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital”. Edições Loyola, São Paulo, 1985.

FOGAGNOLI, Marcela. “Muito mais do que se põe no prato: os Arquivos Brasileiros de Nutrição e o projeto de educação alimentar no Brasil (1940-1950)”. In: encontro internacional e xvii encontro de história da anpuh rio: histórias e parcerias. Anais do Encontro Internacional e XVII Encontro de História da Anpuh Rio: História e Parcerias. 2018.

FURTADO, Celso. “Brasileiros e Americanos estudam problemas do Brasil: As soluções indicadas pela Comissão Mista Brasil-EUA. Um Capítulo da História Econômica do nosso país”. O Observador Econômico e Financeiro, Ano XX, Nº 230, abril de 1955. Disponível em:

http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231638540.MD2_0_277_1.pdf . Acesso em 20/11/2021.

GADDIS. JOHN. “Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy during the Cold War”. Oxford University Press. New York. 2005.

GOMES. Ângela Maria de Castro [et al.]. “O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)”. Tomo III, volume 10. 9º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOMES, Nathalia. “Mapping United States-Brazil technical cooperation in the early Cold War years: the case of the Joint Brazil-United States Economic Development Commission (1951-1953)”. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo (USP): São Paulo. 2019. 138 f.

HILTON, Stanley E. “The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: end of the special relationship”. The Journal of American History, 68.3: 599-624, 1981.

IORIS, RAFAEL. ‘Fifty Years in Five’ and What's in It for Us? Development Promotion, Populism, Industrial Workers and Carestia in 1950s Brazil. Journal of Latin American Studies. 2012.

LATHAM, Michael E. “Modernization as Ideology: American Social Science and “Nation Building” in the Kennedy Era. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

_____. “The Right Kind of Revolution: Modernization, Development, and U.S Foreign Policy from the Cold War to the Present”. Cornell University Press: Ithaca, New York, 2011.

LAFER, Celso. “O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)”. In: MINDLIN, B. (Org.). Planejamento no Brasil. 3ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 29-50.

_____. “JK e o Plano de Metas”. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2002.

LIMA. Maria do Socorro de Abreu e. Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos. Pernambuco: Universitária da UFPE. 2ª edição. 2012.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Extensão rural e modernização conservadora em Santa Catarina”. Esboços: histórias em contextos globais, 4.4: 65-77, 1996.

LOUREIRO, Felipe Pereira. “Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: A política econômica no governo nos governos Jânio Quadros e João Goulart”. Editora Unesp, São Paulo. 2017

———. “A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): Ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra”. Editora Unesp, São Paulo. 2020.

MARCHESI, Aldo. “Escrevendo a Guerra Fria latino-americana: entre o Sul ‘local’ e do Norte ‘global’”. *Revista Estudos históricos*. Rio Janeiro. Vol. 30 Nº60. Jan-Apr 2017. Pp.187-202.

MACEKURA, Stephen. “The Point Four Program and U.S. International Development Policy”. *Political Science Quarterly*. The Academy of Political Science. Vol. 128, No. 1 (Spring 2013), pp. 127-160.

MENDONÇA, Sônia. “Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961)”. *Tempo* [online]. vol.15, n.29, pp.139-165. 2010a. .

———. “Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)”. EDUFF, Niterói. 2010b.

MEIRE, Roberta Barros. “Reclamos da lavoura: A definição do programa de prioridades da indústria sacarina no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura”. *História* (São Paulo) v.31, n.2, p. 338-357, jul/dez 2012.

MOURA, Gerson. “Avanços e recuos: a política exterior de JK”. IN: GOMES, Angela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV. 1994.

MUNHOZ, Dércio Garcia. “Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30”. *Rev. Econ. Contemp.*, v. 1, n. 1, jan./jun. 1997.

NODARI, Eunice; NODARI, Rubens. "Entre interferências, imposições e negociações: influência norte-americana no ensino, pesquisa e extensão na agricultura brasileira (século XX)". IN: SÁ, Magali; SÁ, Dominichi; SILVA, André Felipe da. (Org.) *As ciências na história das relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2020. Pp. 305-323.

OLIVEIRA, Fernanda Conforto de. “International Financial Negotiations and Political Actors: The Breakdown in IMF Brazilian Negotiations during the Administration of Juscelino Kubistchek (1957-59). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo (USP): São Paulo. 2018.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. “A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: análise da experiência do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 1.1: 71-121, 1984. .

———. “As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 16.2: 97-134, 1999.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. “Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural—ABCAR (1948-1974)”. 2013. 163f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2013.

PARMAR, Inderjet. “Foundations of the American Century - the Ford, Carnegie, & Rockefeller Foundations in the rise of American Power”. Columbia University Press. New York. 2012.

———. “American foundations and the development of international knowledge networks”. *Global Networks*. Vol. 2, Nº1. 2002.

PAIVA, Ruy Miller. “Problemas da Agricultura Brasileira”. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, RJ, 1954.

———. “A Agricultura no desenvolvimento econômico”. IPEA/INPES, 1979.

PATERSON, Thomas G. *Foreign Aid Under Wraps: The Point Four Program*. *The Wisconsin Magazine of History*, Vol.56, N. 2 (Winter, 1972-1973).

PEIXOTO, Márcio. “Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação”. 2008.

RABE, Stephen. *Eisenhower and Latin America: The Foreign Policy of Anticommunism* University of North Carolina Press. 1988.

———. “The elusive conference: United States economic relations with latin america, 1945–1952”. *Diplomatic History*, 2: 279-294. 1978.

RIBEIRO, Thiago. “Das Missões à Comissão: Ideologia e Projeto Desenvolvimentista nos Trabalhos da ‘Missão Abbink’ (1948) e da Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953)”. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. 240f.

ROBERTSON, Thomas. “Cold War landscapes: towards an environmental history of US development programmes in the 1950s and 1960s”. *Cold War History*. 2015. Vol 16, Nº4 Pp.417-441.

SALVATORE, Ricardo D. (org.) “Introducción. Los lugares del saber.” In: SALVATORE, Ricardo D. (org.) *Los lugares del saber. Contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno*. Buenos Aires: Beatriz Viterbo Editora, 2007.

SILVA, Claiton Marcio da. “*Saber, Sentir, Servir e Saúde: A Construção Do Novo Jovem Rural Nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)*”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Florianópolis. 2002. 110f.

———. “Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)”. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. 225 f.

———. “Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez., 2013, p.1695-1711.

SCHUH, Edward. “Pesquisa sobre o desenvolvimento agrícola no Brasil”. Editora Atlas. São Paulo, 1971-original de 1969.

SCHMITTER, P. “Interest Conflict and Political Change in Brazil”. Stanford: Stanford University Press. 1971

SZMRECSÁNYI, Tamas. “Livro Primeiro, Economia e Demografia. Cap. III: O Desenvolvimento da Produção Agropecuária (1930-1970) Tamas Szmrecsányi” IN: BUARQUE, Sérgio. *Historia Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*, volume 4, p3, Economia e Cultura. Difel, São Paulo. 1984.

TOTA, Antonio Pedro. “O amigo Americano: Nelson Rockefeller e o Brasil”. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

TIGNOR, Robert. “Modernization and british colonial rule in Egypt, 1882-1914”. Princeton University Press. 1966.

———. “British Agricultural and Hydraulic Policy in Egypt, 1882-1892”. *Agricultural History*, Vol. 37, No. 2, Abr.1963. pp. 63-74

VASCONCELLOS, F. de A. G. de . “Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula”. *Revista De Nutrição*, Vol.18, nº4, agosto de 2005, pp.439–457.

WESTAD, Odd. “The Global Cold War. Third World Interventions and the Making of Our Times”. Cambridge University Press, New York. 2005.

WHARTON, Clifton and RIBEIRO, José. "The ACAR Program in Minas Gerais, Brazil." in *Subsistence Agriculture and Economic Development*, editado por Clifton Wharton, 424-437, Aldine: Transaction Publishers. 1969.

ZINGLER, Karine. “Ambiente institucional e mudança na pesquisa agropecuária no Brasil: a institucionalização da Embrapa”. Tese (Doutorado em desenvolvimento rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): Porto Alegre. 2020 357f.

Anexos:

Anexo 1 - Lista de Co-diretores do ETA e duração de mandato entre 1953 e 1961

Brasileiros	Estadunidenses
Alberto de Oliveira Motta Filho (3 de julho de 1953 até 3 dezembro de 1956)	Robert Groves (Interino, 26 de junho de 1953 até 2 de outubro de 1953)
Alberto Martins Torres (3 de dezembro de 1956 até 20 de maio de 1961)	Ralph Hansen (4 de outubro de 1955 até 2 de agosto de 1956 - 25 de setembro de 1956 até 16 de junho de 1958)
José Irineu Cabral (20 de maio de 1961 até 12 de novembro de 1962)	Lawrence A. Beery Jr. (Interino, 2 de agosto de 1956 até 25 de setembro de 1956)
	Robert H. Tyson (16 de junho de 1958 até 21 de junho de 1962)

Fonte: BARBER, op.cit., p.147

Anexo 2 – Técnicos da ANR identificados que trabalharam no ETA e circularam por instituições no Brasil.

Técnico	Função	Período de atuação	Centros de treinamento/Associações envolvidas
Raub Snyder	Diretor da ANR	Oct. de 1953 a Ago. de 1955	Não se aplica
Ralph Hansen	Diretor da ANR	Nov. de 1955 a Jan.1961	Não se aplica. Todavia, entre julho de 1954 e março de 1955, Hansen atuou como consultor chefe em extensão da ANR no Brasil, saindo desse posto para assumir a direção da Divisão vacante com a saída de Snyder.
Fred Thompson	Consultor em conservação do solo	Dez. de 1953 a Dez. de 1955	Ipanema
William Tucker	Consultor em projetos agrícolas	Out. de 1953 a Nov. de 1956	Ipanema
Jonh S. Stiles Jr.	Consultor em Extensão Regional	Nov. de 1954 a Julho de 1956	ANCAR, ACAR e Ipanema.
George L. Schuster	Consultor em colégios educacionais agrícolas	Sep. de 1954 a Maio de 1955	Ipanema, ACAR, ACAR-PR
Victor J. Pra Sisto	Consultor em conservação do solo	Junho de 1954 a Março de 1956	ACAR, Viçosa e Ipanema.
D. Elizabeth Willians	Consultora em Orçamento doméstico	Out. de 1955 a Fev. de 1956	ACAR, Viçosa, ASCAR e Ipanema.
Jimmye S. Hillman	Economista agrícola	Ago. de 1955 a Abril de 1957	Escola de Agronomia do Ceará, Viçosa, Escola de Agronomia e Veterinária em POA e Escola de Agronomia em Pelotas e Ipanema.
Lester E. Clapp	Consultor em treinamento extensivo	Out. de 1955 a Jul. de 1957	Ipanema e ABCAR
Walter Fain	Consultor em pastagem e produção de leite	Nov. de 1955 a Jul. de 1956	ASCAR
Arden J. Harris	Consultor em extensão distrital	Jan. de 1955 a Jan. de 1957.	ACAR, ANCAR, ASCAR e Ipanema

F. Dale Hoecker	Consultor em extensão	Jan de 1956 a Jan de 1958	Ipanema, ACAR e ANCAR
-----------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------

Anexo 3 – Lista de áreas e números de participantes brasileiros enviados ao EUA pela ICA para treinamento em áreas agrícolas entre 1951 e 1956.

Área	Nº de participantes
1. Organizações, Instituições, cooperativas e geral sobre agricultura	36
2. Métodos extensionistas	24
3. Administração de estações experimentais e colégios	17
4. Conservação e controle do solo	16
5. Treinamento e pesquisa agrícola	15
6. Engenharia e maquinário agrícola	14
7. Proteção vegetal, pragas (doenças) e insetos	14
8. Economia doméstica	12
9. Vegetais do campo e colheita de frutas e produção	11
10. Criação de animais e gestão	9
11. Silvicultura e manejo de florestas	7
12. Irrigação e drenagem	6
13. Economia rural	6
14. Ciência veterinária e doenças de animais e insetos	5
16. Processamento, armazenamento, e marketing de commodities agrícolas	3
17. Outros temas	5
Total	136

Anexo 4 - Projetos do ETA catalogados entre 1953 e junho de 1958.

Título do Projeto ETA	Local de atuação do projeto	Divisão/Secretaria responsáveis
Projeto N°1 - Serviços Agrícolas	Paraná	Secretaria de Agricultura do Paraná (SAP) e ETA
Projeto N°2 – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR)	Nordeste	ANCAR e ETA
Projeto N°3 – Processamento de Leite em Pelotas	Pelotas-RS	Instituto Agrônômico do Sul (IAS) e ETA
Projeto N°4 – Vale do Uma	Taubaté-SP	Departamento de águas e energia elétrica (DAEE) e ETA
Projeto N°5 – Instituto Biológico	São Paulo	Instituto Biológico Estado de São Paulo (IBESP) e ETA
Projeto N°6 - CETER (Fazenda Ipanema)	Varnhagem-SP	ETA e Divisão de Fomento da Produção Vegetal(DFPV)
Projeto N°7 – Armazenamento de trigo no Sul do Paraná	Paraná	Serviço de Expansão do Trigo (SET) e ETA
Projeto N°8 – Carazinho	Carazinho-RS	ETA, DFPV, SET e Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV)
Projeto N°9 – Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR)	Minas Gerais	ETA e ACAR
Projeto N°10 – Batatas-Sementes	Diversos Estados -não especificado	ETA, DFPV, Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA), Divisão de Defesa Sanitária Vegetal (DDSV)
Projeto N°11 – Associação Sulista de Crédito e Assistência Rural do Rio Grande do Sul (ASCAR)	Porto Alegre-RS	Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul (SARGS), ETA, Ministério de

		Agricultura (MA) e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR)
Projeto Nº12 – Treinamento em conservação do solo no Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Secretariado de Agricultura do Rio Grande do Sul e ETA
Projeto Nº13 – Assistência à FARESP	São Paulo	The Federation of Farmers and Cooperatives in the State of São Paulo (FARESP) e ETA
Projeto Nº14 – Livro didático de ciência veterinária e cuidados equinos	Sem localidade específica definida	ETA, Universidade Rural do Ministério de Agricultura e o Professor Guilherme E. Hermsdorff (autor)
Projeto Nº15 – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná	Paraná	ETA, Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, Departamento de Fronteiras do Estado
Projeto Nº16 – Armazenamento no estado de Pernambuco	Pernambuco	ETA
Projeto Nº17 – Associação de Crédito e Assistência Rural de (ACARESC)	Santa Catarina	ETA, Secretaria Estadual de Agricultura de SC e Federação Estadual de Associações Rurais
Projeto Nº18 – Pesquisa e estudo em treinamento e ensino da agrícola vocacional no Brasil	Sem localidade específica definida	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) e ETA
Projeto Nº19 – Levantamento de Recursos da Oleaginosa no Nordeste	Nordeste	ETA e Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
Projeto Nº20 – Produção de Leite em Pernambuco	Pernambuco	ETA e Secretaria de Agricultura de Pernambuco
Projeto Nº21 – Produção de Cacao no Espírito Santo	Espírito Santo	ETA, Secretaria de Agricultura do Estado do

		Espírito Santo e Divisão de Fomento de Produção Vegetal do Ministério de Agricultura
Projeto N°22 – Agricultura de Economia básica em agricultura básica Basic	Nordeste	ETA e Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
Projeto N°23 – Análise estatística na SNPA	Sem localidade específica definida	ETA e Serviço Nacional de Pesquisa Agrônômica (SNPA)
Projeto N°24 – Organização estatística e assistência na coleção de dados estatísticos do Instituto de agronomia do Nordeste	Nordeste	ETA, Instituto de Agronomia do Nordeste e Ministério da Agricultura
Projeto N°25 – Produção de cacau na Bahia	Bahia	ETA, Instituto de Cacau da Bahia, Comissão de Comércio de Cacau da Bahia, American Cacao Research Institute e Inter-American Institute of Agricultural Sciences
Projeto N°26 – Pesquisa em cacau na Bahia	Bahia	ETA e , Instituto de Cacau da Bahia
Projeto N° 27 – Melhoria na pecuária	Sem localidade específica definida	ETA
Projeto N°28 – Conservação de recursos naturais no Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	ETA
Projeto N°29 – Potencial de cursos agrícolas no Amapá	Amapá	ETA e Governo do Amapá
Projeto N°30 – Treinamento em economia doméstica na universidade rural de Minas Gerais (UREMG)	Viçosa-MG	ETA
Projeto N°31 – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)	Brasil	ETA e ABCAR
Projeto N°32 – Melhoria do gado no Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	ETA e Secretaria de

		Agricultura do Rio Grande do Sul
Projeto N°33 – Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARES)	Espírito Santo	ETA e Associação Rural do Espírito Santo
Projeto N°34 – Assistência no desenvolvimento de terras cultiváveis nas redondezas da nova capital do Brasil	Distrito Federal [Brasília]	ETA, Ministério da Agricultura e Companhia Urbanizadora da Nova Capital
Projeto N°35 – Melhoria da produção de cacau e melhoria das condições de vida da população rural	Bahia	ETA, Instituto de Cacau da Bahia, Comissão de Comércio de Cacau da Bahia, <i>American Cacao Research Institute</i> , Ministério da Agricultura e Inter-American Institute of Agricultural Sciences
Projeto N°36 – Controle de insetos por meios biológicos	Rio de Janeiro	ETA, Ministério da Agricultura, Secretaria de agricultura do Distrito Federal [RJ], Secretaria de Agricultura do estado do Rio de Janeiro
Projeto N°37 – Produção de leite em Cuiabá	Mato Grosso	ETA e Governo de Mato Grosso
Projeto N°38 – Projeto piloto de uma escola secundária	Rio de Janeiro	ETA e Sociedade Nacional de Agricultura
Projeto N°39 - Escola Superior de Ciências Domésticas de Viçosa	Minas Gerais	ETA e UREMG
Projeto N°40 – Desenvolvimento de milho híbrido	Nordeste	ETA e Instituto Agrônômico do Norte
Projeto N°41 – Estudo para as possibilidades de irrigação no estado do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	ETA, Estado do RN e Secretaria de Agricultura do Estado do RN

Projeto N°42 – Melhoria avícola	SP, RJ, MG e Distrito Federal	ETA e o Ministério Federal
Projeto N°43 – Estabelecimento de um centro para o gado e de centro de treinamento para a produção no Paraná	Paraná	ETA, governo do Paraná e Secretaria de Agricultura do Estado
Projeto N°44 – Produção de carne na nova capital	Distrito Federal [Brasília]	ETA, Ministério Federal e NOVACAP
Projeto N°45 – Escola vocacional agrícola em SP	SP	ETA e Governo do Estado de SP
Projeto N°46 – Série extensiva de testes com fertilizantes na lavoura	MG	ETA e Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais
Projeto N°47 - Instrução na Universidade Rural do Brasil	RJ	ETA e Universidade Rural do Brasil
Projeto N°48 – Distrito piloto para conservação do solo	SP	ETA e Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo

Anexo 5 – Organograma da USOM/Brasil em 1958

Organização da USOM/Brasil

